

Série Pós-Graduação  
Volume 11

# ESTAS TERRAS E SEUS DONOS:

POLÍTICAS DE ESPACIALIDADE E  
TERRITORIALIDADE EM LA CRUZ E NO  
MUNDO GUARANI MISSIONEIRO

HELENIZE SOARES SERRES

  
Editora  
UFPel





## Ciências Humanas

### Série Pós-Graduação Volume 11

Estas Terras e Seus Donos:  
*Políticas de espacialidade e territorialidade em  
La Cruz e no mundo guarani missioneiro  
(1629 - 1828)*



#### Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*

Vice-Reitor: *Luis Isaias Centeno do Amaral*

Chefe de Gabinete: *Aline Elias Lamas*

Pró-Reitor de Graduação: *Maria de Fátima Cósio*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelin*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Infra-estrutura: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Máριο Renato de Azevedo Jr.*

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

---

#### Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: *João Luis Pereira Ourique*

Repr. das Engenharias e Computação: *Darci Alberto Gatto*

Repr. das Ciências Biológicas: *Flávio Roberto Mello Garcia* e *Marines Garcia* (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: *Francisco Augusto Burkert Del Pino* e *Claiton Leoneti Lencina* (suplente)

Repr. das Ciências Agrônômicas: *Cesar Valmor Rombaldi*, *Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti* (suplente) e *Fabricao de Vargas Arigony Braga* (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: *Márcia Alves da Silva* e *Cláudio Baptista Carle* (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: *Carla Rodrigues Gastaud*

Repr. das Linguagens e Artes: *Josias Pereira da Silva* e *Eleonora Campos da Motta Santos* (suplente)

---



## Ciências Humanas

### Série Pós-Graduação Volume 11

Estas Terras e Seus Donos:  
*Políticas de espacialidade e territorialidade em  
La Cruz e no mundo guarani missioneiro  
(1629 - 1828)*

*Helenize Soares Serres*



Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto  
Pelotas - RS  
Fone +55 53 3227 8411 - editora.ufpel@gmail.com

**Direção**

*João Luis Pereira Ourique*  
Editor-Chefe

**Seção de Pré-Produção**

*Isabel Cochrane*  
Administrativo

**Seção de Produção**

*Gustavo Andrade*  
Administrativo

*Anelise Heidrich*  
Revisão

*Rosendo Caetano*  
Criação/Edição

*Ingrid Fabiola Gonçalves* (Bolsista/Estagiário)  
Criação/Edição

**Seção de Pós-Produção**

*Morgana Riva*  
Assessoria

*Madelon Schimmelpfennig Lopes*  
Administrativo

*Revisão: Anelise Heidrich*

*Diagramação: Ingrid Fabiola Gonçalves*

*Edição da Capa: Ingrid Fabiola Gonçalves*

Catálogo na Publicação:  
Bibliotecária Kênia Moreira Bernini – CRB-10/920

S488e Serres, Helenize Soares

Estas terras e seus donos : política de espacialidade e territorialidade em La Cruz e no mundo guarani missioneiro (1629 - 1828) / Helenize Soares Serres . – Pelotas : Ed. UFPel, 2017.

234 p.: il. – (Ciências Humanas. Pós Graduação, v.11)

ISBN: 978-85-7192-959-3

1. La Cruz. 2. Estância. 3. Jesuítas. 4. Geopolítica. 5. Guarani missioneiros. I. Título. II. Série.

CDD 981.65

Dissertação acadêmica apresentado  
ao curso de Mestrado em História da  
Universidade Federal de Pelotas, como  
requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre em História.



## **PREFÁCIO**

Em “Estas terras e seus Donos: políticas de especialidades e territorialidade em La Cruz e no mundo guarani missioneiro (1629-1828)” encontramos o resultado do encontro entre as fontes documentais e a historiografia, habilmente orquestrado por Helenize Serres. O texto tem a capacidade de ser, a um só tempo, profundo e diferenciado em suas apreciações e limpo e claro na forma como é apresentado ao leitor. Este material representa o esforço de investigação da autora, viajando física ou mentalmente, através dos abismos do tempo e do espaço, seja ao visitar arquivos e bibliotecas pouco frequentados, seja ao tentar interpretar os agentes históricos atuantes no seu objeto de pesquisa.

Hoje sabemos um pouco mais sobre as missões jesuíticas da margem esquerda do rio Uruguai e algumas do lado ocidental, graças a este trabalho. Com a diferença de que ele coloca em perspectiva não os velhos objetos da historiografia sobre o jesuitismo, mas, como algumas novas gerações de pensadores sobre o tema vêm fazendo, decidiu partir de um ângulo novo. Nesse caso, a espacialidade a partir das estâncias. Com sensibilidade e engenho,

ferramentas essenciais do seu ofício, a autora nos oferece uma aproximação única e elaborada relacionando questões cotidianas com questões macropolíticas, desvendando o pantanoso terreno das funções materiais e simbólicas que os espaços tinham para os habitantes das reduções jesuíticas no Prata. E, enquanto faz isso, perpassa boa extensão da temporalidade missioneira.

O proposto não era pouco, já que o tema das missões é “requetedebatido” pela historiografia, estimulou a feitura de filmes e documentários, fomenta batalhas acerca do patrimônio material e imaterial e seu destino, e frequenta as salas de aula de toda a América do Sul e além. Mas Helenize Serres atingiu seu objetivo e, com isso, atingiu nossa vontade de ler seu livro e aprender um pouco de sua visão particular sobre o tema.

*Fernando Camargo*

*Londres, 2015.*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
A ADMINISTRAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA	19
O CATOLICISMO IBÉRICO	32
A COMPANHIA DE JESUS	40
OUTRAS ORDENS E A MESMA ORDEM EM OUTRAS NAÇÕES: ANALOGIAS	50
A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI	66
FRONTEIRA E IDENTIDADE NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI	83
A GEOPOLÍTICA DAS REDUÇÕES	97
LA CRUZ	106
LA CRUZ FACE AS OUTRAS REDUÇÕES	123
A ESTÂNCIA DE LA CRUZ	137
O TRATADO DE 1750 E A GUERRA GUARANÍTICA	151
AS REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS IBÉRICAS NAS ESTÂNCIAS E REDUÇÕES JESUÍTICAS	163
EXTINÇÃO DA ORDEM E ORFANDEDE DOS GUARANIS	173

LA CRUZ E O MUNDO GUARANI CRISTIANIZADO

ENTRE 1767 E 1828

186

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** **202**

**ANEXO I** **209**

**BIBLIOGRAFIA** **217**



## INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi de estudar as relações da estância de La Cruz com outras estâncias missioneiras e com a própria redução de La Cruz, em sua conexão com a dinâmica interna desse subsistema colonial específico. Para alcançar esses objetivos foi necessário conhecer como foi criada a redução e estância de La Cruz, sua organização política, social, econômica e cultural, percebendo também a dinâmica que a coroa espanhola utilizou para ocupação do território na América do Sul.

Os documentos apontavam a necessidade de discutir alguns conflitos, em especial entre La Cruz e Yapeyu envolvendo suas terras e suas produções, diante disso os mapas encontrados em arquivos auxiliaram para que fosse possível entender a dinâmica da geopolítica das reduções para com suas estâncias e também da coroa espanhola em busca de resguardar suas fronteiras.

Entender as relações que existiram entre as estâncias missioneiras e as reduções, propriamente ditas, em especial a relação entre a Redução de La Cruz e a estância de La Cruz, estabelecendo, também, analogias desse processo com os de

outros povos e agrupamentos nativos, procurando entender a organização e a compreensão do espaço das estâncias jesuíticas e as circunstâncias que efetivariam a ocupação desse mesmo espaço (fronteira oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, Brasil, junto à fronteira com a Argentina), foram as propostas que conduziram o desenvolvimento deste trabalho ao longo de dois anos.

As estâncias missioneiras eram grandes extensões de terras, demarcadas por limites naturais, como matas, rios e montes, havendo a necessidade das reduções criarem dispositivos administrativos para que os povos pudessem gerenciar, separadamente, a grande quantidade de gado disponível em tais espaços produtivos. Tais estâncias se constituíram, geograficamente, bem delimitadas e definidas. Delas eram feitas as extrações do gado e seus derivados e de outros produtos necessários para o abastecimento das reduções.

As estâncias missioneiras mantinham-se atreladas às suas reduções específicas. Tal relação, assim como os demais procedimentos e posturas administrativas, era determinada pela redução, que, por seu turno, era administrada pelos jesuítas. Essas áreas produtivas, por abrangerem espaços amplos e abertos, inclusive no sentido de serem separadas apenas por limites naturais, necessitavam de uma vigilância diferenciada.

A introdução do gado na banda oriental deu-se a primeira vez em 1611, pela ilha de Vizcaíno, no encontro do rio Negro com o rio Uruguai, sendo que a segunda vez deu-se por balsas que foram transportadas da Província do Paraguai, em 1617, e uma parte foi destinada à vacaria de São Gabriel, região mais central do Tapes. E a terceira acontece com os jesuítas nos anos de 1630 a

1636, entre os rios Negro e Uruguai (ver mais em PORTO, 1954, p. 266 a 285).

Discussões aconteciam entre espanhóis de Montevideu e os padres da Província Jesuítica do Paraguai, que reivindicavam esse gado para suas respectivas estâncias. Foi a presença do gado no lado oriental do Uruguai que possibilitou a criação de grandes estâncias como a de Yapeyu. Grupos indígenas, como os charruas e minuanos, faziam muitas irrupções nas estâncias missioneiras, o que gerava conflitos contínuos. Após a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento também houve muitas incursões portuguesas.

A partir das criações das estâncias missioneiras foi necessária a instalação permanente de pessoas e estruturas de policiamento e fiscalização, para que pudessem ter controle do fluxo de entrada e saída de pessoas e bens, sendo que antes mesmo da necessidade de estabelecer um povoamento teriam que garantir a economia a partir de meios de produção adequados para o sustento das reduções.

Diante dessas perspectivas, o primeiro passo dentro da organização dos espanhóis e jesuítas para com a estância foi o de reunir o gado existente no lado oriental do rio Uruguai, e distribuí-lo em estabelecimentos chamados “estâncias missioneiras”. Na medida em que os jesuítas e guaranis mantiveram os animais reunidos, chamaram a atenção de luso-brasileiros, índios “infieis”, entre outros que procuravam os animais para consumo, troca e contrabando.

Entre a margem direita do rio Uruguai e as margens esquerdas do sistema fluvial Paraná/Paraguai, situavam-se inúmeras re-

duções, cujo número, localização e denominação variaram muito ao longo do tempo, que tinham como capital Yapeyu ou Los Reyes. A estância de La Cruz, objeto de pesquisa neste trabalho, está distintamente localizada na região entre os rios Ibicuí e Butuí, no lado oriental do rio Uruguai.

Como reforço ao processo de catequese e “ocidentalização” cultural dos indígenas reduzidos, os jesuítas se utilizaram de algumas técnicas, pois entendiam que esse esforço só lograria sucesso se pudessem comparar as suas doutrinas a aspectos terrenos. Para tanto, preocupavam-se com questões vinculadas à paisagística (espacialidade cultural); por isso o cuidado em instalar as reduções sempre em ambientes propícios para reflexões e desenvolvimento da catequese para os reduzidos.

Com referência à proximidade de rios, principalmente aqueles navegáveis, deve-se levar em consideração que os rios nesse período eram fundamentais para o deslocamento, para o transporte de bens, para a localização geográfica, bem como ofereciam possibilidades de fuga em caso de ataques de outros índios, bandoleiros ou maloqueiros (ver mais em CAMARGO, 2001).

A pesquisa foi direcionada a partir de algumas linhas-mestras, traduzidas em assuntos específicos, que auxiliaram a esclarecer algumas questões, tais como: de que forma ocorreu o processo de formação da estância de La Cruz, considerando que sua redução estava situada do outro lado do rio Uruguai? Como funcionava a organização interna da estância de La Cruz no que diz respeito aos processos administrativos, principalmente em comparação com as

demais estruturas estancieiras? Como se davam as relações entre a estância e outras reduções que faziam fronteira com ela, e também com a sua própria redução? Como se desenvolveu a redução de La Cruz a partir do crescimento da estância, ou seja, a estância como agente propulsor do crescimento da redução? Levando em consideração a proximidade da estância de La Cruz com a estância de Yapeyu, isso teria provocado algumas divergências entre as reduções? Essas foram as problemáticas resolvidas ao longo dos capítulos da dissertação.

Desde o fim do século XIX e durante todo o século XX, vários historiadores trabalharam com a questão das missões jesuíticas e os problemas referentes à organização e à estruturação das reduções e de suas estâncias, o que possibilitou a discussão acerca das questões suscitadas anteriormente. Percebe-se ao longo da pesquisa que muitas ramificações menores surgiram a cada problema levantado, assim como novos problemas, dando uma contribuição sem precedentes para o enriquecimento do trabalho.

A investigação feita neste trabalho permitiu discutir e estressar conceitos relacionados aos temas de “sociedade, povoamento, fronteira, espaço, região e cultura”, que foram utilizados por historiadores na construção da historiografia encontrada sobre missões e suas respectivas estâncias.

O estudo que tem como objeto a estância de La Cruz está inserido na linha de pesquisa Política e Estado, do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas. A linha congrega a discussão da História Política sustentada no pluralismo teórico-metodológico, tendo por horizonte tentativas de reflexões

e definições de distintos fenômenos, eventos e processos históricos considerando as ideias e as práticas de aproximação ou distanciamento (o sentido da fronteira conceitual), bem como as ideias e práticas de caracterização ou categorização (o sentido da identidade conceitual). A linha tem por objetivos preferenciais as relações de poder, a dominação, a dimensão do público, o Estado, a sociedade, a exclusão, o pensamento político, o território, as políticas econômicas, as instituições, os fenômenos de migração e o espaço.

As páginas deste trabalho abordam uma história política a partir do estudo da organização política da estância e redução de La Cruz relacionando com atores, instituições e fenômenos que estavam envolvidos. Assim, sobre doutrinas e práticas de geopolítica que traçaram territórios movimentaram-se as linhas dos mapas. Neste trabalho enxerga-se a estância e a redução com suas particularidades e todas as camadas que trilham o caminho da sua fundação e vivência. Buscou-se discutir algumas instituições formais e informais do Antigo Regime e suas organizações, uma vez que, mesmo não fazendo parte diretamente do objeto de estudo, foram agentes de fatos e processos que tiveram implicações na aparentemente pouco significativa La Cruz, num canto do universo colonial europeu na América.

Dessa maneira, foi relacionando as bibliografias e as fontes documentais que encontrei muitas informações, verdadeiras ou falsas, em um tempo de investigação que me transportava do presente para o passado, e vice-versa, o qual continuamente despertava a minha imaginação narrativa. A aproximação e o distanciamento no espaço e no tempo foram constantes a partir

da leitura e escrita. Assim foram esses alguns dos aspectos que possibilitaram um suporte para apresentação de uma nova visão das estâncias e principalmente da estância de La Cruz para a historiografia, no qual novas definições foram apresentadas e a partir deste estudo outras ainda serão.

Ao fim, cabe uma questão: por que levar a cabo essa pesquisa?

O ofício do historiador é a interpretação e a análise dos fenômenos que constituem o universo comumente denominado de histórico: em outras palavras, o passado humano. Portanto, a construção deste trabalho contribuirá para a sociedade, com vistas a elucidar sobre a memória da formação e a discussão sobre as estâncias missioneiras no período de 1629 a 1828. Não apenas para as comunidades que hoje vivem nos locais da memória dos fenômenos a serem estudados, ou as comunidades que, eventualmente, sejam culturalmente herdeiras dos agentes individuais e coletivos que compuseram aqueles cenários, mas também para toda a humanidade, na medida em que o esclarecimento e a argumentação em torno das questões pontuais podem, desde que feita a devida vinculação, proporcionar luzes sobre questões mais de fundo, de natureza teórico-filosófica, inclusive acerca do agir e do pensar humano. Portanto, a construção desta dissertação com esta temática de estâncias missioneiras é de grande importância para o conhecimento geral e particular da história.

A relevância deste trabalho reside, igualmente, na possibilidade de dialogar criticamente com bibliografias e linhas interpretativas oriundas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, assim como de Portugal e da Espanha, levando em conta as argumentações utilizadas

pelos autores, classificando-as, tipificando-as.

Outra questão seria a do ineditismo deste trabalho, pois a pesquisa foi centrada em dois pontos importantes: o primeiro, no sentido de que a análise efetuada está centrada na estância e não na redução, que já tem sido debatida e pesquisada por muitos pesquisadores que colocam a redução em primeiro plano, enquanto esta pesquisa está colocando a estância como prioridade; e o segundo ponto é a escassez de trabalhos relacionados a estâncias jesuíticas, em especial a de La Cruz. Busco, assim, proporcionar uma inovação.

## A ADMINISTRAÇÃO ESPANHOLA NA AMÉRICA

Com o incentivo das incursões marítimas do século XV, ficariam nítidas as intenções dos povos ibéricos para os séculos posteriores. Situações e empenhos começaram a ser efetuadas pelas coroas Ibéricas a fim de satisfazer o reconhecimento territorial de novos espaços. A assinatura do Tratado de Tordesilhas teoricamente era um acordo de limites, porém na prática foi diferente, pois não houve necessariamente uma delimitação entre as coroas ibéricas no novo território conquistado, no entanto, possibilitou o início de um processo geopolítico que começou a tomar forma além de ter sido também o suporte jurídico do sistema colonial (CAMARGO, 2001, p. 28).

A descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história. Na “descoberta” dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens (TODOROV, 1999, p. 06).

A surpresa dos Europeus quando da descoberta da América foi ter se deparado com a imagem do “outro”, encontro que provocou uma inquietação e, ao mesmo tempo, algo único, pois identificaram uma sociedade que mantinha uma estrutura social que envolvia aspectos culturais distintos, repletos de crenças,

costumes, valores completamente diferentes ao que conheciam. Porém, o interessante naquele momento foi a observação acerca do uso do poder e da força entre os povos, já que se tratava de povos completamente diferentes, que nem sempre mantinham boas relações entre si.

A Europa estava passando por várias transformações, onde ideias novas se formavam, ao mesmo passo que várias coisas até então consideradas como ideais começavam a ser duramente criticadas. Isso aconteceu no mesmo período em que a América estava sendo conquistada. No mundo europeu de então (século XVI), essa fase foi chamada de Renascimento, e foi marcada por um processo de desenvolvimento da civilização urbana e do comércio devido ao aumento do consumo, o qual proporcionou o crescimento da indústria manufatureira.

El descubrimiento de América abrió horizontes amplios a su ambición de labrarse una fortuna propia que les permitiese salir rápidamente, aun a costa de los mayores riesgos, del estado de inferioridad económica en que vivían, y ello les impulsó a enrolarse en las huestes de la conquista (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 27).

O Renascimento, na Europa, proporcionou conflitos latentes entre elementos importantes tais como a Igreja, os Reis e vários pensadores da época (ver mais em KERN, 2006, p. 233-236). Grandes discussões seriam marcadas pela contestação do poder e da influência que a igreja, não apenas através de seu pontífice, exercia sobre os reis, levando em conta que novas concepções sociais, econômicas e culturais surgiam, provocando uma série de

transformações. Dessa maneira, como indica Châtelet:

Na época das grandes transformações do Renascimento, e no momento em que se afirmam ao mesmo tempo as realidades nacionais e o poder do Estado, a Reforma – com Lutero, Münzer e Calvino – abre com vigor particular, um importante capítulo do pensamento político moderno: o das relações entre comunidades religiosas e o Estado convertido em potência laica, capítulo que é frequentemente, ao mesmo tempo, o das relações exigências morais e necessidade política (CHÂTELET, 1985, p. 43).

Ao iniciarem a ocupação do Novo Mundo, os espanhóis criaram órgãos administrativos para que pudessem governar, administrar e ocupar, com maior rapidez, os novos territórios, sempre lembrando que esse espaço já era ocupado por uma população distinta. No princípio, porém, eram poucas as instituições e cargos criados que, com o crescimento observado na colônia devido à expansão do território, aumentaram e se especializaram. Dessa maneira, objetivava-se responder a todos os anseios da coroa espanhola para com a América.

O Rei, teoricamente, detinha poder absoluto, uma figura que representava a suprema autoridade, tanto política, social, quanto econômica. Ele era legitimado por direito divino, assim, tanto na Espanha quanto nas colônias espanholas, a vontade do Rei era lei.

Para Bobbio a “formação do Estado absoluto ocorreu através de um duplo processo paralelo de concentração e de centralização do poder num determinado território”. Nesse sentido, o autor

também destaca que:

Por concentração, entende-se aquele processo pelo qual os poderes através dos quais se exerce a soberania – o poder de ditar leis válidas para toda a coletividade (a tal ponto que os costumes são considerados direitos válidos apenas na medida em que, por uma ficção jurídica, presumem-se acolhidos ou tolerados pelo rei que não os cancelou expressamente), o poder jurisdicional, o poder de usar a força no interior e no exterior com exclusividade, enfim, o poder de impor tributos, - são atribuídos de direito ao soberano pelos legistas e exercidos de fato pelo rei e pelos funcionários dele diretamente dependentes. Por centralização, entende-se o processo de eliminação ou de exaustoração de ordenamentos jurídicos inferiores, como as cidades, as corporações, as sociedades particulares, que apenas sobrevivem não mais como ordenamentos originários e autônomos, mas como ordenamentos derivados de uma autorização ou da tolerância do poder central (BOBBIO, 1987, p. 115).

Em 1524, foi instituído o Conselho das Índias, setor do governo formado por conselheiros que elaboravam leis para a América Espanhola e nomeavam funcionários coloniais. Ele funcionava como uma agência suprema para resolver os assuntos da colônia. Desse modo, fica explícito que era um governo que manejava seus interesses a distância, tentando controlar as inúmeras questões inerentes ao Estado a partir de órgãos administrativos teoricamente capacitados para isso.

O Real e Supremo Conselho das Índias foi um dos órgãos mais importantes da administração colonial, com a função de assessorar o Rei nos assuntos referentes à colônia e também de executar a vontade real nesses assuntos. Nesse órgão resolviam-se questões de nível legislativo, executivo e também judiciário, funcionando como tribunal superior para resolver as questões coloniais, fornecendo: “o mecanismo formal para garantir que os negócios das Índias fossem trazidos regularmente à atenção do monarca e que a vontade do monarca, corporificada em leis, decretos e instituições, fosse devidamente transmitida às suas possessões americanas” (ELLIOTT, 1997, p. 286).

La organización y atribuciones – muy amplias – del Consejo de Indias se presenta con gran indeterminación en los primeros tiempos y se va precisando a lo largo de la primera mitad del siglo XVI. En sus manos estuvo todo el gobierno político y administrativo de los territorios de las indias: Jurisdicción civil y criminal en última instancia; nombramiento de funcionarios; presentación de prelados; aprestos de flota; expediciones de descubrimientos; hacienda colonial; tratamiento de los indios. Pero todo ello con subordinación efectiva a la alta autoridad de los monarcas, que en tiempos de Felipe II se acuso con una intervención personal constante, reservada y cautelosa (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 73 e 74).

O Conselho das Índias era o órgão administrativo que mais concentrava os poderes do império colonial hispânico. Com imenso controle do sistema colonial, legalizava as decisões da monarquia e tinha jurisdição sobre a organização administrativa co-

lonial. “Suas decisões correspondentes aos negócios de guerra e paz [sic], civis, militares, eclesiásticos ou criminais, impunham-se aos Vice-reinados, Audiências ou Governos Províncias, vigiando a conduta das autoridades administrativas locais e exigindo-lhes responsabilidade por excessos ou negligências ao término de seus mandatos” (KERN, 1982, p. 21). Assim, tinha autoridade e independência, com respeito aos outros órgãos do governo para resolver vários assuntos coloniais.

A partir de 1571 houve a necessidade de reorganizar a administração e para isso criaram-se algumas juntas que passaram a funcionar divididas em setores. Cada junta tinha sua função específica, controlando questões sociais, econômicas e políticas dentro de um governo centralizado. Segundo Ots Capdequi “En 1575 se creó la Junta de Hacienda de Indias, y en 1579 la Junta de Guerra” (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 74).

A Casa de Contratação (ver mais em LAVIANA CUETOS, 1996) foi um órgão administrativo do governo com poder político para controlar o comércio, impostos e coibir o contrabando, além de organizar expedições. Era uma agência que dirigia uma das partes mais importantes da administração que ligava a América ao governo espanhol, expandindo estudos geográficos e auxiliando no desenvolvimento do comércio e da própria navegação da época. Assim:

Supervisionava as relações marítimas e comerciais entre as Índias e a Metrópole, estando também encarregada da organização e da proteção dos comboios que eram enviados à América, inclusive dos que traziam os jesuítas, bem como velava sobre ta-

xas e impostos reais a serem cobrados do comércio colonial. Sob seu controle passava a bagagem dos Padres Procuradores da Província Jesuítica do Paraguai que voltavam com uma nova leva de missionários para o Prata. Colocada sob a alçada do Conselho das Índias, tornou-se um organismo mais e mais complexo, principalmente com a criação do cargo de Presidente do Tribunal da Casa de Contratação, encarregado de assegurar a coordenação desta instituição com o Conselho das Índias (KERN, 1982, p. 20-21).

Depois, de acordo com sua própria necessidade, aumentaram-se os cargos e as respectivas funções, continuando subordinada ao Conselho das Índias, mesmo tendo sido criada anteriormente a mesmo. Ots Capdequí, por exemplo, afirma que:

Esta casa de la Contratación fué, al propio tiempo que el organismo rector del comercio con las Indias, una institución de gobierno con atribuciones políticas –singularmente en el orden fiscal-, una pieza importante en la esfera de la administración de justicia y un factor poderoso para el estudio de la geografía americana y de la ciencia náutica de La época. En sus comienzos sólo formaron parte de la Casa la Contratación un Factor, un Tesorero y un Escribano-Contador (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 72).

Outro órgão importante dentro das linhas comerciais foi o Consulado das Índias, que era um tribunal direcionado para as causas comerciais com as colônias. Foi criado aproximadamente em 1518, com profundas ligações com a Casa de Contratação. No

entanto, mais tarde outros Consulados foram criados em Sevilha, Lima, Buenos Aires, entre outros lugares, o que aponta que, aos poucos, os primeiros órgãos implantados foram se proliferando para uma melhor organização administrativa do território e das finanças. Em suma, do próprio Estado que se consolidava como potência ultramarina.

Os Vice-reinados foram criados, num primeiro momento, com funções de Estado, sobretudo em questões relacionadas ao poder judicial. Nas colônias, os Vice-reinados foram a representação máxima da coroa espanhola. Sua criação e implantação, de acordo com Laviana Cuetos:

Fue un proceso presidido siempre por la afán centralizador y autoritario de la Corona, pero limitado por la propia distancia y la lentitud de las comunicaciones, que impusieron la adopción generalizada en América de la fórmula castellana de se obedece, pero no se cumple, con la que se pretendió dar cierta flexibilidad al sistema, armonizando la tendencia unificadora de la creciente diversificación de las colonias (LAVIANA CUETOS, 1996, p. 86).

Devido às distâncias entre o reino e a colônia, e mesmo dentro dos Vice-reinados, sua atuação geralmente era prejudicada, pois muitas vezes “suas mãos estavam atadas desde o início pelas instruções que recebera do rei na hora da nomeação, e estava sempre recebendo novas ordens de Madri, muitas delas totalmente inaplicáveis à situação em que se encontrava” (ELLIOTT, 1997, p. 292). Por isso, havia a necessidade, em certos momentos, de tomar decisões próprias e de urgência, assumindo assim uma prerrogativa

do poder absoluto em sua esfera de administração. Com referência ao tempo dos mandatos de cada vice-rei, “Su nombramiento fué vitalicio en los primeros tiempos. Luego se fijó el plazo de tres años, que gradualmente se extendió hasta cinco”(OTS CAPDEQUI, 1946, p. 67).

No primeiro momento a monarquia era representada na América pelos vice-reis que eram funcionários de total confiança da coroa, responsáveis por várias atribuições coloniais. Entretanto, todo seu amplo poder aos poucos foi sendo limitado, não apenas por ter que informar todas as suas decisões ao monarca, mas devido ao aumento de complexidade e regulamentação da administração colonial espanhola.

Os *adelantados*, cargo público de “matriz privada”, também possuíam funções militares, visando a ampliar o domínio espanhol além de administrar e defender lugares longínquos. Ots Capdequi afirma que: “En Las Indias se hace difícil puntualizar las atribuciones peculiares de los adelantados, porque de ordinario todo adelantado era al propio tiempo gobernador. Con un carácter o con otro, se les ve ejerciendo el gobierno político y administrativo, con facultades también de naturaleza y jurisdiccional” (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 63).

Subordinados aos vice-reis encontravam-se os capitães-generais, com funções relacionadas às questões político-militares, sendo encarregados da proteção do espaço para o qual foi designado, bem como de manter a ordem civil, de caráter governamental, já que também gozavam de poder administrativo e judicial. Havia ainda os governadores, com responsabilidades

sob a jurisdição de partes do espaço geográfico do vice-reinado: as governações.

Os governadores tinham relações políticas com os jesuítas, escolhiam e nomeavam alguns cargos da hierarquia local da Companhia de Jesus, assim era através dos jesuítas que aplicavam seus poderes sob os índios. “A mesma coisa acontecia com as missões das outras ordens religiosas e mesmo com os ‘Pueblos de Índios’ encomendados. Destes últimos era o governador, igualmente, a autoridade suprema e dele e do Cura dependia a nomeação do administrador leigo indicado pelas autoridades religiosas locais. Sua autoridade permanecia legalmente ativa e reavivava-se através das Visitas” (KERN, 1982, p. 27).

Outros cargos não menos importante, dentro do sistema administrativo da América espanhola, foram o de *corregidores*, também conhecidos como *alcaldes mayores*, que eram representantes do poder local, executavam alguns deveres de caráter judicial e eram subordinados aos governadores da região. Alguns *corregidores* eram indicados pela coroa e outros pelos vice-reis, “sua base de jurisdição tinha como base uma cidade ou vila, mas estendia-se – como aconteceu na própria Castela – à região rural próxima, de modo que os *corregimientos* eram basicamente grandes distritos com um centro urbano” (ELLIOTT, 1997, p. 294).

Já a partir de 1511 criaram-se as primeiras “audiências”, órgãos administrativos reais, consideradas como tribunais superiores de justiça, pois representavam o Rei na administração judiciária. Eram formadas por juízes espanhóis, e suas sessões, desde que autorizadas, eram realizadas pelo vice-rei ou capitão-general,

porém os acordos que ficassem estabelecidos nas audiências só podiam ser anulados pelo Conselho das Índias. Como assevera Ots Capdequi, nesse sentido, as audiências:

Fueron fundamentalmente órganos corporativos de la administración de justicia. Pero ejercieron al propio tiempo funciones de gobierno muy importantes, que en España no llegaron a desempeñar nunca. Actuando en corporación, como Reales Acuerdos, controlaron, en buena parte, las altas funciones de gobierno de los propios virreyes (OTS CAPDEQUI, 1946, p.65).

Desse modo nota-se que as audiências ocuparam um espaço predominante na burocracia do Império Colonial Hispano-Americano, responsável pelas ações mais importantes na estrutura administrativa do estado espanhol, sendo uma delas o controle e fiscalização de alguns dos mais importantes cargos administrativos, o que pode explicar a desconfiança dos reis em relação aos governadores e vice-reis, devido às grandes distâncias e à complexidade da comunicação. Com isso, as reais audiências tiveram na América funções diferentes que na Metrópole.

Os *cabildos* eram instituições formadas por um conjunto de pessoas que cuidava da administração local, com deveres executivos, legislativos e judiciários, havendo uma divisão de responsabilidades entre os integrantes de tal órgão, através de cargos que possuíam funções específicas. Dentre elas, alguns zelavam pela ordem, outras pela limpeza e segurança pública ou ainda outras funções, tentando resolver os problemas mais simples do cotidiano de cada lugar.

En la legislación se distinguieron tres clases de

poblaciones: ciudades metropolitanas, ciudades diocesanas o sufragáneas y villas o lugares. El Cabildo de las primeras estaba integrado por “doce Regidores, dos Fieles Executores, dos jurados de cada Parroquia, un Procurador General, un Mayordomo, uno de Minas y Registros, un Pregonero Mayor, un Corredor de Loja y dos Porteros”. En las segundas, “ocho Registradores y los demás oficiales perpetuos”. Para las villas y lugares: “Alcalde Ordinario, cuatro Registradores, un Alguacil, un Escribano de Concejo público y un Mayordomo” (LeyII, tít. VII, lib. IV de La Recopilación de 1680) - (OTS CAPDEQUI, 1946, p. 71).

Com relação aos demais órgãos administrativos, nota-se nos cabildos uma diferença, pois os membros que faziam parte do mesmo eram escolhidos pela comunidade local, sendo que nos demais órgãos administrativos, que faziam parte do sistema espanhol, os membros eram escolhidos pelo Rei ou pelo órgão administrativo superior, responsável pela respectiva nomeação de funcionários do governo. Isso foi muito importante na organização das missões jesuítico-guaranis.

Percebe-se que, na América espanhola, foi se implantando um sistema administrativo muito bem estruturado, com vários órgãos administrativos que eram responsáveis pelo desenvolvimento da colônia e, também, por manter a ordem de tudo que pertencia ao Rei, o qual, mesmo não estando presente, recebia correspondências e relatórios dos representantes dos órgãos para informar o que estava se passando. Ele, como autoridade máxima, conseguia gerenciar (na teoria) de longe, a partir do aparato administrativo,

vastos territórios, demonstrando a força do poder do Estado absolutista.

## O CATOLICISMO IBÉRICO

Com o início das viagens que proporcionaram a expansão dos domínios de vários reinos europeus, especialmente Portugal e Espanha, aliado ao atrelamento da Igreja Católica aos reis ibéricos, foi possível disseminar pelo mundo um enorme trabalho missionário. Esse movimento, cabe lembrar, caminhava lado a lado com a reforma que estava acontecendo na Igreja Católica desde o Concílio de Trento e tinha como meta não perder fiéis. Atuando para expandir também a fé e a doutrina cristã, em todas as terras conquistadas na América, o missionário executou o processo de conversão do nativo ao cristianismo por meio da catequese, a fim de que pudesse submeter as comunidades indígenas ao poder monárquico e ao poder clerical, o primeiro representado pelas coroas ibéricas, e o segundo representado pela Igreja de Roma.

A implantação da doutrina cristã na América encontrava-se ainda relacionada ao pensamento, à ideologia, à cultura e aos costumes dos indivíduos do final da Idade Média. Diante disso, e também pela estreita relação mantida entre as coroas ibéricas com a Santa Sé, foi que: “na falta de um volume considerável de tropas militares espalhadas por todo o mundo colonial ibérico, antes da segunda metade do século XVIII, foram os sacerdotes católicos que mantiveram a lealdade às coroas de Portugal e Castela das populações peninsulares, *criollas*, mestiças e indígenas” (BOXER, 2007, p. 97).

Deve-se destacar que “por concessão da Santa Sé, os reis, primeiro de Portugal, depois de Castela, gozavam de direito e

poder nas novas terras. Desse modo, os monarcas se constituíam, além de chefes materiais, também em verdadeiros chefes espirituais por ordem e delegação de Roma”. (OLIVEIRA, 2006, p. 66). Portanto, entende-se que as autoridades designadas pela coroa espanhola para trabalhar nas instituições administrativas criadas para governar o Novo Mundo teriam autoridade também sobre a Igreja Católica na América espanhola. Determinados funcionários foram encarregados de fazer a prestação de contas aos reis ibéricos e ao Papa, a partir de uma espécie de dupla autoridade na América. Com base nisso que inúmeros problemas ocorreriam no futuro, quando houve um crescimento vertiginoso do poder da Igreja Católica, tanto na esfera do próprio reino, quanto nas colônias.

Com a necessidade de imposição de uma religião nos territórios ocupados, é possível verificar que a tolerância não foi uma particularidade do mundo ibérico, pois era necessário, segundo o pensamento dos reis e do Papa, evangelizar através de imposição da doutrina cristã, a fim de aumentar o corpo da cristandade, bem como os súditos dos Reis Católicos.

A partir do século XVII, após um esgotamento de lutas religiosas, juntamente com interesses políticos e econômicos, as ideias de tolerância começam a se desenvolver. Assim, “o tolerantismo era amiúde, uma solução de compromisso nascida de considerações políticas ou econômicas de ordem prática, e não de sentimentos de tolerância”. (SCHWARTZ, 2009, p.22) Enquanto que na América, num contexto diferente, a intolerância se fazia presente num espaço que começa a tomar forma, especialmente por meio da imposição a uma doutrina, bem como de uma cultura europeia, não deixando muitas opções para os nativos conquistados:

aculturar-se ou rebelar-se.

Desse modo, com as conquistas de novos territórios, o cristianismo foi sendo imposto ao mesmo tempo em que as religiões praticadas pelos conquistados foram sendo legadas a outro plano. Criaram-se outros símbolos de representatividade, sincréticos ou não. Alguns costumes tiveram que ser deixados de lado, principalmente aqueles ligados a crenças que não eram bem vistas pela Igreja.

O catolicismo na América não estava vinculado diretamente ao Papa. Esta “íntima e inseparável relação entre cruz e coroa, trono e altar, religião e império, foi uma grande preocupação para os monarcas ministros e missionários” (BOXER, 2007, p. 97). As relações se misturavam entre o poder material e espiritual, dando um caráter de bifrontalidade por onde se ia conquistando e incorporando novos territórios sujeitos ao poder dos monarcas dos reinos ibéricos. Em outra frente, havia a igreja com seus clérigos, arrecadando novas almas fiéis para a sua fé.

Catolicismo ibérico é uma conceituação para definir o tipo de catolicismo que se desenvolveu nos países de Portugal e Espanha. Trata-se, pois, de um tipo de religião que não estava vinculada diretamente ao Papa, mas aos reis destes países. Este tipo de relação ficou conhecido como Igreja de padroado (OLIVEIRA, 2006, p. 66).

Mas não se pode esquecer que durante o período de conquista da América as coroas ibéricas tinham propósitos claros de ampliação de seus territórios para além-mar, contando desde o princípio com o catolicismo para tal empreitada. Este era parte

integrante do propósito colonizador e empreendedor, pois a religião cristã e católica, na Europa, desempenhava um papel importante na vida dos homens e o mesmo se pretendia na América.

Dessa união entre a cruz e a coroa, foi criada a igreja de padroado, o padroado real, em português, e o patronato ou *patronazgo*, em espanhol. Ambos podem ser definidos “em geral como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado” (BOXER, 2007, p. 98) às coroas ibéricas, por estarem patrocinando essa expansão do cristianismo a partir da instalação das missões, das igrejas, dos colégios, dos seminários, do provimento de todas as necessidades para que os clérigos pudessem se manter no Novo Mundo.

Mora Mérida, por exemplo, assegura que os: “pocos clérigos que quedaron se alinearon con los españoles en las preocupaciones diarias por la subsistencia, problema fundamental de todo vecino paraguayo de la época, o se marcharon a las nuevas fundaciones que se estaban haciendo por aquellos años (Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, etc.)”(MORA MÉRIDA, 1976, p. 15 e 16), nos primeiros anos da segunda metade do século XVI.

Todas essas preocupações faziam parte da Igreja que tinha receio de perder espaço na Europa: questões relacionadas à política de expansão de outros países, aumento do protestantismo, possíveis invasões turcas pelo mediterrâneo, que seria uma perda para o catolicismo na Europa.

Na América, a concessão desses privilégios para as coroas dotou-as de poderes importantes de controle sobre a Igreja Católica, o que representava muito para os monarcas, pois além

de terem o poder monárquico também desfrutavam do poder espiritual. Todavia, isso também pode ser entendido como um particularismo do catolicismo ibérico empreendido na América. Pode-se apontar em termos mais específicos o que os monarcas foram autorizados pelo Papa, mas sempre lembrando que isso não se aplica para os domínios desses mesmos soberanos na Europa.

(a) Construir e permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas no âmbito de seus respectivos padroados; (b) apresentar à Santa Sé uma pequena lista de candidatos adequados a todos os arcebispados, bispados e abadias, bem como encaminhar os postulantes a dignidades e cargos eclesiásticos de categoria inferior aos bispos pertinentes; (c) administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, e vetar bulas e breves papais que não fossem primeiramente autorizadas pela chancelaria das respectivas coroas. Esses privilégios significavam que, na prática, todo sacerdote missionário, secular ou regular, somente podia aceitar sua nomeação sob a condição de ser aprovado pela coroa em questão, e ele dependia dela para seu sustento financeiro. O Estado monárquico, além disso, ganhou o direito de transferir, promover ou afastar os clérigos; de determinar os limites de suas jurisdições; de arbitrar os conflitos de jurisdição que porventura ocorressem entre membros do clero e o poder civil, e entre os próprios eclesiásticos (BOXER, 2007, p. 99-100).

Com todas essas determinações, pode-se verificar que a Igreja Católica estava totalmente atrelada aos interesses das coroas ibéricas na América, transformando o clero colonial em

funcionários assalariados do Estado monárquico, como qualquer outra instituição criada para conquistar, controlar e administrar as terras descobertas. É preciso anotar, contudo, que não se pode generalizar e afirmar que todos os clérigos aceitaram de maneira pacífica aquela situação, pois muitos se posicionaram contra. Entretanto, não era difícil para as coroas fazê-los afastarem-se de seus cargos e, até mesmo, retornarem para a Europa. “Em outras palavras, a Igreja colonial estava sob o controle direto e imediato da coroa, exceto nas questões de doutrina e dogma” (BOXER, 2007, p. 100).

As autoridades de Roma questionavam esses privilégios, afirmando serem inconvenientes e dizendo serem subversores da autoridade papal. Ou seja, o Papa, mesmo sendo chefe supremo da Igreja, deveria rever todas essas regalias atribuídas aos monarcas portugueses e espanhóis. O patronato real espanhol, contudo, perdurou até as guerras de independência e só após esse momento foi revertido.

Os Reis Católicos, Fernando e Isabel, de uma forma cautelosa, fizeram na América o que naquele momento não tinha como ser feito em Portugal e na Espanha. Houve a conservação de alguns princípios medievais relacionados diretamente com o plano ideológico, constituindo e alterando referências e imaginários. Já que se tratava de um espaço (geográfica e ideologicamente) que apresentava uma posição completamente distinta, com populações que tinham práticas religiosas desconhecidas aos europeus conquistadores, muitas referências e simbologias antigas foram aproveitadas ou toleradas para que os americanos compreendessem as noções europeias de mal e de bem. Sobre essa forma de sincre-

tismo criado para a absorção do elemento indígena às crenças e cultura espanhola, Domingues destaca que:

O reconhecimento de que as práticas religiosas já existentes entre esses povos não eram de todo incompatíveis com o cristianismo foi algo novo e que conflitou com a prática dos dominicanos e franciscanos. Enquanto esses consideravam os deuses astecas demônios e queriam pôr um fim às antigas religiões, os jesuítas e homens como Carlos Sigüenza y Góngora consideravam-nos figuras históricas e queriam utilizá-los. O que orientava o missionarismo moderno dos jesuítas não era uma conversão que conduzisse ao reino de Deus ou ao fim do mundo nos moldes do milenarismo dos franciscanos no século XVI, mas sim que levasse ao movimento ascendente da história universal (DOMINGUES, 1997, p. 195).

A visão apresentada pelos jesuítas com referência aos povos do Novo Mundo, de que suas práticas religiosas não seriam de todo incompatíveis com o cristianismo, pode ser considerada como algo conflitante, especialmente por ser o catolicismo da Península Ibérica baseado na Contrarreforma, ou seja, algo metódico, determinado, no qual a figura de Jesus Cristo apresenta-se como uma divindade, mas humana, que cedeu sua própria vida pela humanidade.

A descoberta da América ocorreu durante os processos de transição da Idade Média para a Moderna na Europa, por isso, compreender que a América já nasceu moderna, por vezes, torna-se confuso. No entanto, é preciso ter em mente que o catolicismo implantado nas colônias estava inserido em contextos e realidades

completamente diferentes, “pois trata-se de uma cultura católica que não passou pela reforma nem separou claramente ciência de religião. Trata-se de sociedades nas quais, ainda hoje, encontramos uma cultura que está elaborando temas derivados de uma versão especial da Idade Média tardia e nas quais o espaço deixado para a demonstração empírica é relativamente estreito” (DOMINGUES, 1997, p. 196).

## A COMPANHIA DE JESUS

A expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica, ao final do século XV, e a recuperação dos territórios, com o mesmo sistema utilizado nas cruzadas, trouxeram novos pensamentos acerca da interação entre o Estado e a Igreja. Ou seja, a fé poderia ser propagada para todos os lugares do mundo por meios militares, o Estado servindo à Igreja e vice-versa. E dessa forma se selaria uma união que perduraria por muito tempo.

Após a reconquista dos territórios “pode-se até mesmo afirmar, na linha de Américo de Castro, que os castelhanos participantes da Reconquista haviam absorvido de seus adversários muçulmanos algumas ideias e crenças, sobretudo, o messianismo religioso”(BARNADAS, 1997, p. 521). Essa absorção de ideias não católicas motivou algumas atitudes no século XV, tais como a obrigatoriedade e assimilação do catolicismo nos reinos ibéricos. O processo ocorre aproximadamente em 1492, assim os judaizantes espanhóis tinham que escolher entre serem batizados cristãos ou serem expulsos por Fernando e Isabel. O mesmo acontece com os mouros em Castela no ano de 1502, e em Aragão em 1502.

O surgimento do estado moderno exigia pelo menos a fachada de uniformidade de crença. Ao mesmo tempo, as ideias propostas por juristas italianos, a partir do século XIV, sobre a justificação secular do Estado, segundo as quais a autoridade do governo devia controlar todas as forças da sociedade, inclusive as eclesiásticas, obtinham crescente aceitação (BARNADAS, 1997, p. 521).

Além de todas as questões referentes às dificuldades que a Igreja católica estava passando na Europa, com o crescimento de outras religiões e com a reforma, após o início da conquista do Novo Mundo a Europa mostrou que as sociedades existentes na América tinham uma estrutura organizacional diferente e complexa, comparando-as com as europeias. Isso gerou um desconforto, pois no primeiro momento a Igreja Católica não sabia como lidar com a situação social, política e econômica que o Novo Mundo apresentava. Fora isso, como registra Barnadas: “Além disso, suas estruturas religiosas estavam funcionalmente enraizadas na vida dessas sociedades. Somente depois que o horizonte geográfico e humano se descortinara de forma tão esmagadora é que a Igreja percebeu a dimensão da tarefa de evangelização que agora se exigia dela no Novo Mundo”(BARNADAS, 1997, p. 524), assim percebendo seu papel na nova sociedade, que estava se formando, e as possibilidades de ampliar a doutrina católica ao mesmo tempo que ampliava a submissão à monarquia.

Em 1534, Inácio de Loyola fundou, com outros estudantes, a Companhia de Jesus. “A obra de Loyola tem um aspecto reformador, expresso em suas proposições de que os missionários deviam atuar como soldados de cristo dentro de uma Igreja Militante, na qual os cristãos se constroem na essência, e não na aparência, da Cristandade” (QUEVEDO, 2000, p. 51). Mais tarde, escolhido para ser o superior geral da Companhia, enviou missionários para vários países com o objetivo de criar escolas, liceus e seminários. Os jesuítas pregavam a obediência total à doutrina da Igreja Católica, alcançando grande influência na sociedade nos períodos iniciais da Idade Moderna (séculos XVI e XVII).

Inácio de Loyola, um crente total, de uma fé sem limites, confiava suas decisões a uma lógica fria e calculista, que tinha como premissa a de que Deus sempre aprovaria a realização de obra piedosa e todo trabalho verdadeiramente útil. Foi um defensor do livre arbítrio, da capacidade do homem em escolher entre o bem e mal, e do mérito das obras. Através de seus Exercícios Espirituais, fez dos seus discípulos, servidores inteiramente dedicados aos interesses da Ordem. Prontos para todos os sacrifícios, agora aprimorados e praticados pelo seu pequeno grupo de seguidores, Loyola preparava seus soldados para enfrentar tentações e situações mais adversas e cruéis. Essa profunda preparação psicológica lhe deu desprendimento e total controle das emoções e dos sentimentos (MALLMANN, 1986, p. 87).

A Companhia de Jesus, além de sua especificidade espiritual, procurava influenciar a coroa espanhola, ou seja, o que se pode chamar de dupla atuação, entre o real e o espiritual, pois se espalhando pelos espaços abrangidos pela atuação da coroa, propagando a fé cristã e a fidelidade ao rei, os jesuítas estavam sempre indo além do que podiam, criando procedimentos para poder administrar suas reduções e estâncias, trazendo e acolhendo práticas culturais para esses novos espaços criados para a conquista de novos cristãos sob jugo da Espanha. Assim, a Companhia de Jesus teve grande importância para as coroas ibéricas, principalmente a partir do século XVI, pois de certo modo ajudou no povoamento do Novo Mundo por meio da evangelização e da implantação da mentalidade europeia em atividades religiosas, sociais e político-administrativas.

A própria Companhia de Jesus, fundada em 1540, era fruto do ideal reformador. Assim também foi sua intervenção na América. Os Jesuítas viajaram leves, livres da bagagem do passado. Procuraram implantar um cristianismo isento dos erros que desfiguraram a Fé na Europa. Seu impulso utópico acabou por florescer plenamente no século XVII, com suas chamadas reduções jesuíticas (principalmente no Paraguai). Sua deferência para com Roma e sua estrutura fortemente hierárquica também se conformaram ao modelo de cristianismo recomendado pelo Concílio de Trento (1545-1563). (BARNADAS,1997, p. 525).

Segundo Marilda Oliveira de Oliveira, a Companhia de Jesus teve várias fases na sua história. Cada fase deixou inúmeras marcas nos espaços onde os jesuítas estiveram como: na Europa, na América, na África e na Ásia.

A Companhia de Jesus pode ser caracterizada por quatro períodos bem definidos: a) 1534 – 1600: período dos fundamentos e expansão; b) 1600 – 1750: época de solidez até alcançar a ascensão e a estabilidade; c) 1750 – 1773: período de descrédito, incluindo o drama da supressão (durante 41 anos ficou no esquecimento, produzindo-se um longo vazio na história); d) 1814 – 1940: anos de restabelecimento (OLIVEIRA, 2004, p. 39).

Quando do surgimento da Companhia de Jesus, a Europa estava passando por uma “crise religiosa”. A igreja encontrava-se enfraquecida devido ao movimento conhecido como Contrarreforma, no qual as ideias e pensamentos de Lutero, entre

outros, tornavam-se cada vez mais fortes, trazendo problemas para a igreja católica que “necessitava reafirmar, respondia à restauração das almas contaminadas pela luxúria terrestre, pela cobiça e pelo espírito da vingança” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A Companhia de Jesus teve como princípios a pobreza, a castidade e a obediência. Os padres que representavam essa Ordem não poderiam se apegar a bens materiais, desse modo, ao fazer parte da Companhia era necessário fazer o voto de pobreza, deixando seus pertences para trás, além de seguir exercícios espirituais com disciplina. Um dos principais focos era reconquistar os povos cristianizados para o que acreditavam ser o verdadeiro Cristo e, com isso, restaurar a vida religiosa da Europa por meio de atos simples que demonstravam o poder da salvação. Parte do que foi registrado por Pastells indica isso, como no trecho a seguir:

[...] las operaciones de estos indios de tanto lucimiento, nos precisan á inquirir el Sol origen de luces tan benéficas, sino después de instruidos, educados y doctrinados por los jesuitas; los cuales, en medio de la idolatría y de una gentilidad tan indómita, se industriaron con tanto celo para levantar un seminario de almas para el Cielo. Nada de esto hicieran los jesuitas, como se ve, que ninguno lo ha ejecutado sin especial elección de Dios y un singular talento y don de tratar almas. Considerando esto, el llmo. Sr. D. Juan de Sarricolea, en carta-informe citada ya de 1729, dice: <y como sin injuria de ninguna (habla de las religiones), ni disminución de las demás, sobresale en todas partes la Compañía de Jesús, aquí descuella con tantas ventajas que se eleva sobre sí misma; pues si en

outras provincias es santa, en ésta es santísima. Si en las demás es tan útil á la iglesia de Dios, como lo acreditan sus apostólicos hechos en todas partes, en ésta ha sido y es tan necesaria, que si no fuera por su ardiente celo de la mayor gloria de Dios y salvación de las almas, no se hubiera propagado la fe católica en tantas y tan innumerables como ha convertido á ella en esta região, sacándolas de las tinieblas del gentilismo á luz del Evangelio en las numerosas reducciones, que tiene á su cargo y cuidado (PASTELLS, 1949, p. 295).

A Companhia de Jesus havia sido criada após a Ordem dos Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas e Agostinianos, portanto, era uma ordem recente. Em lugares onde o protestantismo dominava mais que o catolicismo era difícil a aceitação da presença de uma nova ordem religiosa, porém, o trabalho dos jesuítas com os índios americanos carregava algo especial, que fazia a Companhia se destacar. Apresentando-se de forma cada vez mais útil para a Igreja Católica, os jesuítas, mesmo em meio a comunidades que eram consideradas “selvagens”, cultuando rituais que não eram aceitos no cristianismo, exerceram atividades com dedicação, edificando espaços de doutrinação de almas, além de educar ou de ensinar a respeitar e amar o rei.

Os Jesuítas tinham geralmente uma formação,

[...] heterogênea, com base teológica, mas em muitos casos, com sólidos fundamentos de filosofia, matemática, astronomia e geografia, etc. Há que se considerar ainda a presença nesta ordem religiosa dos chamados irmãos leigos. Estes eram missioná-

rios que atuavam nas frentes de cristianização, mas que não faziam os votos de ordenação, pertencendo apenas como 'irmãos', e não 'padres'. Entre os irmãos leigos havia alguns cuja formação em muito contribuía para os objetivos da ordem em suas missões. Eram arquitetos, cartógrafos, músicos, botânicos, astrônomos, etc. (BARCELOS, 2000, p. 99).

As universidades, colégios e escolas técnicas que foram criados pelos jesuítas, a exemplo da Ordem como um todo, apresentavam uma disciplina severa que podia ser comparada à disciplina militar, pois acreditavam os inicianos que o corpo podia ser treinado e, com vontade, dominar os desejos por meio de exercícios espirituais para alcançar a força divina. Nesse sentido, havia castigos para as falhas cometidas, não havendo flexibilidade entre os padres quando se tratava de erros, pois os jesuítas, mais do que quaisquer outros, deveriam manter a ordem e dar o exemplo da salvação e tendo como meta principal “ordenar a vida do cristão” (ver mais em OLIVEIRA, 2004, p. 41). A Companhia de Jesus tinha como dever renovar a espiritualidade: os jesuítas deveriam lutar contra as forças do mal para salvar o cristianismo do inferno que dominava almas pobres e fracas.

A Companhia de Jesus carregava um diferencial na sua estrutura, com uma organização fortemente hierárquica aplicada na América Espanhola. Sem dúvida havia uma ligação com o modelo de cristianismo aconselhado pelo Concílio de Trento, porém, mesmo não tendo como apontar alguma regra utilizada especificamente nas situações americanas, é possível verificar a sombra de Trento na Companhia de Jesus que priorizava a dis-

ciplina e a ordem. Assim, sua missão tinha treinamento intenso para lidar com o bem e o mal, utilizando-se dos sentimentos e qualidades humanas em prol da Igreja Católica, fortificando cada vez mais o ser cristão e condenando outras religiões ou rituais com a utilização do poder ideológico. Sua principal arma era o pensamento do ser. Assim, surgia uma instituição em meio de valores do feudalismo e aspectos modernos que envolvia civilização e teologia como uma única ideia. Mallmann assevera que: “tal Companhia, com tamanhas determinações, o mundo jamais conheceu e o seu progresso e crescimento foi um fato inevitável, mesmo nos países em que a Reforma havia sido vitoriosa” (MALLMANN, 1986, p.90).

A Companhia de Jesus, a partir de 1600, teve uma forte influência no pensamento ocidental europeu. Teve certo destaque na Espanha, pois criou várias Universidades, além de colégios e escolas técnicas, ajudando no desenvolvimento intelectual daquela região. Para a América foram enviados jesuítas com conhecimento intelectual para que pudessem atingir os objetivos propostos, com conhecimento de mais de uma língua e, no caso dos que fossem para a Província do Paraguai, deveriam aprender guarani. Os jesuítas que fundaram as Missões na América foram selecionados, demonstrando que: “o jesuíta que vinha para estas missões recebia uma preparação prévia no seu país de origem, deveria cumprir alguns requisitos físicos e morais e possuir disciplina necessária para as duras tarefas de catequizar os índios” (OLIVEIRA, 2004, p. 44). Os jesuítas na América espanhola reuniram a evangelização com a política sob um sistema autoritário para controlar a população indígena tanto para o trono quanto para o altar.

A evangelização era uma obra política, ou seja, a expressão de um império cristão intolerante e autoritário. O monarca espanhol procurava mostrar à Europa que o Catolicismo havia triunfado na América hispânica, devido à aliança entre trono e altar, com a Igreja convertendo-se num instrumento de poder político – o braço direito do distante rei (QUEVEDO, 2000, p. 103).

Na América Latina, as missões jesuíticas tiveram um papel importante para o povoamento e expansão dos reinos ibéricos e, em certos momentos, os jesuítas se opuseram às vontades poderosas da elite colonial hispânica, principalmente nas questões relacionadas às encomiendas e repartimientos (MELIÁ, 1997, p. 176).

A presença dos jesuítas nas terras conquistadas pelas coroas ibéricas tinha o intuito de catequizar e de civilizar, mas serviu, principalmente, para que a coroa espanhola pudesse ocupar e povoar os territórios americanos pertencentes à Espanha, impondo uma cultura europeia, fazendo com que os índios aos poucos fossem deixando de lado seu modo de vida.

A Companhia de Jesus surgiu no momento do crescimento do protestantismo, das conquistas de novos territórios na América, da necessidade de expansão do catolicismo no Novo Mundo, das discussões e (re) estruturação do Estado moderno. Assim, entende-se que foram vários elementos ligados a questões sociais, políticas e religiosas que influenciaram na criação da Companhia, sendo um conjunto de partículas diferentes, mas que, ao mesmo tempo, se completaram para provocar mudanças enérgicas em um contexto tomado por perturbações. Entretanto, não foi só na Europa que a

Companhia de Jesus ocupou um papel determinante nas relações entre Igreja e coroa, mas na América teve ainda mais influência no desenvolvimento do Novo Mundo, caminhando lado a lado com os interesses da coroa espanhola.

## OUTRAS ORDENS E A MESMA ORDEM EM OUTRAS NAÇÕES: ANALOGIAS

É importante ressaltar as diferenças entre o jesuitismo português e o espanhol para que num processo de analogia, que permita a verificação de diferenças, se possa melhor entender as peculiaridades da Província Jesuítica do Paraguai.

Tanto a América portuguesa quanto a espanhola receberam os jesuítas encarregados de espalhar a fé católica. No Brasil chegaram em 1549, juntamente com o governador Tomé de Souza, e rapidamente iniciaram suas peregrinações para várias partes do Brasil. Desempenharam um papel fundamental no processo de expansão de Portugal, pois foram eles que alargaram as fronteiras portuguesas, num primeiro momento pelo litoral e após indo em direção ao oeste brasileiro.

Após a chegada dos jesuítas no Brasil iniciou-se a construção de casas, igrejas e escolas, com material disponível, tais como a madeira, o barro amassado e a palha. Os próprios jesuítas tiveram que trabalhar nas suas construções.

Os jesuítas no Brasil procuraram, o mais rápido que puderam, ocupar os espaços indígenas com sua obra missionária. Isso era uma recomendação não só da igreja católica, mas também de Dom João III, que por intermédio da Companhia de Jesus e seus súditos e do governador do Brasil Tomé de Souza procuraram fazer, a partir de 1549, “a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução: porque a principal causa que se moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela

se convertesse a nossa santa fé católica” (HOLLANDA, 2004, p. 138).

Tabela 1  
Jesuítas no Brasil

ANO	QUANTIDADE	NATURALIDADE
1540	06 jesuítas	Todos estrangeiros
1574	110 jesuítas	14% brasileiros
1610	165 jesuítas	17% brasileiros
1654	170 jesuítas	34% brasileiros
1698	304 jesuítas	37% brasileiros
1732	362 jesuítas	45% brasileiros
1757	474 jesuítas	44% brasileiros

Fonte: HOORNAERT, 1997. p. 555

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que o crescimento dos jesuítas no território colonial português foi rápido e nos quase três séculos de atividades, “as ordens religiosas dirigiram suas atividades prioritariamente para a conversão dos índios e, pode-se dizer, à transformação de seu modo de vida e de trabalho de modo a se adequarem às novas prioridades do Estado colonizador português” (HOORNAERT, 1997, p. 555). Isso transformou a Companhia de Jesus em uma instituição com fins de modelar os índios e, posteriormente os escravos. Tal modelação tinha um fim social, ou seja, todos que estivessem nas terras conquistadas deveriam professar a fé católica, e consideravam civilizados somente os que fossem batizados.

No Brasil, o Pe. Manuel da Nóbrega e José de Anchieta foram os precursores dos projetos civilizacionais jesuíticos. Erradicar os perniciosos costumes dos gentios (antropofagia e poligamia), a ferro e fogo, subjugar-los ao trabalho escravo e convertê-lo a fé cristã constituía a essência do projeto inicial desses missionários. Para conter a cobiça dos colonos por escravos índios obtidos ilegalmente Nóbrega propôs uma espécie de “solução final”: escravizar logo a todos para que nenhum seja havido ilegalmente (LANGER, 2005, p. 55).

Os jesuítas que vieram para a América trouxeram consigo inúmeros aspectos ocidentais, além de trazer uma cruz, bíblia, livros, ornamentos e objetos para o culto. Trouxeram, também, elementos culturais do Ocidente e toda uma cosmologia cristã.

As tradições profundamente arraigadas do catolicismo português permearam toda a ideologia do capitalismo agrário no Brasil. No entanto, as práticas religiosas estavam intrincadamente ligadas à estrutura patriarcal da família nas grandes plantações de cana-de-açúcar e centralizavam-se na capela, no oratório privado e na devoção aos santos. Geralmente não era requerida a presença de sacerdotes missionários. As ordens religiosas dirigiram suas atividades prioritariamente para conversão dos índios e, pode-se dizer, à transformação de seu modo de vida e de trabalho de modo a se adequarem às novas prioridades do estado colonizador português (HOORNAERT, 1997, p. 554-555).

A transformação do modo de vida dos índios interessava

tanto aos portugueses conquistadores quanto aos jesuítas, o que contribuiu para o desenvolvimento da colônia, e também para formar um exército de católicos, lembrando sempre que se vivia o período da Contrarreforma, em que qualquer outra religião que não a católica não era aceita nos reinos ibéricos e também nas terras do Novo Mundo.

Os jesuítas no Brasil atuaram em três frentes evangelizadoras ou atividades missionárias: a primeira, e muito bem organizada por eles, foi a criação dos colégios; a segunda, as povoações indígenas; e, a terceira, as aldeias missionárias. Os colégios, considerados como a atividade mais importante da Companhia de Jesus, tiveram um excelente êxito, devido ao seu processo estrutural de organização administrativa.

Se um dos objetivos principais dos jesuítas era o de conversão dos índios à fé católica, a pergunta é, e os que não aceitavam ser subjugados, o que seria feito desses índios considerados pelos jesuítas como infieis? Bem, muitos índios que não aceitavam a evangelização participavam das atividades das Missões indiretamente, auxiliando nas trocas de produtos, possibilitando a entrada de novos materiais e também de animais nas localidades, outros eram explorados pelos colonizadores em mão de obra, desse modo os índios infieis não tinham a mesma estabilidade e segurança que os índios evangelizados. Assim, os jesuítas em um tempo considerável conseguiram cobrir grandes partes do território pertencente às coroas ibéricas, tais espaços consolidados através das escolas, missões e aldeias, porém por trás de tudo isto estava a necessidade de submetê-los aos costumes dos Europeus.

Não se pode afirmar sem margem de erro que todo o período de atuação dos jesuítas na América tenha sido de total submissão ao projeto das coroas ibéricas, de ocupação das terras conquistadas. No entanto, é correto afirmar que a partir do momento que os jesuítas começaram a questionar certas atitudes da coroa, ou até mesmo fazerem uma administração isolada, ou seja, de questionar a política de conquista, submissão e colonização, eles começaram a ser vistos com outro olhar tanto pelas outras ordens religiosas, pelos gestores da colônia e pelos monarcas. “A opressão dos colonizadores espanhóis ou portugueses favoreceu a conquista espiritual, pois os padres da Companhia se imporiam pouco a pouco, ajudando os guaranis a reagirem contra encomendeiros e bandeirantes, mas também, conquistando liderança espiritual e material entre os índios” (GADELHA, 1998, p. 75).

Os projetos de conquista do Novo Mundo feitos pela coroa espanhola e Portuguesa legados aos jesuítas seriam implantados de maneira diferente nas colônias pertencentes a cada uma das duas coroas. “Muito distinta, do projeto dos primeiros jesuítas portugueses no Brasil, foi a experiência reducional estabelecida pela Companhia de Jesus na Província do Paraguai, a partir de 1610” (LANGER, 2005, p. 56).

Llamamos reducciones a los pueblos de indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casa solas, separados a legua, dos tres y más unos de otros, los redujo la diligencia de los padres a poblaciones grandes y a vida política y humana, a beneficiar algodón con que se vistan; porque comúnmente vivían en desnudez, aún sin

cubrir lo que la naturaleza oculto (ROUILLON  
ARRÓSPIDE, 1997, p. 176).

Durante os séculos XVI e XVII, os jesuítas travaram muitas disputas com os colonos portugueses e espanhóis para ver quem ficaria com os índios catequizados. Isso gerou um desgaste natural entre ambos, tanto que, a partir de 1610, quando foi iniciado o processo de instalação das reduções na América Espanhola, os jesuítas procuraram isolar ao máximo os índios para que os bandeirantes não pudessem capturá-los. Assim, estariam viabilizando o projeto de conquista espiritual das coroas ibéricas e também da Companhia de Jesus.

É necessário ressaltar as distinções entre a atuação da Companhia de Jesus com relação às demais ordens religiosas que atuaram missionariamente na América do Sul, também como forma de analogia das diferenças, conforme destacado anteriormente.

O Clero, no Paraguai, passou por muitas dificuldades referentes a questões financeiras, principalmente pela quantidade de padres seculares, franciscanos, mercedários, dominicanos ou jesuítas. A coroa espanhola não tinha dinheiro suficiente para pagar os padres, o que se perpetuou como um problema em toda a história colonial do Paraguai. “Con algunos altibajos esta fue la situación durante los dos primeros siglos de colonia y da realidad, salvo el clero regular que sí fue más numeroso, con que tuvieron que contar los obispos del siglo XVIII” (MORA MÉRIDA, 1976, p.17).

Durante o século XVIII, a situação do clero foi muito difícil, pois nem mesmo a população tinha o suficiente para se manter. As

rendas recebidas pelos bispados e pelos cabildos catedralícios eram pequenas, se comparadas à ajuda oficial que era dada aos jesuítas em suas reduções, levando em conta que os mesmos se mantinham pelo que era produzido nas reduções. Já os seculares e outras congregações, que não trabalhavam diretamente com reduções ou aldeias indígenas, tinham que sobreviver apenas do que lhes era repassado em dinheiro, ou arrecadado pelo bispado.

Os padres seculares, muitas vezes, saíam de suas paróquias para procurar em outro lugar possibilidades de viver em condições melhores ou, pelos menos, para que conseguissem o mínimo para sobrevivência. Esse fato também denota a falta de apoio da coroa espanhola para com os seculares. “No nos extraña que los clérigos seculares de Paraguay intentasen salir de la provincia y conseguir una prebenda en cualquier otro sitio, así como que estuvieran continuamente en pleitos con los grupos religiosos por motivos puramente económicos” (MORA MÉRIDA, 1976, p.19).

Outra questão importante foi o processo de formação dos padres na província do Paraguai, muito comentado entre os governadores e os padres que vinham de fora da província, o tema de que os curas não sabiam nem rezar uma missa, ou seja, a formação intelectual era precária, como aponta Juan Ramírez de Velasco, ao final do século XVI, registrando que os “curas que había en la provincia ni siquiera sabían decir misa y que algunos de cura no tenían más que el nombre, como el Vicario de la diócesis que ni siquiera servía para sacristán” (MORA MÉRIDA, 1976, p.19). Ainda que essa afirmação pudesse ser exagerada, o autor aponta que somente um clérigo secular teria o título de licenciado pela Universidad de San Marcos de Lima. Essa era uma questão cultu-

ral do clero formado na América Espanhola, pois tais problemas eram frutos da falta de um centro de estudos, ou de um seminário de formação de sacerdotes, tudo isso atribuído à pobreza da região.

Como era de esperar, lo que podíamos denominar “el clero secular más cualificado”, obispos y demás dignidades catedralicias, incluidos algunos párrocos de la capital, Asunción, estuvo muy vinculado a esta élite, incluso hasta en algunas manifestaciones de tipo comercial. Lógicamente, esta situación solo se podíadar en medio de unas circunstancias de igualdad ideológica. Ello se debía, en parte, a que algunos miembros del clero secular asunceno pertenecían a familias de este grupo, poseedoras de las mejores y más numerosas encomiendas. De aquí arranca una segunda fase del problema, de matiz más social pero que dividió en algunos momentos profundamente al clero paraguayo (MORA MÉRIDA, 1976, p.47).

A ordem religiosa conhecida por Franciscanos foi fundada em 1208, pelo frade católico São Francisco de Assis, tendo como princípios básicos a humildade, a simplicidade e a justiça, ideias presentes nas escolas que foram fundadas pela ordem. Da mesma maneira que outras ordens, os franciscanos tinham como objetivo construir um espaço para evangelizar os pobres de doutrina e expandir suas ideias de reino de Deus, fortalecendo seus fiéis. As novas terras ocupadas pelas coroas ibéricas foram um voto de esperança para tal projeto, de modo que “foram os primeiros defensores do ensino religioso à língua nativa e, conseqüentemente, tiveram de imediato a preocupação em aprender suas línguas e se opuseram ao ensino castelhano aos indígenas conforme instruía a

coroa de 1550” (MALLMANN, 1986, p. 117).

Em 1523, criavam escolas de ensino primário no México para os indígenas. Em 1536 fundaram em Tratelolco o Colégio de Santa Cruz, que tinha o ambicioso propósito de ser um centro de estudos para fomentar a cultura dos povos mexicanos como uma maneira de conhecer a história, a língua e os costumes e assim melhor construir um reino de Deus. Entretanto, parece que o colégio não durou além de 1568. Já em 1553 é criada a Província Franciscana do Peru, que foi chamada de “Doce Apóstolos”, irradiando logo sua penetração nas regiões adjacentes (MALLMANN, 1986, p. 117).

Os Franciscanos foram uma das primeiras Ordens que chegaram ao Paraguai com uma missão evangelizadora, enviados da Espanha. Os primeiros freis a chegar foram Bernardo de Armenta e seu companheiro de viagem, Alonso Lebrón. Mais tarde vieram outros franciscanos para evangelizar e batizar as comunidades indígenas. A partir de 1580, fundaram os primeiros povoados chamados de Los Altos, San Blas de Itá e Yguarón, assim que “é importante lembrar que foram os franciscanos, e não os jesuítas, que estabeleceram as primeiras reduções indígenas no Paraguai, em 1580” (QUEVEDO, 2000, p. 76). Entende-se que esses povoados serviram como base para as futuras reduções jesuíticas, sendo que estabeleceram colégios com intuito de ensinar as doutrinas e até mesmo trocar experiências de culturas com os indígenas, não deixando que esquecessem totalmente seus costumes.

La introducción de las encomiendas a mitad del

siglo XVI marcó una nueva y difícil etapa de la historia de los guaraníes y esta compleja situación mediaron los franciscanos, estableciendo las primeras reducciones en el Paraguay, poblaciones de indios sometidos pacíficamente a la cruz; pero también al servicio de los españoles. Estos franciscanos intentaron defender a los indios, lamentablemente, sin mucho éxito (MELGAREJO, 2006, p. 26).

A Ordem dos Frades Menores teve uma importante participação no início da complexa história dos guaranis cristianizados. Esses indígenas se encontravam em situação dúbia: de um lado a atuação “altruísta” dos franciscanos e, do outro a brutalidade da exploração da mão de obra imposta pelos espanhóis. Nesse meio os franciscanos tentaram alcançar três metas: evangelizar, civilizar e proteger. Porém, as “reduções franciscanas” do Paraguai tinham, além dos objetivos espirituais, um dever de contribuir com a situação socioeconômica colonial. Os franciscanos se estabeleceram como uma instituição política de conquista e dominação dos índios, com o propósito de integrá-los de qualquer forma ao sistema econômico colonial, sendo esse um dos objetivos das reduções.

Los franciscanos aceptaron la condición que les imponía el gobernador de Paraguay – que los indios guaraníes trabajaran bajo la encomienda -, porque probablemente creían que la tarea evangelizadora no podría darse en un ambiente de enfrentamiento con el orden colonial ya establecido. Era más urgente ganar las almas para Dios, defender a los indios de los abusos de la encomien-

da, más que de la encomienda misma, y aliviar el sufrimiento de los pesados trabajos de esta vida (MELGAREJO, 2006, p. 26-27).

Com isso entende-se que a ordem dos franciscanos tinha vários objetivos para os indígenas: evangelizar o índio proporcionando a salvação pela religião cristã; civilizar para que tivesse um comportamento que o levasse ao reconhecimento pelos espanhóis; e, o principal, fazer com que o índio contribuísse com trabalho para aumentar a economia do Paraguai. Desse modo, “os franciscanos, por exemplo, cujo superior era o Frei Antônio de Espinal, de início não condenavam, nem se preocupavam com a matança de índios” (LEMOS, 2009,p. 60), pois já que eram dominados pelo demônio não viam problemas em ser dominado pelos espanhóis na terra, concordando com a ideia de que os indígenas eram seres antilógicos, os quais tinham dificuldade de obter a salvação.

Os padres franciscanos abandonaram sua vida européia para vir para América com desejo de propagar o evangelho. Assim, foram para o Paraguai, para viver como pobres e compartilhar os sofrimentos dos indígenas, suavizando sua repressão diante dos espanhóis. Contudo, em muitos momentos, a presença desses padres nas comunidades foi de grande valia para os indígenas, pois ajudava de alguma forma a suprir suas necessidades. “Para los indígenas fue atractivo y convincente el hecho de que estos misioneros vivieran en comunidad y no eran mezquinos sino muy generosos, lo mismo que en las comunidades guaraníes, donde también había una justa distribución de bienes, nadie acumulaba para sí solo, sino todo era del bien común” (MELGAREJO, 2006,

p. 27).

Os primeiros missionários que se esforçaram para manter a língua e alguns aspectos de costumes indígenas foram os franciscanos, dando-lhes não apenas prioridade, mas confiança, sofrendo por isso sérias críticas por parte das coroas ibéricas. “A nova política da coroa mostra acusações significativas contra o modo e maneira como os franciscanos, no seu trabalho missionário, iam atrás dos índios e a eles confiados” (THOMAS, 1981, p. 150).

Todavia, os franciscanos davam mais importância para o batizado dos indígenas do que com a própria evangelização, pois acreditavam que apenas esse ato já os evangelizaria. Para os indígenas isso não significava muito, ainda mais que podiam continuar com algumas de suas práticas e costumes. Nesse sentido, o método dos franciscanos para a catequização dos indígenas era *in situ*, por mais que demorasse, o que não os ajudou a ter muito sucesso. Com isso percebe-se que, mesmo sendo uma ordem religiosa importante no processo de organização das comunidades indígenas, foi alvo de algumas críticas das outras ordens que se utilizavam de suas falhas para se sobrepor politicamente diante do rei.

As reduções franciscanas apresentavam alguns aspectos diferentes das reduções jesuíticas, tais como os métodos para evangelização. No entanto, um dos fatores mais importantes para o sucesso dos jesuítas e, conseqüentemente, ruína dos franciscanos, foi a questão do abuso e exploração do trabalho indígena, pois os espanhóis tinham livre acesso para explorar os povos evangelizados pelos franciscanos, dificultando o trabalho dos padres e proporcionando a diminuição da população indíge-

na. Isso não ocorreu de forma direta nas reduções jesuíticas, pois a coroa Espanhola, após estabelecer uma estrutura política na América, criou algumas determinações para amenizar o problema da mortalidade para melhor aproveitar a mão de obra da população indígena.

en que dio cuenta de la decadencia en que halló visitando su diócesis las Misiones de los franciscanoscontiguas a las de Mojos y chiquitos y adelantamiento espiritual de éstos, confiados a la Compañía de Jesús, pidiendo que las primeras se agregasen a la segunda. Dice que por estar lejos las referidas Misiones y no transitadas por los españoles, no tenía más noticia de ellas que las esparcidas en impresos. Por lo tocante a las del cargo de los jesuitas, lo individuos de esta religión, que en todo contextaban con lo participado por el Obispo de Santa Cruz acerca de sus progresos; que no era mucho en cotejo de unas y de otras sobresaliesen a la vista del prelado en aquellos desiertos la pobreza e ignorancia de las que administraban los franciscanos, cuando comúnmente se notaba esta diferencia aun en las ciudades donde están establecidas las religiones mendicantes, comparando con ellas la limpieza; política y economía en que sobresalía la de la Compañía, y cuyo instituto de misión resplandecía principalmente en los pueblos que estaban a su cargo, floreciendo en ellos toda aquella racionalidad y cultura que lograban los que con más anticipado tiempo se habían fundado en la América (PASTELLS, 1949, p. 234).

Segundo as transcrições do Padre Pablo Pastells, é possível

notar, através de cartas dos bispos que visitavam as missões dos franciscanos, o declínio de seus trabalhos, tanto materiais como espirituais, por vários motivos, tais como a decadência dos espaços em que se encontravam, a complexidade das distâncias entre as localidades e a administração nos setores políticos e econômicos que não ajudavam muito no seu desenvolvimento. Portanto, eram notáveis esses aspectos nos locais onde se estabeleciam tais religiosos, podendo perceber a diferença quando comparada a missões dos jesuítas que em qualquer contexto apresentavam progresso em relação à limpeza, política, economia e principalmente em questão de racionalidade e cultura dos povos indígenas a eles confiados.

A Ordem dos Pregadores, os dominicanos, dominava a arte de instalação e execução do processo inquisitório. Não à toa que muito tempo antes, ainda no século XII, era conhecida como a Milícia de Cristo, encarregada de decidir quem iria ser julgado. Após a instalação do Tribunal do Santo Ofício, manteve-se forte nas suas convicções, o que contribuiu muito para conter o avanço do protestantismo em Portugal e também na Espanha. E talvez esteja aí uma das causas do desenvolvimento dessa instituição em ambos os reinos.

A partir de 1509 a Ordem dos Dominicanos se instalou na América e “foram eles que primeiro lançaram um veemente chamamento à consciência cristã sobre o tratamento conferido aos índios” (MALLMANN, 1986, p. 117). A partir daí iniciou-se um intenso trabalho para refrear os *encomenderos* e conseguir melhores condições para o processo de cristianização, bem como maior responsabilidade aos índios. Entretanto, o que facilitou esse combate foi o grande número de dominicanos que fazia parte

dos bispados para os quais, por um determinado tempo, a coroa forneceu elementos de controle sobre o colono e também ao indígena através da Inquisição.

Essa alta proporção de dominicanos, muitos deles amigos ou seguidores de Las Casas, sugere uma determinação, da parte da coroa no século XVI, a impor tanto quanto possível suas políticas pró-indígenas contra as pressões exercidas pelos encomenderos e colonos. Na verdade, por algum tempo, a coroa deu aos bispos a condição de protectores oficiais dos índios – uma experiência que se mostrou insatisfatória porque, como Juan de Zumárraga, o primeiro bispo do México, infelizmente constatou, os deveres do cargo estavam mal definidos e conduziram a intermináveis conflitos de jurisdição com as autoridades civis. No entanto, embora se tenha considerado necessário transferir esses deveres para funcionários civis, a coroa continuou fortemente dependente do episcopado na supervisão tanto do bem-estar material quanto do progresso espiritual da comunidade indígena (ELLIOTT, 1997, p. 298).

Os dominicanos acreditavam na salvação dos indígenas e defendiam essa ideia, condenando os espanhóis que maltratavam ou provocavam matanças indígenas, além de pedirem providências à coroa sobre tal situação, descrevendo os horrores que eram praticados pelos espanhóis. Muitos frades dominicanos lutaram contra as formas com que o sistema colonial estava sendo apresentado, principalmente a respeito das comunidades indígenas, deixando muitas vezes de absorver os colonizados devido às maldades que

eram realizadas contra os índios.

Los conventos son de Santo Domingo, San Francisco, Mercenarios y Jesuitas, éstos cumplen exactamente con el ministerio apostólico de misioneros y están decentemente asistidos en lo temporal; la otras tres religiones como no aspiran a la libertosa vida de cura ( porque no los hay en estas tres Diócesis), son muy observantes y a necesidad guardan con rigor el voto de pobreza y actúan con crédito sus cátedras, y si tienen algunos díscolos extra claustros, lo motivan las escasas limosnas, pocas y mal cobradas rentas de los conventos, que no alcanzan a mantener proveído el refectorio, vestuario de la Comunidad y gastos de sus iglesias, y sin embargo de tan notoria indigencia son unos recoletos en la observancia regular (PASTELLS, 1949, p. 365).

## A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI

Após a conquista da América pelos espanhóis, o espaço hispânico das Filipinas e das Índias ocidentais foi dividido pela Companhia de Jesus em sete províncias: Alto Peru, Novo Reino de Granada, Filipinas, Quito, Nova Espanha, Chile e Paraguai. A estância de La Cruz, objeto deste trabalho, pertencia à redução de La Cruz que compunha a Província Jesuítica do Paraguai, compreendida por: “Asunción, Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Tucumán, Corrientes, Santiago del Estero, Salta, Rioja, Cajamarca, Tarija, Misiones Lulos, Misiones Mocobíes, Misiones Pampas, Misiones Chiriguano, Misiones Chiquitos, Misiones Guaraníes de los ríos Paraná y Paraguay” (PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57).

Tais divisões realizadas pela Companhia de Jesus não correspondiam às organizações das jurisdições e limites territoriais estabelecidos pela coroa Espanhola na América quando da determinação de suas fronteiras, nem com os vice-reinados ou outros espaços criados pela própria igreja católica, como os bispados. Isso demonstra que desde o início da criação da Província Jesuítica do Paraguai os jesuítas tinham um planejamento interno para exercerem suas atividades, marcando seus territórios e promovendo de maneira bastante autônoma seus propósitos para com a América e suas populações. Isso ocorreu porque a coroa espanhola juntamente com os jesuítas tinha reservado uma extensa área destinada às missões, no intuito de que pudessem transformar os indígenas em cristãos que, no futuro, fossem fiéis ao rei, possuíssem terras, pagassem impostos, proporcionando o desenvolvimento do sistema colonial.

As discussões referentes à criação da Província Jesuítica do Paraguai começaram por volta do ano de 1603. Como aponta Rouillon Arróspide ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 33: “La crisis de la primera misión jesuitica del Paraguay es presentada por Antonio em uma frase: como los superiores no pudiesen visitar esta residencia [de Asunción] por la longitud de tierra, la deshicieron”. Aquela cidade estava aproximadamente a 33 quilômetros de distancia de Potosí, considerada como “último enclave de la Provincia Jesuitica del Perú. El P. Esteban Páez, visitador de la región en 1603, había decidido que los pocos misioneros dispersos por Paraguay y Tucumán se reunieran en Córdoba, abandonando puestos demasiado distantes” (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 33). Tais dificuldades ocasionadas pelas distâncias longínquas e pela falta de estradas adequadas dificultava muito a vida dos padres que para lá se deslocavam. A saída dos jesuítas das Províncias de Tucumã e Paraguai provocaram certa oposição por parte das autoridades eclesiásticas:

Fue grande la oposición a la salida de los jesuitas en las poblaciones de Tucumán y Paraguay. Las autoridades escribieron AL P. Páez: rogándole por lo más sagrado que se renunciara a tal proyecto. El visitador cedió en parte permitiendo Córdoba, quedando en libertad para misionar el resto del tiempo. Pero no quiso hacer lo mismo en el Paraguay por ser tan grandes las distancias (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 34).

A criação da Província Jesuítica do Paraguai no ano de 1604 e instalação da missão jesuítica no ano de 1609, de San Ignacio Guazu (embora alguns autores não a apontem como a primeira, pode-se

entender que ela começou a ser planejada nesse ano), não podem ser analisadas como a precursora do processo de evangelização dos índios na América e, nesse sentido, nem os próprios jesuítas, pois o trabalho “missionário do Paraguai já havia iniciado antes da criação da província jesuítica. Antecederam aos jesuítas os padres Franciscanos. Os freis San Buenaventura e Luis Bolaños desencadearam, a partir de 1578, um trabalho missionário que consistia na redução dos índios para a sua evangelização” (SCHALLENBERGER, 1986, p. 161).

A data de criação da primeira redução da Província Jesuítica do Paraguai vem sendo apresentada de forma confusa, pois Palacios e Zoffoli afirmam: “Y así comenzaron los treinta pueblos misioneros en áreas de los ríos Paraná y Uruguay con San Ignacio Guazú, fundado por El español P. Marcial de Lorenzana em 1609, hoy territorio paraguayo, a 226 kms de La capital Asunción, camino al territorio argentino de Misiones” (PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p. 57). Já o Padre Antonio Ruiz de Montoya registra que: “A primeira missão por ele empreendida foi na direção do sul, para onde enviou o venerável Pe. Marcial de Lorenzana,” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 34), porém em nota de rodapé traduzida por Bruxel e Rabuske está anotado que “Assentou-se esta redução no ano de 1611, ou seja, depois de um ano de fadigas incríveis” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 34). Portanto, pode-se observar que ambos estão falando da criação da primeira redução, contudo, ambos apontam datas diferentes para a criação de San Ignacio Guazu. Montoya ainda argumenta que “os dois padres italianos, embora talvez começassem a trabalhar mais tarde que o Pe. Lorenzana, conseguiram antes o seu objetivo, reunindo a redução de Loreto já

no ano de 1610” (RUIZ DE MONTOYA, 1997. p. 34).

O segundo autor contradiz-se quando anota que a primeira foi San Ignacio Guazu, em 1611, e Loreto em 1610, e, em razão disso, é preciso fazer ressalvas para essas questões encontradas na historiografia das Missões Jesuíticas (ver mais em MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p. 84 e 99; e LUGON, 2010, p. 27, 28, 29). As dificuldades encontradas para definições dessas datas estão intimamente relacionadas à falta de documentação, principalmente das cartas anuais que apontem fielmente as datas de criação das reduções.

As cartas constituíam-se de correspondências regulares, com informações detalhadas das atividades desenvolvidas, nos colégios, reduções, estâncias e outros espaços, também aproveitavam para salientar o progresso obtido pela evangelização para com os indígenas. Tais correspondências eram escritas pelos padres provinciais para o padre geral da companhia de Jesus residente em Roma, oferecendo um panorama geral das províncias, possibilitando uma visão geral dos acontecimentos e, como afirma Melià;

En una misma carta anual se puede leer La excelente acogida de los Guaraní a los jesuitas en un lugar, mientras que en otro los jesuitas son asesinados por los Guaraní, lo que indica La complejidad de factores que determinaban comportamiento indígena frente a las nuevas formas de vida introducidas por los padres. Las cartas anuales presentan ya, eventualmente, una elaboración secundaria de La actividad misionera entre los indios, con acentuadas intenciones apologéticas, pensando incluso en un lector europeo que debe quedar

edificado con tanto heroísmo de los jesuitas, con acentuadas intenciones apologéticas, pensando incluso en un lector europeo que debe quedar edificado con tanto heroísmo de los jesuitas, y maravillado con El modo de ser tan curioso de aquellos “bárbaros” (MELIÀ, 1997, p. 94-95).

Melià chama atenção para a complexidade das cartas ânuas, pois tratavam de diversos assuntos, além de serem produzidas posteriormente aos acontecimentos, sofrendo muito com a interferência de quem as redatava. Cada um contava sua versão, tinha uma carga de ideologia, estava com o pensamento focado no destinatário europeu, o que proporcionava a criação de um imaginário acerca dos jesuítas, dos índios e dos lugares do Novo Mundo.

Esses são alguns dos problemas a serem enfrentados ao iniciar as discussões sobre a criação da Província Jesuítica do Paraguai. O mesmo acontece quando se discute sobre a quantidade de reduções instaladas, principalmente quando se tenta fazer delimitações espaciais e temporais destas. Mesmo assim, é importante descrever os povos missioneiros guaranis com suas possíveis datas de fundação:

San Ignacio Mini, 1632. 2-Corpus, 1633. 3- Loreto, 1632. 4- Santa Ana, 1637. 5- Candelaria, 1627. 6- San José, 1633. 7-Apóstoles, 1633. 8-San Javier, 1629. 9- Santa María la Mayor, 1626. 10- Mártires, 1639. 11- Concepción, 1618. 12- San Carlos, 1639. 13- Santo Tomás, 1632. 14- La Cruz, 1657. 15- Reyes o Yapeyú, 1625.

Brasil

San Miguel, 1632. 2- San Juan, 1697. 3- San Angel, 1707. 4- San Nicolás, 1626, 5- San Luis, 1632. 6- San Lorenzo, 1691. 7- San Borja, 1690.

#### Paraguay

1-Trinidad, 1706. 2- Jesús, 1665. 3- Santiago, 1615. 4-San Nicolás, 1626. 5- San Ignacio Guazú, 1609. 6- Santa Rosa, 1698. 7- San Cosme, 1718. 8- Encarnación o Itapúa, 1615 (PALACIOS;ZOFFOLI, 1991, p. 58).

Acima estão descritas as reduções para mostrar que a Estância e Redução de La Cruz faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai. Esses conjuntos de reduções criadas pelos jesuítas com o intuito da evangelização foram “submetidos a direitos e deveres, possuindo seus regulamentos próprios, e seus superiores das Missões, sendo tratados pelos governadores e mesmo pelos órgãos da administração metropolitana como uma entidade particular” (KERN, 1979, p. 389). Isso dava à província relativa autonomia, desde que essa não ferisse os interesses do rei espanhol. Mesmo a área onde deveriam ser instaladas as reduções era determinada pelas autoridades espanholas.

Nos anos iniciais da segunda metade do século XVII, a Província Jesuítica do Paraguai tinha aproximadamente 192 jesuítas, repartidos pela hierarquia da Ordem, atuando em espaços como colégios, residências e reduções, desenvolvendo trabalhos com a população indígena. Com o aumento dos habitantes nos povos da Província começaram a surgir alguns problemas. Um desses foi a falta de religiosos para atender todos os serviços que ali foram sendo desenvolvidos, surgindo muitas queixas em

correspondências se referindo à quantidade de religiosos: “Mantiene el Paraguay 192 sujetos de los nuestros, de los cuales 122 son sacerdotes, 36 escolares, 42 Hermanos coadjutores (por cierto, un número muy corto, para una cosecha tan copiosa, la cual se presenta por todas partes); cuenta la Provincia 22 reducciones y 8 colegios [...]” (FRANZEN; FLECK; MARTINS, 2008, p. 30).

*Catálogo de la Numeración Annual de las Doutrinas del Rio Paraná Año de 1728*

<i>Pueblos</i>	<i>Fam.<sup>o</sup></i>	<i>Viudos</i>	<i>Viudas</i>	<i>Much.<sup>os</sup></i>	<i>Much.<sup>as</sup></i>	<i>Bapt.<sup>os</sup></i>	<i>Casam.<sup>os</sup></i>	<i>Dif.<sup>os</sup> adultos</i>	<i>Dif.<sup>os</sup> parv.<sup>os</sup></i>	<i>Comun.<sup>os</sup></i>	<i>Almas</i>
<i>S. Juan Mayor</i>	029	003	205	885	817	275	65	26	201	4661	3363
<i>S. N. de Sta.</i>	1404	004	228	1820	1435	418	94	26	257	7296	6713
<i>S. Rosa</i>	1170	023	107	1774	1820	289	50	58	159	4320	6067
<i>S. Diego</i>	0658	005	121	894	792	201	52	13	041	2827	3128
<i>Itaque</i>	1151	008	432	1260	1334	281	65	41	109	4662	5336
<i>S. N. Cana.</i>	0651	003	242	758	709	205	21	17	101	3210	3274
<i>S. Co. y. Dam.</i>	0531	002	123	526	573	137	65	16	046	6000	2286
<i>S. Ana</i>	0930	001	127	877	723	260	54	42	074	2354	3788
<i>S. S. de Luroto</i>	1629	013	279	1648	1656	413	59	54	167	5347	6854
<i>S. Gen. Menor</i>	0863	002	187	313	201	296	10	33	121	2913	3830
<i>Córguf.</i>	0873	010	130	1080	1085	249	18	52	086	5290	4051
<i>S. Trinidad</i>	0730	007	237	853	1146	209	44	25	076	4274	3703
<i>S. ESTVS</i>	0484	001	075	612	582	128	26	23	030	3095	2158
<i>S. Carlos</i>	0609	005	327	852	708	182	37	22	101	2408	2702
<i>S. Jofeph</i>	0731	002	224	854	761	150	29	23	083	3403	3500
	13103	087	2857	14690	14741	3397	678	438	1541	59142	56240

Figura 1

Catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Paraná no ano de 1728.

Fonte: División Colonia Seccion Gobierno Compañia de Jesus 1723-1734. Leg. N° 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 450. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Os registros apontam para 11 categorias de contas numéricas, a saber, Famílias, Viudos, Viudas, Muchachos, Muchachas, Batismos, Casamentos, Diferidos adultos, Diferidos parvulos,

## Comungantes e Almas.

Verificando o catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Paraná no ano de 1728, entende-se que era formada por quinze doutrinas destacadas no documento. A doutrina N. S. de Loreto possuía o maior número de famílias no total de 1629 tendo um total de 413 casamentos, 59 batizados enquanto que a Doutrina Nossa Senhora da Fé composta por 1404 famílias teve 418 casamentos e 97 batizados, sendo a segunda maior doutrina da Província Jesuítica do Paraguai. Nem sempre as reduções que tinham o maior número de famílias são as reduções de maior tamanho, e tampouco as que tinham maior número de batizados, casamentos, números de viúvos ou viúvas.

Deve-se observar também a diferença enorme entre o número de viúvos e viúvas, indicando uma maior mortalidade de homens do que mulheres, devido aos conflitos existentes, aos acidentes durante as construções das missões e também nas lidas do dia na redução ou estância (isso se demonstra pelo equilíbrio na relação entre muchachos e muchachas).

*Catálogo de la numeracion Annual de las Doctrinas del Rio Uruguay Año de 1728*

Quellos	Fami. <sup>as</sup>	Viudos	Viudas	Much. <sup>os</sup>	Much. <sup>as</sup>	Bap. <sup>os</sup>	Comu. <sup>os</sup>	Comu. <sup>as</sup>	Comun. <sup>os</sup>	Comun. <sup>as</sup>	Almas.
S. Apollon	0970	003	275	1251	1271	293	92	29	89	3966	4746
Concep. de N.S.	1157	006	230	1432	1349	280	74	40	102	6775	5331
S. Martin	0866	005	148	943	807	216	39	38	105	4769	3637
S. M. Lemaire	0866	008	149	922	954	224	35	38	104	2763	3775
S. Fran. Xavier	0830	010	156	994	956	203	45	49	091	4592	3776
S. Nicolas	1697	004	330	1652	1675	502	102	57	215	5519	7055
S. Luis	1273	010	301	1455	1509	363	90	68	189	5545	5824
S. Lorenzo	1379	008	327	854	555	335	53	65	135	8415	5899
S. Miguel	0980	006	278	1114	1211	231	76	39	071	4391	4569
S. Juan Bapt.	0965	008	179	898	899	254	42	69	218	7350	3914
S. Angel	0915	002	158	584	451	168	42	62	208	3453	4512
S. Thome	0652	061	559	663	569	200	39	21	093	4099	3393
S. Fran. de Borja	0774	005	341	743	808	242	90	61	130	4273	3366
S. Cruz.	0912	002	304	919	1008	344	41	23	181	4100	4057
Lapeyru	1185	004	318	1014	1069	362	85	17	145	7326	4775
Uruguay	15381	142	4053	15438	15091	4217	939	676	2076	77536	68425
Parana	13103	087	2857	14620	14941	3397	678	438	1541	59142	56940
Suma	28484	229	6910	30128	30032	7614	1617	1114	3617	136678	123365

Figura 2

Catálogo de numeração anual das doutrinas do rio Uruguai no ano de 1728.

Fonte: División Colonia Sección Gobierno Compañía de Jesus 1723-1734. Leg. N° 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 451. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

La Cruz é a décima primeira em tamanho naquele ano, é a nona em número de famílias, sexta em número de viúvas, terceira em batizados, décima terceira em número de casamentos, décima terceira em número de almas e décima primeira em número de comungantes. Também se pode perceber que o número de comungantes era maior do que o número de almas

A partir dos documentos, procura-se mostrar os totalizadores das doutrinas do rio Paraná e rio Uruguai, no ano

de 1728, as reduções do rio Paraná de um total de 13.103 famílias existentes apenas 3397 batizados, e 678 casamentos, 59142 comungantes e 56940 almas, as do rio Uruguai 15381, com 4217 batizados e 939 casamentos, 77536 comungantes e 68425 almas. Percebe-se que a província do rio Uruguai era maior do que a do Paraná, em todos os sentidos. Entretanto, torna-se difícil efetuar as comparações entres essas doutrinas, pois todas estavam situadas em espaços diferentes e também cada uma tinha suas particularidades na sua formação. Penso que o número de batismos efetuados, somando as duas doutrinas, comparando com o número de famílias existentes, equivale aproximadamente a 37% das famílias tendo filhos nesse ano ou no ano anterior. Percebe-se que esses números são muito pequenos em relação à quantidade de famílias. Isso traz três possibilidades à consideração: primeiro um baixo índice de natalidade; segundo um alto índice de mortalidade infantil; e, terceiro, a opção de não batizar.

A pesquisa no Archivo General de La Nación possibilitou encontrar documentos que foram norteadores da pesquisa. Mesmo assim, não foi possível encontrar todos os catálogos de numeração anual de ambas as doutrinas, o que seria muito importante para aprofundar as discussões, pois muitos documentos encontravam-se em restauração (janeiro de 2009).

É perceptível a necessidade que se tinha da vinda de mais jesuítas para atender a todos os trabalhos que surgiam naquele espaço, já que eram os responsáveis pelos indígenas e também pelo espaço que estavam ocupando. Entretanto a escolha da área ou região dos povos era definida por autoridades espanholas, que após estabelecer um local que tivesse recursos naturais para

sobrevivência do povo convocavam padres jesuítas para auxiliar na redução dos índios.

La elección del área o región era definida previamente por las autoridades españolas; en el caso de los Treinta Pueblos Misioneros Guaraníes fue determinado por el Gobernador de Paraguay residente en Asunción, Hernán Arias de Saavedra o Hernandarias, quien solicitó al Virrey del Perú, en 1605, que enviara más jesuitas, y al primer Provincial, P. Diego de Torres, le pidió que fueran destinados a la región del Guairá y del Paraná porque en una carta que Hernandarias había mandado al Rey dijo que... no había medio de reducir por las armas los 150.000 indios...; el Rey contestó que... aunque hubiese fuerzas bastantes para conquistar dichos indios, no se ha de hacer sino con sola doctrina y predicación del Santo Evangelio, valiéndose de los religiosos de la Compañía de Jesús que han ido para este efecto (PALACIOS; ZOFFOLI, 1991, p.59).

O território da Província Jesuítica do Paraguai se constituía num espaço em permanente mutação, devido à mobilidade contínua dos povos, que eram fundados, fundidos, refundados ou extintos, inclusive em alguns casos mais de uma vez, o que dava esse caráter maleável ao referido território. Não uma maleabilidade legal, na medida em que os limites eram definidos, mas uma maleabilidade prática oriunda da expansão e influência da Companhia de Jesus e do decorrente choque com as demais forças de expansão colonialistas na América do Sul.

Originalmente, a Província Jesuítica do Paraguai abrangia a



área do rio Paraguai e as margens dos rios Paraná e Uruguai, mais especificamente, o que hoje são as províncias paraguaias a leste do Rio Paraguai (excluídas as áreas já exploradas economicamente ou possuídas por Asunción), a Província de Misiones na atual Argentina, partes das províncias de Corrientes e Entre Rios e parte do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, bem como a porção norte do Rio Negro (Yi), no atual Uruguai.

É importante lembrar que outras áreas jesuíticas importantes existiam na América do Sul: Moxos, Chiquitose Maynas, sendo que constituíam províncias diferentes da ordem (ainda que vizinhas da do Paraguai).

A Companhia de Jesus, junto com a coroa espanhola, através da Província Jesuítica do Paraguai, além de ter aspectos religiosos, pois nesse projeto os jesuítas transformando grupos de índios infieis em cristianizados, buscava também civilizar a partir de novos hábitos, provocando mudanças na vida social, econômica e política da população indígena, diferenciando não só elementos temporais, mas também o espaço a partir de construções de casas, colégios, igrejas, instituições políticas que apresentavam leis, cargos administrativos, enfim, um conjunto de novos fatores que foram misturando-se às tradições culturais dos indígenas.

Como indica Guillermo Wilde: “la consigna ‘sin fe, sin ley, sin Rey’”, debe ser interpretada como un trípode que promovía la acción simultánea en el terreno de la religión, la sociedad y la política, esferas que en la época no se encontraban claramente diferenciadas. En última instancia lo que estaba en juego era un concepto de “civilidad” (WILDE, 2009, p. 51). Wilde chama atenção

para a importância de se entender que os indígenas guaranis eram povoações sem fé a partir do pensamento cristão, sem lei porque eram considerados como povos sem uma organização política, e sem Rei porque não tinham ainda as concepções de formação de um Estado. Essas três questões foram importantes para que a coroa espanhola aprovasse a formação da província jesuítica. Através do processo de cristianização seria possível não só definir espaços religiosos, mas também, após a conversão, influenciar também nos aspectos políticos e culturais.

Com isso percebe-se uma mudança de estrutura que estava sendo implantada a partir da criação da Província Jesuítica do Paraguai, pois “las reducciones de Guaraníes son tal vez uno de los proyectos más anticoloniales dentro de la Colonia, una especie de intento en que algunos hombres – los misioneros – creyeron ingenuamente poder superar y zafarse del sistema colonial; estaban dentro de la Colonia y contra los colonos” (MELIÀ, 1997, p. 121). Em certos momentos aproximava-se do pensamento de colonização pensado pela coroa Espanhola e, noutros momentos, se distanciava pelos possíveis conflitos que aconteceram entre os reduzidos que estavam preparados para se defender dos colonos.

A Província Jesuítica do Paraguai manteve sempre em Madri um procurador para atuar junto aos órgãos administrativos da monarquia espanhola, principalmente ante o Conselho das Índias, pois seus conselheiros tomaram muitas decisões que foram vitais para a vida política das Missões, desde que Montoya ali advogou a existência de um exército indígena armado, face à fronteira com a colônia portuguesa do Brasil. Medidas relativas a

propriedade comunitária ou privada, aos tributos a serem pagos e à maneira de pagá-los, à permanência do armamento nas mãos dos indígenas guaranis ou em Assunção, foram algumas das decisões tomadas no Conselho e posteriormente aprovadas pelo monarca e transformadas em Cédulas Reais (KERN, 1982, p. 22).

A vida política da Província Jesuítica do Paraguai estava ligada aos órgãos administrativos da monarquia espanhola que eram responsáveis por diversas decisões relativas ao sistema de organização que estava sendo implantado: os assuntos relacionados ao espaço onde cada povo estava se estabelecendo, os tributos a serem pagos, desde o valor até o modo de pagamento por parte dos indígenas. Além de outras questões, tais como as de cunho militar, como o armamento dos indígenas. No aspecto bélico, pensava-se que os índios armados não iriam apenas proteger o território como também a si mesmos, levando em consideração os possíveis ataques dos bandeirantes em busca de mão de obra barata.

As experiências iniciais das reduções, tanto pelos franciscanos como, mais tarde, pelos jesuítas, com a criação da Província Jesuítica do Paraguai, mostra que as primeiras reduções foram espaços de ensaio e de criação de métodos para se colocar em prática um modelo que atendesse às necessidades da coroa espanhola e da Companhia de Jesus.

A Província estimulava diversas relações sociais, muitas vezes disfarçadas de celebrações ou rituais, que foram se desenvolvendo com intuito de reunir os povos através de atividades que valorizassem ideias de coletividade e de cristianismo mescladas

com padrões de comportamento europeus.

A partir de tais relações, por exemplo as celebrações que envolviam diferentes povos, houve um crescimento mercantil que ajudou no incremento desses espaços, tanto em termos econômicos como do próprio escopo geográfico, ampliando a organização política das reduções e suas estâncias. Outro estímulo à produção e à troca econômica foram as embarcações, que eram um meio de transporte muito utilizado pelas reduções. Os administradores das reduções demonstravam preocupação com os atracadouros de qualquer espécie.

El P. Pedro de Ordeina de la comp.<sup>a</sup> de Jhs. pro-  
c<sup>o</sup> general de las dotrinas del Paraguay y Uruguay.  
digo que tengo podido testimonio de las balsas y  
barcas que an entrado en el puerto de esta ciudad  
assi de las dotrinas de las provincias del Parana y  
Uruguay como de la prov. del Paraguay. Y porque  
conviene al derecho de dichas dotrinas se me de  
dicho duplicado al pie de este escripto (Compañía  
Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4. Buenos  
Aires: Archivo General de la Nación).

Pode-se perceber com essa documentação que o padre geral das doutrinas do Paraguai e do Uruguai estava afirmando a necessidade de que se aumente a frota de balsas e barcos - alegava que as doutrinas tinham o direito de crescerem economicamente para que não ficassem estagnadas. Essa observação foi feita pelo Padre Pedro de Ordiena quando o mesmo observou o fluxo que se dava nos portos. O documento também aponta para as dificuldades que as doutrinas tinham em possuir essas embarcações.

Consta de las dichas visittas y quadernos [...] sittadas a que me refiero en os quales aunq̄ por mi el dicho escrivano an sido buscadas no an podido ser halladas mas del ttan solam.<sup>te</sup> las desusso sittadas = y se siguen las barcas y valsas que parese na llejado dela Prov.<sup>a</sup> de La Asumpss.<sup>n</sup> del Paraguay des de el año passado de mil y seiscienttosy setentta y siete hasta el día dela fecha deste demill seiscienttos y settentta y ocho ---

= Primem.<sup>te</sup> parese que q̄ visitto en lo puertto desta dicha ciudad en beintte y ocho días del mes de henero de mill y seiscienttos y setentta y siete años por el capp.<sup>n</sup> Juan Sacarias correg<sup>r</sup> una barca pilotto della Manuel desilua, que salio de La Asumpss.<sup>n</sup> Prov.<sup>a</sup> del Paraguay y en ella dos Mill siescienttos y setentta y ocho arrobas y tres libras de yerva y mas nuebe tercíos q̄ no dise las arrobas q̄ pessaron, consta al23 del primer quaderno del dicho año ---

Mas paresse q̄ dicho coreg<sup>r</sup> visitto en dicho puertto otra barca que salio de la ciudad de La Asumpss.<sup>n</sup> del Paraguai pilotto Manuel Andres Bareydo y en ella quatro mill dusienttas y quarentta y tres arrobas de yerva y tabaco; y tres mill nobesientta y seis arrobas de yerva consta al 93 y 94---

Mas paresse q̄ dicho correg<sup>r</sup> visitto en el puertto desta dicha ciudad en beintte y ocho días de mes de Março del dicho año una valsa q̄ salio del dela ciudad de La Asumpss.<sup>n</sup> del Paraguay y en ella mill y sien arrobas de yerva consta al 99 del dicho quaderno---

Mas pasesse q̄ en dicho puertto en beintte y sines dias del mes del dicho año visitto dicho correg<sup>r</sup> una valssa que salio del puertto de La ciudad de Santa Fee de vera delas corrientes y en dicha valsa sientto y sinq.<sup>ta</sup> arrobas de yerva consta al 103 (Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 628. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

O controle dava-se na entrada e na saída de embarcações dos portos, pois os corregedores e outros responsáveis pela fiscalização possuíam um controle do que era transportado pelos barcos e os jesuítas preocupavam-se que os produtos transportados não fossem desviados dos destinos, pois os portugueses andavam por esses rios e faziam contrabando utilizando-se do acesso que o rio Paraguai e Uruguai davam à Bacia da Prata ponto de entrada e saída (ilegal) de produtos (ver GARCIA, 1982 e CESAR, 1978).

## FRONTEIRA E IDENTIDADE NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO PARAGUAI

A colonização espanhola adequou e deu início a um importante processo de formação das estruturas fronteiriças e da identidade dos espaços reducionais. No primeiro momento pode-se chamar de “fronteiras de povoamento”, que se baseou na criação das cidades, como espaços necessários para instalação do governo e organização de todo território conquistado sob sua jurisdição. E vale lembrar que muitas cidades criadas no século XVI permanecem até hoje. Não se pode afirmar, entretanto, que esse espaço estava vazio, pois o mesmo já tinha uma grande quantidade de habitantes e esses já delimitavam suas fronteiras.

Quando se trabalha com questões relacionadas à fronteira é preciso ter um consenso que “a temática das fronteiras na América colonial é um tópico indissociável da questão indígena” (NEUMANN, 2009, p. 21). Portanto, a criação da Província Jesuítica do Paraguai com suas reduções marcam a tentativa de reunir os nativos em espaços que podiam ser, no futuro, transformados em cidades.

A disciplina e o controle social dos nativos faziam parte da estratégia de povoamento espanhol. Para que isso acontecesse com êxito utilizaram-se da Companhia de Jesus e, para que o agrupamento permanecesse unido, criaram as reduções com todo um aparato de hierarquia necessária para a aplicação das determinações da coroa espanhola.

Esses espaços estavam eivados pelos valores oriundos ainda

do período medieval, principalmente no que tange às formas de fundação dos espaços administrativos, onde deveria existir uma simetria entre o poder de Deus e o poder do Estado. Essa visão medieval pode ser vista nos pensamentos propostos pelos jesuítas a partir da ligação de política e religião, da implantação de uma concepção de organização das esferas de jurisdição, oriunda da chamada teoria das duas espadas, na qual:

Cada um é soberano em seu domínio: a autoridade do Papa em matéria religiosa e eclesiástica é absoluta; o poder do Rei sobre os seus súditos também o é. Cada um deles deveria se satisfazer com isso. Mas, se não o quiser, e romper o equilíbrio, tornar-se-á fonte de conflitos. Se o chefe da comunidade dos cristãos quiser e puder, ele exigirá – em virtude da autoridade religiosa que exerce, inclusive sobre os chefes temporais – que esses sejam reduzidos à função de barco secular da Igreja; se um chefe temporal quiser e puder, ele fará pressão sobre o poder espiritual a fim de utilizar sua autoridade para realizar seus apetites de glória e de conquistas (CHÂTELET; DUHAMEL; PISIER, 1985, p.32).

A presença de dois ou, no máximo, três padres que administravam a redução centralizavam o poder e a liderança do espaço reducional. Nesse sentido, grande parte das crenças e obrigações cristãs foi mantida e tornou-se obrigatória no cotidiano dos indígenas reduzidos. Havia, contudo, algumas exceções, ressalvada a miscigenação cultural do período, como, por exemplo, a poligamia, permitida somente aos líderes caciques no espaço das reduções.

Sem dúvida, os aldeamentos em que os jesuítas

“reduziram” parcialidades guaranis desde os inícios do século XVII, além de uma reorientação da própria espacialidade indígena, pretendiam a sua ressocialização e rituais, tanto quanto comportamentos cotidianos, interdições e penalidades. Durante o século e meio em que existiram as reduções, muitas vezes estabeleceram-se relações de conflitos entre os inacianos e as autoridades civis e eclesiásticas, envolvendo principalmente questões relativas aos tributos e ao trabalho dos índios aldeados. Não havia, contudo, dissensões sobre a necessidade de “civilizar e humanizar abertas por essa fórmula estava o imperativo de erradicar os “festins pagãos” em favor de novas celebrações (MARTINS, 2006, p. 63).

Nas missões houve uma importante mistura de culturas e de conhecimento de para que os propósitos da Companhia de Jesus e da coroa espanhola fossem alcançados na América. O conhecimento da região pelos índios guaranis, por exemplo, era de grande valia para os padres, pois assim poderiam edificar os povoados e garantir o domínio do espaço para a coroa espanhola.

Para que os objetivos da Companhia de Jesus fossem alcançados também era necessária muita disciplina e algumas questões deveriam ser observadas: uma dizia respeito ao comportamento do indígena dentro da redução, pois seguidamente companheiros saíam pelo povoado para que não houvesse bebedeiras. Outra seriam as interdições, ou seja, as proibições de certos atos, tais como: “fazê-los abandonar comportamentos em desacordo com a moral e a religião espanhola (poligamia, nudez, animismo, antropofagia, etc.), ou com a ordem colonial (rebeldia, indisciplina, preguiça e

fuga do trabalho, ausência de governo de tipo espanhol, etc.)” (MARTINS, 2006, p. 140). Ou, ainda, as penalidades nas festas ou celebrações religiosas.

Abandonar em primeiro lugar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (se não exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou procurar obter uma reparação, aplicar-se em perseguir o indivíduo ou em atribuir responsabilidades coletivas (FOUCAULT, 2009, p. 27).

O concílio do Rio da Prata, realizado em 1603, em Asunción, procurou disciplinar a participação dos indígenas nas festividades e celebrações que ocorriam nas reduções e também nas estâncias missionárias. Ficava registrado claramente que era tamanha a importância desses atos no processo de submissão dos índios aos caprichos dos jesuítas, que nem mesmos os encomendeiros ficaram de fora de possíveis punições, especialmente quando impediam a participação dos mesmos nas atividades, fossem elas em comemoração a datas festivas do calendário espanhol, ou mesmo de acontecimentos da Companhia de Jesus.

As fundações dos povos de índios guaranis e de outras tribos que aceitaram o modelo político espanhol ofereciam maior segurança contra as constantes incursões de bandeirantes e outros. Esses fatos influenciaram a migração de indígenas do litoral para o centro do atual estado do Rio Grande do Sul.

A institucionalização da província Jesuítica do

Paraguai, em 1607, é contemporânea às atividades dos jesuítas portugueses no sul do Brasil, e do próprio pioneirismo da Província do Brasil. Somente a partir de 1609 é que se iniciam as fundações de pueblos de índios reducionais, ou seja, de aldeamentos reunindo dezenas de parcialidades guaranis liderados por seus caciques. É neste momento que se mantém as duas frentes já abertas por Ortega, No Itatim (sul do Mato Grosso) e no Guairá (oeste do Paraná), e que se abre uma nova frente no Tape (oeste do Rio Grande do Sul) (KERN; JACKSON, 2006, p. 87).

Os povos indígenas que foram fundados na Província Jesuítica do Paraguai, na medida do possível, seguiam um padrão no tocante aos aspectos sociais, políticos e econômicos. Cabe ressaltar que cada um desses povos tinha suas particularidades e, a partir de algumas atividades desenvolvidas internamente, buscavam auxiliar o crescimento do povoado. Para isso contavam com o suporte dado pelos padres jesuítas, que trabalhavam para a pacificação dos indígenas, ao mesmo tempo em que desenvolviam ideias para a ampliação desses espaços. Contudo, como nos indica Wilde:

La dinámica poblacional local de esta región se muestra fluida: está caracterizada por conexiones múltiples, afiliaciones móviles, identidades heterogéneas y lealtades ambiguas, más allá de las construcciones simplificadas de los discursos nacionales y académicos. El movimiento concreto de los actores exige considerar variables de análisis más complejas y operativas que las obsoletas categorías étnicas y territoriales (WILDE, 2009, p. 34-35).

Percebe-se nesse território uma complexidade na formação do conjunto dos povoados indígenas. Estruturados a partir de uma política europeia, devido aos seus interesses, em certos momentos os povos reduzidos conectavam-se, ao mesmo tempo em que podiam distanciar-se em decorrência de rivalidades de cunho político ou até mesmo econômico, buscando um melhor desenvolvimento de um povoado para outro. E, dependendo das situações e do período histórico, assim que são formadas as fronteiras restritas e abertas.

O que, neste trabalho, se define como “fronteiras abertas” eram as relações de reciprocidade que aconteciam entre os povos através de trocas de produtos e inclusive apoio que recebiam uns dos outros, por exemplo, quando algumas comunidades integravam-se à outra devido à falta de recursos ou também livre acesso aos indígenas considerados pelos jesuítas infieis dentro da redução ou estância. As fronteiras restritas consideram-se como relações de rivalidades entre os povos ou até mesmo com outros grupos indígenas que não faziam parte da redução, as disputas de terras e gado, ocasionando muitas vezes conflitos de longa duração.

Levinton esclarece que:

Había un sentido común de pertenencia, para los guaraníes y para los nómades. Por eso individuos de uno u otro grupo pudieron integrarse temporariamente a la comunidad del vecino y hasta con permiso especial usufructuar el producto de la tierra. De alguna manera, había una reciprocidad entre grupos que conformaban un verdadero sistema interétnico (LEVINTON, 2009, p. 107).

O conceito de fronteira para o caso da Província Jesuítica

do Paraguai pode ser entendido por meio dos enfrentamentos, que englobavam personagens, tais como espanhóis, portugueses, jesuítas e indígenas, que lutavam pelo poder sob o território e, ao mesmo tempo, revelavam muitas características culturais que estavam em processo de transformação. “A fronteira já não é mais tomada como a linha que separa, mas como espaço de interação e trocas, marcado por permeabilidades e trocas entre as populações “originárias” (os indígenas) e os invasores/colonizadores hispânicos” (NEUMANN, 2009, p. 22-23).

A fronteira de uma região pode ter seus limites definidos por uma autoridade que consiste em impor um processo de definição considerada como legítima, onde os limites são definidos por uma ação política, bem como podem também ser definidos pelos atores que compõem essa região; nesse caso, seus limites serão definidos pelo processo de ação cultural.

A fronteira é um produto de uma divisão, geralmente artificial e imaginada, com maior ou menor nível de restrição ou aceitação ao que vem do “além-fronteiras”, estimulando ou até criando referências identitárias dentro do espaço conscrito a essa mesma.

Mesmo a “fronteira natural” que, segundo diplomatas e burocratas da época, caracteriza-se essencialmente pela separação, distinção de dois espaços independentes, por acidentes geográficos separadores, como rios, lagos, montanhas, florestas fechadas, não deixava de ser uma construção intelectual, apenas que sua indicação era mais palpável.

Bourdieu afirma que não existem critérios capazes

de fundamentar as classificações em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos, como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica; ou subjetivos, como o sentimento de pertencimento (BARCELLOS; OLIVEIRA, 1998, p. 226).

A influência dos jesuítas na criação dessa fronteira foi de grande importância, pois estavam em contato direto com a coroa espanhola, corroborando para a “instalação das missões como instituições de fronteira foi uma característica da colonização ibérica” (BOXER, 2007, p. 91). Para os indígenas, pregavam suas ideias de proteção e propriedade, instigando com instruções militares uma população que já tinha hábitos tradicionais de defesa de seu espaço.

É importante entender que as Ordenações Filipinas, de 1573, promulgadas por Felipe II, tratavam das ações de fronteiras, entre os espanhóis e missionários, e desses para com os nativos. Ficava determinado que os missionários das ordens religiosas fossem auxiliados e escoltados por soldados espanhóis, que serviriam apenas de proteção para a Igreja, pois a tarefa dar-se-ia pelos missionários e não por intermédio da agressão. É preciso ressaltar que as fronteiras comentadas aqui não são somente aquelas entre os espanhóis e portugueses, mas qualquer fronteira, inclusive as indígenas. As ordenações também apontavam para:

O papel destes soldados devia ser apenas defensivo e limitado à proteção dos missionários e dos índios das reduções castelhanas. Logo que uma região estivesse totalmente pacificada e seus

habitantes reassentados em aldeias e comunidades agrícolas, os missionários deviam transferir suas responsabilidades ao clero secular e avançar para uma nova frente no interior. Proibiu-se o uso da palavra “conquista” substituída por “descoberta” ou “pacificação”. Um prazo de dez anos foi estipulado para a transição do nomadismo selvagem para uma sociedade cristã estabelecida, mas o processo normalmente demorava mais tempo. De qualquer forma, e como já assinalado, o clero regular quase sempre relutava para entregar seus novos convertidos aos cuidados dos padres seculares, mesmo quando eles continuaram a deslocar as fronteiras avançadas de colonização (BOXER, 2007, p. 92).

A cruz e a espada, e que ambos tinha um comprometimento, transformando os missionários em servos “a um só tempo da Igreja e do rei, ou, como eles diziam, “al serviço de entrambas las Majestades” (a serviço de ambas as Majestades)” (BOXER, 2007, p. 93). Portanto, os servos de Deus agora estavam a serviço também da coroa espanhola. Mais tarde as exigências seriam ampliadas pela criação da Província Jesuítica do Paraguai, o que requeria a pacificação e ampliação das fronteiras, isso tudo por meio de uma grande quantidade de reduções que avançariam em direção às divisas imprecisas com a colônia lusitana.

El “indio misional” es parte de una configuración específica, resultado de un proceso de sedimentación histórica singular y de la superposición de trayectorias biográficas concretas. Los líderes indígenas juegan allí un rol fundamental. En ellos

puede concluir una legitimidad basada en el carisma y la destreza guerrera, el respeto derivado de poseer un cargo de cabildo o iglesia asignados ejercer algún oficio o escribir la lengua guaraní, española o latina (WILDE, 2009, p. 37).

A Província Jesuítica do Paraguai tinha suas particularidades, apresentava peculiaridades diferentes de outros espaços constituídos pelos espanhóis, pois, ao ser criada, determinou-se que fosse povoada por nativos, os quais seriam agrupados em espaços chamados de reduções. Por sua vez, foi erigida dentro de outro espaço espanhol já existente a província do Paraguai, o que torna difícil a compreensão das suas fronteiras, pois se encontrava dentro do espaço espanhol uma fronteira que seria aquela compreendida entre os espanhóis e missionários para com os nativos e, outra, entre os espanhóis e os portugueses.

Para que essas fronteiras políticas fossem muito bem vigiadas, era necessária a eficiência dos jesuítas enquanto encarregados de evangelizar os nativos habitantes então das respectivas missões. Portanto, fica claro que a coroa espanhola conseguiu usar tanto os jesuítas quanto os nativos para os seus propósitos de defesa. Ao mesmo tempo em que as reduções se preparavam para defender seus espaços – e aí não se pode entender apenas a redução, deve-se anexar também as estâncias –, preparavam-se também para defender as fronteiras contra possíveis invasões portuguesas ou de outras tribos de índios considerados pela Companhia de Jesus como infieis.

Ya desde el siglo XVII la situación fronteriza de las misiones había hecho de la actividad militar un

aspecto constitutivo de la identidad guaraní. En un primer momento las milicias defendían a los pueblos de los ataques paulistas. Más tarde contribuían a la defensa de los territorios del monarca católico. Durante el siglo XVIII, el control de los circuitos comerciales y la definición de límites fronterizos se convirtieron en prioridades para la afirmación del poder de las coronas ibéricas (WILDE, 2009, p. 165).

Para o caso, analisar os fatos a partir do conceito de fronteira como linha divisória internacional é inadequado, já que as fronteiras compreendidas nesse espaço estavam entre as reduções existentes e não entre o Estado espanhol e o Estado português, que viria a ser a fronteira política. Embora o *modus vivendi* no campo político, social, cultural, econômico ou religioso, fosse coordenado pelas ações dos jesuítas, era diferente de um espaço reducional para outro, assim, isso também criava uma “pequena fronteira”, às vezes inclusive uma fronteira cultural porque as reduções não eram povoadas apenas por guaranis.

A identidade dos índios que faziam parte da Província Jesuítica do Paraguai não se apresenta muito diferente da questão de fronteira no sentido de sua complexidade. Isso porque num primeiro momento houve uma tentativa de desconstrução de alguns aspectos das identidades originais daqueles povos indígenas. Logo, ocorreu a adaptação em muitas das atividades sociais, políticas, econômicas e culturais, para uma identidade nova construída após a entrada de diferentes personagens nesse espaço formado por vários povos. Cada povo missionário tinha suas particularidades que os diferenciava um do outro. Mesmo constituindo

uma unidade, esses povoados, individualmente, se construíam e desconstruíam entre um período e outro.

As autoridades coloniais, por travarem uma convivência mais próxima às reduções e sua população, possuíam conhecimento destas particularidades, manifestando-as no momento de prestar contas. Na correspondência expedida ao monarca de Espanha os governadores detalhavam aspectos referentes à qualidade dos serviços e o comportamento dos recrutados (MELIÁ, 2002, p. 180).

Havendo uma aproximação das autoridades coloniais espanholas com os povos indígenas, muitos dos aspectos de organização política e econômica nesses espaços foram criados a partir do encontro de duas identidades, formando novos elementos que eram notados tanto pelas autoridades espanholas quanto pelos jesuítas. Esses tipos de comportamento eram, sempre que possível, relatados e enviados à coroa espanhola por meio das correspondências, com propósito de melhor controlar os acontecimentos naquela região.

Há uma considerável produção histórica a respeito da importância dos guaranis na defesa das fronteiras no rio da Prata. Por atuarem com frequência nas campanhas militares, os índios das missões seguidamente eram elogiados pelas autoridades hispânicas. Os governadores provinciais, quando referiam-se aos guaranis, arrolando os serviços por estes prestados, costumavam nomeá-los como *índios de las misiones* ou simplesmente *tape*, conforme indicam as atas do Cabildo de Buenos Aires (NEUMANN, 2009, p. 25).

A identidade desses povos está muito ligada às questões militares, pois viviam em um contexto de disputa territorial. É necessário ressaltar o papel do jesuíta na construção dessa identidade, pois tinha um contato mais íntimo com os povos, podendo utilizar de várias estratégias para orientar na construção da base de uma renovada identificação de autodefesa, já que era necessário que cada povo reduzido se defendesse dos espanhóis e portugueses que queriam explorá-los laboralmente, além de se aproveitarem do espaço no qual estavam situados e, até mesmo, defenderem-se de conflitos entre um povoado e outro, pois havia embates entre os mesmos por motivos políticos e econômicos. Como bem explica Neumann:

Assim estamos diante de um processo de “etnogênese” que ganha sentido quando pensado como uma articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente presença de forças ligadas aos europeus. Trata-se da capacidade criativa e adaptativa das sociedades indígenas frente à colonização europeia. Inicialmente vinculada à ideia de emergência física/biológica de novas unidades políticas, atualmente tem sido utilizada para dar conta de processos variados que demonstram as transformações de um grupo ao longo do tempo (NEUMANN, 2009, p. 26).

Pode-se dizer que a identidade dos povos indígenas da Província Jesuítica do Paraguai foi construída em um lento processo de reestruturação de novos espaços que podiam aumentar e diminuir conforme interesses políticos, além de existir muitas

relações entre os habitantes daquela região, que ora se integravam e desintegravam. Assim, como bem afirma Levinton “La relación entre los guaraníes y los charrúas, desde el área de la confluencia del Uruguay con el Miriñay hasta la unión del Río Uruguay con el Río de la Plata, debiera ser analizada particularmente en cada período histórico” (LEVINTON, 2009, p. 103).

Os índios missioneiros adotaram duas posturas em um palco de muitos conflitos e mudanças inesperadas: resistência e adaptação. Com isso, todos os povos que faziam parte daquela província, mesmo tendo suas particularidades e rivalidades, constituíram uma unidade por uma identidade que, mesmo sendo incerta, criou-se sob dois processos.

## A GEOPOLÍTICA DAS REDUÇÕES

O conceito de geopolítica nos dias de hoje ainda vem sendo questionado, especialmente devido às várias interpretações que ganhou a partir de sua criação e, também, das variadas nuances que determinadas áreas do conhecimento concederam-lhe. Mesmo em meio a tantas discussões não se pode negar sua utilidade para a discussão das relações em um determinado espaço. A geopolítica está diretamente ligada à organização de um espaço político-natural e, como uma ferramenta de atuação, através do Estado, em um espaço político-natural.

A geopolítica utiliza os dados geográficos cruzados com a ação política do Estado, interna e externamente, e busca elementos para promover uma discussão da atuação política do mesmo, tanto no âmbito interno como no internacional. Assim, entende-se a geopolítica como pano de fundo para que se possa investigar as delimitações de territórios.

Durante algum tempo, imaginou-se que a Geopolítica e sua pesada tradição histórica – colonial, belicista e expansionista – estava para sempre sepultada. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, não se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder na análise político-estratégica, bem como nas relações entre os Estados ou entre instituições interestaduais (HEINSFELD, 2008, p. 16).

A geopolítica reformulou-se muito ao longo da história, porém, quando se discute esse conceito, é necessário fazer uma ligação às questões econômicas, que muito influenciaram em importantes estratégias na formação de espaços, especialmente relacionada a recursos naturais do solo. Como braço direito da geopolítica encontra-se o próprio poder, ou seja, a mola propulsora das várias ações que promovem a expansão e a proteção do território, num cenário político vinculado à ação do próprio povo.

Quando se trata de relações econômicas e de poder dentro da geopolítica, automaticamente relaciona-se ao espaço físico e aos recursos naturais ali apresentados. Entretanto, esse conceito engloba tantos interesses que não se pode discuti-lo de forma fechada, mas como num tabuleiro de jogo, onde se ganham ou se perdem peças, sofrendo alterações a partir dos seus participantes. Como esclarece Heinsfeld: “a geopolítica deixa de ser considerada apenas como relações que se estabelecem em virtude do território, ou seja, do espaço físico, para englobar também o espaço das ideias e as várias concepções de mundo que são daí decorrentes” (HEINSFELD, 2008, p.17).

A ideologia e a política estão muito ligadas no campo da geopolítica, tendo participação nas mudanças ao longo da história da compreensão da geopolítica, pois o mundo veio sofrendo mudanças juntamente com suas ideias. A política mesmo é apenas um instrumento que possibilita à geopolítica fazer uma avaliação do espaço, propondo novos espaços.

A geopolítica surgiu a partir da necessidade de organizar um espaço, num sentido político, social e econômico. Estrutura essa

que forneceu as primeiras bases de uma sociedade baseada nas ideias de poder. Diante disso, é possível afirmar que a geopolítica nasceu na estrutura da sociedade. Assim mesmo, não entrando aqui nas diferenças de geografia e geopolítica, sabe-se que a geopolítica ajuda a definir um espaço geográfico a partir de elementos ligados à sociedade, ou seja, linhas políticas que definem um espaço em movimento.

Somos levados a acreditar que ações e práticas desenvolvidas por Generais, Estadistas e Políticos ao longo da história da humanidade demonstraram que atitudes geopolíticas existem desde que o ser humano passou a se organizar sociopoliticamente para garantir sua sobrevivência, seja frente às forças da natureza ou forças antagônicas proporcionadas por seus próprios semelhantes, quando estava em disputa um determinado espaço (HEINSFELD, 2008, p.23-24).

A partir do momento em que o ser humano teve a necessidade de se manter em sociedade com o intuito de sobrevivência, a geopolítica estava presente, pois as disputas por espaço sempre acompanharam as sociedades. Tais disputas de espaço davam-se em decorrência de algum tipo de expansionismo, estivesse ele relacionado às questões econômicas, culturais, sociais ou políticas. Pode-se observar isso nas ações das coroas espanhola ou portuguesa, quando da ocupação do espaço na América, quando mesmo reconhecendo a existência de outros povos, não se importaram em ocupar, destruindo-os ou transformando suas culturas.

As ocupações de espaço na América ocorreram a partir

da necessidade de ampliações econômicas e políticas dos povos europeus e passava pelo controle do território e todos (e tudo) que ali estão. O discurso feito pelas potências europeias da época mostra a tentativa de justificação de suas ações.

É na política externa que o discurso geopolítico pode aparecer sem grandes disfarces. Nas relações Internacionais o Estado pode falar sem problemas em nome da sociedade como um todo; pode apresentar-se como representante universal da nação, usando então o instrumental teórico e as formas de raciocínio típicos da Geopolítica (HEINSFELD, 1996, p. 24-25).

A América, antes da chegada dos Europeus, era ocupada por povos nativos que estavam organizados social, cultural, econômica e politicamente e que também possuíam suas fronteiras. Indiferente a isso o Tratado de Tordesilhas iria criar uma grande faixa de fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa, a qual, durante um bom tempo, foi motivo de conflitos.

Ao longo de três séculos vários conflitos e a dizimação de muitos povos nativos na América ocorreram em razão da apropriação de um território para a constituição de um espaço colonial no qual a metrópole determinava ações, fossem elas de criação ou de destruição, especialmente através de instituições capazes de defender os interesses reais e manter o poder.

Heinsfeld assevera que: “As fronteiras e os países não existiram sempre, bem como não estiveram sempre onde estão. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. As fronteiras podem ser consideradas

delimitação espacial do Estado, ou seja, a sua evidência territorial” (HEINSFELD, 1996, p.26). Assim, percebe-se que ao longo da história os espaços foram ganhando forma a partir de interesses políticos que se transformavam de contexto para contexto.

Os limites que estabelecem a soberania do Estado são linhas fixas, enquanto as fronteiras são linhas móveis. As fronteiras apresentam um caráter mais amplo, sendo faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado. É inegável que a discussão teórica das fronteiras é de fundamental importância, tendo em vista que elas simbolizam uma das mais conhecidas relações entre Estado e o território, bem como as relações interestatais.

A Geopolítica serve, do ponto de vista da política externa, para justificar os interesses expansionistas dos Estados. Ela compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados face à sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos, que impedem ou dificultam a realização das aspirações de classe dirigente de determinado Estado (HEINSFELD, 1996, p. 35).

A geopolítica está ligada a interesses expansionistas, de poder, de política, de geografia, de território, de fronteira, que buscam a ampliação da extensão territorial, bem como a população e recursos naturais desses espaços, utilizando-se de estratégias políticas para estabelecer uma posição geográfica favorável, visando à proteção desse território e, ao mesmo tempo, seu alargamento. Lembrando

que esse é um processo que se encontrava em movimento, ou seja, estava em constante transformação.

Dessa maneira, é importante observar algumas nuances que se entrelaçam entre os fatos históricos e relacionam-se com o tempo em que se sucederam, bem como ao espaço sobre o qual se procura discutir fronteira, território e geopolítica neste trabalho.

Dadivosa e fértil a terra, que se estendia até o mar, era cortada por rios que constituíam um sistema historiográfico que a tornava apta para a exploração extensiva da agricultura e da pecuária; de condições orográficas que a circunscreviam entre altitudes e depressões de climas variados e amenos; de vasta extensão de campos com excelentes pastagens que corriam para o sul desde os contrafortes extremos da Serra, e de matarias virgens alcançando as serras e bordando as margens dos rios que, ora se despenhavam em quedas fortes dos altos desníveis do planalto, ora, deslizando suavemente, espriavam-se em várzeas extensas pelas planuras fecundas (PORTO, 1954, p. 95).

As reduções, bem como suas estâncias, foram criadas em pontos considerados estratégicos, próximas aos rios em primeiro lugar, para possíveis fugas contra-ataques de índios não reduzidos ou bandeirantes, além da facilidade para o transporte de produtos, tanto dos que saíssem ou entrassem nas reduções e estâncias. “Os estabelecimentos de pastoreio do povo da Cruz eram situados entre os rios Ubicuy Butuhy á leste do Uruguay no chamado rincão da Cruz que forma hoje o primeiro distrito do município de Itaquí” (GAY, 1863, p. 349).

Dessa forma, o rio Uruguai era não uma fronteira natural, mas o elo entre a estância e a redução de La Cruz. Como explica Levinton “la comunicacón dependía estrictamente del río. No había caminos, salvo alguna picada, y fluvial era la única posibilidad de pasar de una aldea a la otra, una necesidad fundamentalmente requerida por el intercambio comercial”(LEVINTON,2009, p. 248).

O interessante é que La Cruz vai ocupar um espaço entre duas reduções: a de Santo Tomé e a de Yapeyu. Isso proporcionou uma diminuição da área ocupada pelas reduções e possíveis conflitos entre ambas, visto que suas administrações eram independentes.

O Padre Sepp escreve que jamais vira no território da república uma demarcação, uma cerca. O padre Peramas, também testemunha ocular, doutrinário ou pároco dos guaranis, fala com uma clareza que nada deixa a desejar. Tudo era comum diz ele (LUGON, 1977, p. 171).

Tal afirmação, de que não se tem demarcações de espaço de uma ou outra redução, não parece ser correta, pois no Archivo General de La Nación, em Buenos Aires, há grande quantidade de mapas das reduções e também das estâncias missioneiras, deixando claro que havia sim demarcações. Em sua maioria, aquelas demarcações eram feitas através de rios, córregos, riachos, banhados, matas ou qualquer outro tipo de acidente geográfico.

Esses mapas demarcaram espaços, tanto para as reduções, como para as estâncias. Portanto, compreende-se que os espaços eram separados e que a ocupação dos mesmos dava-se sob a influência da administração jesuítica, ou de funcionários da coroa

espanhola. Nesse sentido, as produções também eram feitas separadas, o que certamente proporcionava discussões entre as reduções quando da perda de terras (espaço), para criação de uma nova redução, como foi o caso de La Cruz e de sua estância, processo no qual Yapeyu perdeu espaço de sua redução e ainda teve que ceder terras para a criação da estância de La Cruz do lado oriental do rio Uruguai.

A escolha da localização de cada redução foi cuidadosamente estudada, preocupando-se com o clima, a fertilização do solo, a apazibilidade dos locais e suas vantagens estratégicas para a defesa. As reduções ocupavam, de costume, os pontos dominantes, na proximidade dos rios ou de afluentes navegáveis, a sete ou oito léguas umas das outras (LUGON, 1977, p. 71).

Os jesuítas, ao verificarem a necessidade da criação da redução, preocupavam-se com alguns itens necessários para que a redução pudesse se desenvolver com o mínimo de problemas possíveis. Eram observados pontos como: terras férteis, locais onde pudessem desenvolver a catequese para os reduzidos.

Na margem direita do rio Uruguai, assim como na margem esquerda dos rios Paraná e Paraguai, situavam-se inúmeras reduções, cujo número, localização e denominação variaram muito ao longo do tempo.

Además, las características de la banda oriental eran bastante similares a las de la banda occidental, en cuanto a la imposibilidad de desarrollar una agricultura intensiva y por eso también hubo, en una franja linderera con el río Uruguay, una

fundamental dedicación de las tierras a la ganadería  
(LEVINTON, 2009, p. 250).

É possível inferir que um dos objetivos principais dos jesuítas e espanhóis era controlar o fluxo de atividades pelo rio Uruguai, por ser ele a porta de entrada para as missões, tanto do lado oriental quanto do lado ocidental. Ou seja, o espaço estava sendo ocupado de maneira estratégica por meio do povoamento, da economia e de uma ligação com Buenos Aires. Quevedo (2000), por exemplo, afirma que devido à sua localização fronteiriça, o espaço missioneiro era muito dinâmico, ampliando ou reduzindo-se conforme as circunstâncias.

## LA CRUZ

Os jesuítas tiveram mais sucesso em seus objetivos, em comparação a outras ordens, na América do Sul, a partir de uma influência pacificadora com os indígenas. Sabe-se que houve muita resistência, porém o modelo reducional que estava sendo implantado deu respostas que estavam muito de acordo com o mundo colonial. Os jesuítas passaram a ser um elo entre os indígenas e a coroa espanhola, estreitando a relação sempre que possível e necessário.

As incursões missionárias junto aos índios nômades, apesar do brilhante sucesso, não tinham permitido a constituição de comunidades cristãs sólidas e duradouras. Era necessário, para tanto, fixar os índios em torno de uma igreja, e também isolar os novos convertidos da corrupção dos colonialistas. Pois isoladamente, os padres buscavam proteger a moralidade e, ao mesmo tempo, a liberdade das tribos ainda não submetidas (LUGON, 2010, p. 25).

Lugon afirma que as incursões de evangelização da igreja católica na América Espanhola não foram sólidas e duradoras, com certeza isso aconteceu porque os povos nativos se deslocavam com frequência, o que impossibilitava a construção de espaços destinados à prática do catolicismo, como igrejas e capelas. Diante disso foi que a coroa com a companhia pensaram o processo reducional, que já fora aplicado em situações prévias, como uma solução para impedir ações dos colonos e outros que procuravam de todas as maneiras explorar os indígenas.

O modelo reducional buscava a estabilidade da população indígena para que pudesse, de fato, consolidar uma comunidade cristã a partir de práticas contínuas (ritualização) aos moldes da cultura europeia. Para que esse sistema fosse concretizado, uma das primeiras e principais atitudes era proteger os indígenas do trabalho escravo, ação que afetava diretamente os colonizadores espanhóis que se sentiam prejudicados. Isso influenciou a aceitação da evangelização dentro do modelo reducional, pois fazia com que muitos indígenas fugissem do trabalho escravo e estreitassem a relação com os jesuítas, contrários àquele tipo de exploração. Segundo Cushner os jesuítas argumentavam que:

the Indian reductions were mission stations where Indians remained voluntarily, while at the same time working for their own support and for the support of their spiritual tutors. The organization of Indian labor on the reductions and the distribution of its fruits were in missionary hands, argued the Jesuits, lest rapacious white traders cheat the Indians by underpaying them for their principal product, *yerba mate* (CUSHNER, 1983, p. 20).

Nota-se que os jesuítas argumentavam que os indígenas eram explorados pelos comerciantes espanhóis na compra de seus produtos, pois tudo que era produzido nos povos era comercializado entre as reduções e com as cidades espanholas. Além disso, havia também uma exploração de trabalho pelas *encomiendas*. Porém, dentro das missões jesuíticas, havia mão de obra indígena supervisionada pelos padres jesuítas, que alegavam que os índios trabalhavam para seu próprio sustento e dos padres responsáveis pelos povos.

Entretanto, a população indígena, fora ou dentro do sistema reducional, era considerada como mão de obra, mesmo que de maneira diferente em comparação à *encomienda*. Participavam de uma nova vida social contribuindo na ocupação do espaço e para o desenvolvimento da sociedade colonial espanhola, formando uma colônia sem encomendeiros.

Las reducciones guaraníes estuvieron situadas en un estrecho contexto colonial. Pero progresivamente se fueron conformando durante siglo y medio de tal modo que, como ha subrayado Bartolomeu Melià, las reducciones ofrecieron una alternativa real dentro del mundo colonial. Por supuesto, el colonialismo es un gran mal. Pero dentro del mundo colonial, las reducciones ofrecieron una opción utópica, específicamente de que era posible luchar y crear de hecho un espacio geográfico y económico que durante un tiempo hiciera posible una colonia sin encomenderos (...) Desde mi punto de vista, los jesuitas tuvieron una técnica teológica y pastoral adecuada para resistir a aquellos que querían esclavizar a los indios (DORADO, 2002, p. 71).

O objetivo das reduções era construir uma sociedade que pudesse progredir na mesma proporção da dos colonos, com uma vida social, política e econômica organizada. Porém, sem ser administrada diretamente pelos espanhóis coloniais, ou seja, segundo Melià, uma alternativa utópica dentro do mundo colonial.

Barnadas explica que: “as reduções estavam aptas a estabelecer uma evangelização baseada no interesse pela personalidade integral

do converso. Seu objetivo não era apenas doutrinar, mas fortalecer a vida social e econômica dos índios em todos os aspectos” (BARNADAS, 1997, p. 544). Os indígenas, desde o princípio, já tinham responsabilidades através dos cargos administrativos de cada redução, o que possibilitava uma integração maior com os jesuítas. Levinton afirma que:

En el pasaje de estas aldeas al pueblo misional se produjo una articulación en el pasaje del *guara* indígena a la organización misionera. En otras palabras, la estructura espacial configurada surgió de aplicar el concepto de Derecho Natural, en muchas decisiones se tuvieron en cuenta las prácticas indígenas. El criterio implementado lo consideramos fundamental para explicitar la organización espacial misionera (LEVINTON, 2009, p.14).

Levinton aponta para a necessidade de entender que os guaranis já tinham uma estrutura organizacional definida, e que poderia ter continuado, mas a chegada dos espanhóis na América e o projeto reducional firmado entre coroa e Companhia de Jesus provocaram uma ruptura nesse sistema, fazendo com que os que se reduziram passassem do estágio de guarani-indígena para o deguarani-missioneiro. Essa ruptura não é um sinal de que a cultura tenha sido destruída, tanto que em muitas decisões que ocorreram dentro da organização missioneira foram levadas em conta as práticas indígenas.

Percebe-se que os índios transformaram seus espaços naturais, os quais foram se moldando conforme o número de habitantes, o local de cada fundação de um povo, e as pactuações

dos caciques com os jesuítas, possibilitando uma integração maior entre esses povos que formavam um conjunto que controlava a região.

Documentos escritos em forma de questionários com perguntas e respostas, encontrados no Archivo General de La Nacion, permitem entender o processo de miscigenação e inclusão que ocorreu quando da chegada dos espanhóis na América.

A la quarta pregunta dixo qcasassecomo en ella se contiene y es publico y notório que los primeros conquistadores de estas provincias e pobladores quando vinieron de l'España no trugeron mugeresy los caciques de dha nación guaraní les ofrecieron sus hijas para mugeres y algunos de dhos pobladores reconociendo en ellos sunobleça viendo gente principal y mui noble los dhos conquistadores los aceptaron y algunos se cassaron con ellas confessando en sus hijos y decendientes. Desta nacion q su Magestad los á honrado con officios honrrossos de la Republica y dado muito desantiago como al adelantado Don Juan de Vera y Aragon y siempre se an tratado como nobles los dhos caciques e sus descendientes y de este parentesco aprocedido que los Índios llaman asus encomenderoscherosaíaque quiere decir mi cuñado y los españoles dicena los indios chetuh que quiere decir mi tío hermano de mimadre y tambien los yndios suelen decir a los españoles descendientes de aquellos primeros conquistadores chezzyza que quiere decir mí sobrino hijo de mi hermana como es notorio desto responde (Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675),Leg.

1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 604 - 604 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion).

Dentre essas perguntas, a quarta questão afirma que os conquistadores e povoadores quando chegaram nesse espaço não trouxeram mulheres, o interessante é que os caciques ofereciam suas filhas para que os homens as tomassem como esposas. Cabe-se perguntar se os espanhóis que tinham trazido suas esposas da Europa e também os jesuítas aceitaram com naturalidade essas ações, pois a confiar na letra desse documento pode supor-se que índios e espanhóis que haviam se casado aceitavam isso com naturalidade.

O sistema das reduções não estava apenas focado em doutrinar, mas também em formar homens livres do trabalho escravo e das injustiças, porém esse sistema apresentava algumas complexidades devido ao fato de os colonos não verem os índios como homens livres.

Se os guaranis escaparam à escravatura nesse período inicial decisivo, foi graças a distância que os separava das cidades coloniais espanholas, e também devido à influência pessoal de um administrador enérgico e honesto, d. Francisco de Alfaro, visitador das províncias do Paraguai, Tucumã e Rio da Prata, Alfaro recomendara ao padre Torrez de ligar as comunidades guaranis diretamente à Coria espanhola e apresentá-las à Corte como um Estado tampão na fronteira do Brasil português (LUGON, 2010, p. 27).

Para que o sistema de reduzir os índios em um espaço fosse possível foi necessário o apoio da coroa espanhola para a Companhia de Jesus, pois os colonos espanhóis não aceitavam perder sua mão de obra. Portanto, a execução do projeto reducional passava pelos membros da coroa espanhola.

Cada uma das reduções já contava com mais de 2 mil habitantes. Os missionários eram um fermento minúsculo perdido no meio dessa multidão. Eles queriam transformar pela criação de novos hábitos sociais, deixando agir a influência dos líderes, a disciplina coletiva, o sentido de responsabilidade amplamente desenvolvido pelas múltiplas funções criadas, enfim, pelo sentimento tranquilizador de uma nova segurança (LUGON, 2010, p. 30).

Um novo sistema de vida social estava sendo implantando a partir do projeto reducional, através de várias atividades com ideias totalmente novas e outras nem tanto, como a influência dos líderes, que não era algo desconhecido nos grupos indígenas, porém nas reduções os líderes tinham mais responsabilidades formais a partir das funções criadas em um espaço onde a vida se desenvolvia de forma coletividade, passando de grupos nômades para povos reduzidos fazendo parte então de uma proposta da coroa e da Companhia de Jesus, tendo vários funcionários divididos em setores encarregados de funções importantes para a sobrevivência dessa população, bem como a segurança. Devemos entender com isso que em todos os setores criados dentro das reduções tinha a presença forte dos índios, e que mesmo os jesuítas sendo em menor quantidade tiveram êxito na organização e no crescimento das reduções.

Antonio Palermo religioso de la Comp<sup>a</sup> de Jesus y que a que esta ocupado en el cultivo y enzeñanza de Yndios Guaranis de las provincias del Parana y Uruguay treinta años sin aver salido nunca de entre ellos entodo este tiempo y aver reducido y baptizado a muchos infieles visto y tratado a ottus. Certifico al Rey nuestro señor que dios guarde y a su real consj.<sup>o</sup> mandado de mí superior preceptto desanta obediencia de dexilo que se acerca si los Yndios reconocian caciques en su infedelidad [...] Fui a muchos pueblos adonde no avia llegado sacerdote de la compañía alguno antes que io llegase[...] y experimente el respecto y reconocimiento que aquellos Yndios barbaros toman a sus caciques reconociendolos por sus ma e cres dándolos nombres de grandes y superiores a los demás (Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 616 v., 617. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion).

O documento escrito por um religioso da Companhia de Jesus, que dedicou trinta anos de sua vida para o processo de evangelização de índios guaranis reduzidos nas províncias do Paraná e do Uruguai, levando povos nativos para as reduções e lá batizando e claro acreditando que esse batismo seria suficiente para torná-los fiéis ao propósito da ordem jesuítica e também a coroa espanhola. Percebe-se que nem sempre foram eficientes, no sentido de que os nativos iriam prestar obediência para o rei e para a igreja católica, pois mesmo assim os documentos mostram que após o processo de batismo encontram-se caciques sendo chamado pelos padres de infieis e que seus vassalos os admiravam e continuavam a prestar

sua total obediência e admiração pela sua pessoa.

Os padres da companhia de Jesus apontam, em documentações entre o período de 1595 a 1675, que após terem passados por vários povoados em que não tinham chegado os sacerdotes, que os nativos eram povos bárbaros e que o cacique também é reconhecido pelos seus feitos, portanto dentro ou fora da redução existia a personificação do cacique. Assim, podem-se perceber relações de poder e com isso existiram conflitos de identidade entre os caciques e padres, pois os padres tinham como instrumentos a evangelização a partir de acordos entre a coroa e companhia de Jesus, e os caciques tinham seus feitos enquanto indivíduos reconhecidos pelos seus vassalos.

Os missioneiros não tinham uma tarefa muito fácil, mesmo sem a interferência dos colonizadores, pois era preciso formar uma estrutura da sociedade que começa a se desenvolver desde o espaço até atividades que pudesse proporcionar os recursos para sobrevivência dos povoamentos. Assim Lugon afirma que “a instrução religiosa metódica só começava de verdade depois que a redução estava instalada e a vida organizada” (LUGON, 2010, p. 30). Para que esse sistema fosse consolidado era preciso a participação dos padres jesuítas de forma direta, servindo como exemplo para os índios.

Lo específico de la “reducción” jesuítica está en modo concreto como serán determinados los aspectos de la realidad guaraní que deben ser reducidos, como serán conceptuados y como serán tratados “políticamente”, es decir, a través de actos que pretenden decididamente el cambio cultural.

La realidad guaraní es vista no tanto en sí, cuanto en contraste con el ideal de hombre político y humano, que es de hecho el hombre “reducido”. Al hombre político real se le pretende sustituir el hombre “reducido”. Esta ideología connota y especifica la documentación jesuítica sobre los Guaraní, aunque en distinto grado según los aspectos tratados (MELIÀ, 1997, p. 98).

As características das reduções jesuíticas se destacam pelos aspectos que determinam uma nova vida social ao guarani, um povo de índios convertidos ao cristianismo, a partir de um contato entre culturas onde a ideia da redução era fazer do índio um ser cristão, possibilitar sua libertação do trabalho escravo. Sendo assim, a redução apresentava-se contra os abusos que aconteciam por parte dos colonos, como esclarece Meliá: “la reducción es un lugar de protección contra la encomienda y cualquier forma de esclavitud”(MELIÀ, 1997, p. 176). Diante disso, muitos índios optaram pela vida reducional como forma de salvar-se da escravidão.

Os jesuítas conseguiram, a partir do projeto reducional, criar novos paradigmas coloniais, ou seja, introduzir um modelo diferente que supria as necessidades do momento. Eles possibilitaram, como bem explica Meliá: “a los índios outro espacio de vida colonial independiente de la encomienda; una especie de proyecto anticolonial dentro de la misma colonia” (MELIÀ, 1997, p. 176). Os jesuítas ajudavam os índios a se defenderem dos colonos, a redução era um projeto com objetivos claros, civilizar e cristianizar, reduzir os indígenas aos padres jesuítas e sucessivamente à coroa espanhola, um sistema reducional dentro do sistema colonial, com uma estrutura política, social e econômica elaborada a partir da

reorganização de duas culturas, já que alguns atos utilizados pelos indígenas não foram ignorados, sendo adaptados na implantação desse novo espaço político que se desenvolveu sobre a tutela dos jesuítas.

Em carta que, segundo o autor, poderia ser de Buenaventura Suárez, descreve as dificuldades encontradas para a instalação de La Cruz devido às hostilidades impetradas pelos portugueses, através de ações com objetivos de saques, e aprisionamento de nativos para exploração de mão de obra e também pelos charruas e minuanos. Nessa mesma carta tem uma afirmação do autor de que no diário do Marquês de Valdelirios consta de que a fundação teria acontecido, no ano de 1623, não no lugar definitivo, mas que mais tarde teria sido mudada.

Habla el P. Montoya de la doctrina de la Asunción y solo dice que el P. Cristóbal de Altamirano my diestro en amansar leones, era cura de este pueblo, afligido entonces de una cruel peste, cuando dicho Montoya tabajaba su Conquista Espiritual que parece fue el año de 1638. En las notas históricas de una carta latina de Misiones, del pueblo de la Candelaria y que algunos presumen que sea del P. Buenaventura Suárez, se refiere que la Asunción del Acaraguá se transfirió por la misma causa de las hostilidades de los portugueses, el año de 1637, a la orilla occidental del río Uruguay, más arriba de la Yapeyú, donde se conserva en el día. También se dice de otra Asunción del río Iguy, en la provincia del Caró, destruída igualmente que la de Todos los Santos por los apóstatas que martirizaron a los tres misioneros pastores de aquella grey.

El Diario del Marqués de Valdelirios afirma que el pueblo de la Cruz se fundó el año 1623 sobre el río Acaraguá, tributario del Uruguay por su banda occidental, al norte de San Javier, de donde se trasladó al río Mbororé y en 1657 se incorporó al de Yapeyú. Es el único pueblo de Misiones que está amurallado por las invasiones de los charrúas (ALVEAR, 2000, p. 98).

O povo de La Cruz ou de Mbororé, segundo Cônego João Pedro Gay (1863), foi edificado pelos jesuítas em 1629 na margem e ao ocidente do rio Uruguai e ao confluente do arroio Mbororé naquele rio, com umas dezoito léguas ao sul de Santo Tome. Foi a principio agregado ao de Yapeyu, do qual se separou e se estabeleceu definitivamente no lugar que hoje ocupa, pelo ano de 1657, enquanto que em nossa pesquisa nas cartas ânuas transcritas na coleção de Pastells pesquisada no CCM aponta para outras datas.

La cruz, fundada el año de 1631 en el rio Acaragua, que desagua en el Uruguay por la parte del poniente, de donde transmigró al rio Mborore, que desagua en el mismo rio, de onde las invasiones brasilienses forzaron a asegurarse de ellas bajando de aquella parte del Uruguay a la más baja de el, sobre cuyas márgenes hoy se conserva a 8 leguas de Yapeyu, en 29 grados. 13 minutos de latitud, 321 y 59 minutos de longitud, con 612 familias, que hacen 2.410 almas (PASTELLS, 1912, p. 781).

Em outro material, sobre a fundação de La Cruz:

O povo da Cruz ou de Mbororé foi edificado

pelos jesuítas em 1629 na margem e ao occidente o Uruguay e ao confluente do arroio Mbororé n'aquelle rio, com umas dezoito léguas ao sul de S. Thomé. Foi ao principio aggregado ao de Iapejú, do qual se separou e se estabeleceu definitivamente no lugar que hoje occupa, pelo anno de 1657. A Cruz está collocada sobre uma collina que fazem distinguir de longe suas altas palmeiras. Sua posição é mui pittoresca. O Uruguay rega os pés d'esta collina emquanto a antiga Missão corôa a parte superior; d'onde a vista se estende até a villa de Itaqui, duas leguas acima da Cruz sobre a margem opposta do rio Uruguay, e d'onde se avistam do lado do Poente os tres cerros, que se levantam como enormes tumulos ou pequenas pyramides na planície (GAY, 1863, p. 349).

Sabe-se das dificuldades que os historiadores encontram quando trabalham com datas de fundação dos trinta povos das missões jesuíticas do Paraguai. Nesse caso apresentam-se três datas diferentes: Alvear, através do diário do marquês de Valdelirios, dizendo que a data de fundação teria acontecido no ano de 1623; Gay apontando para o ano de 1629 para a criação de um povoado que tem como nome de “La Cruz”, o qual ainda não era redução porque estava agregado à redução de Yapeyu, pressupondo que o povo de La Cruz não tinha autonomia e, mais tarde, no ano de 1657, se desmembrou de Yapeyu, formando a redução de La Cruz, e a outra fonte documental, referente às cartas anuais, apontando para a fundação da redução no ano de 1631.

Diante dessas questões em relação às datas fundacionais, o mais sensato é apontar para a data com maior credibilidade, ou

seja, aquela apresentada nas cartas ânuas, segundo apresentadas na coleção de Pastells.

A disposição interior das reduções correspondia a um plano quase uniforme, estabelecido, em suas linhas gerais, desde o princípio. Cada construção inseria-se no plano geral. “Quem conhece uma das cidades conhece todas, pois todas se parecem exatamente, na medida em que a natureza dos locais o permite.” Esta frase de *A Utopia* aplica-se perfeitamente às reduções guaranis (LUGON, 1977, p. 71).

Há duas ideias que se chocam a partir do que Lugon nos diz. A primeira é que a disposição das reduções correspondia a um plano quase uniforme e, a segunda, é quem conhece uma das cidades conhece todas, pois todas se parecem, ainda que cada redução tivesse suas particularidades, as quais podiam ser percebidas em vários aspectos, dentre eles os de defesa, o de a população não ser formada apenas por guaranis, o de distanciamento das suas estâncias e o do tamanho populacional de área de abrangência.

A prosperidade de que gozavam esses estabelecimentos excitava a inveja dos paraguaios e os habitantes de Santa Fé e Buenos Aires, que, aliás, viam nos jesuítas mais gente estrangeira que espanhola. Efetivamente, muitos desses padres eram alemães, ingleses, franceses. Por outra parte sujeita exclusivamente ao Superior das Missões que, residindo em Yapeyu, era nomeado diretamente pela Corte de Roma (melhor, pelos Mestres da Companhia) e tinha o direito de administrar o sacramento da confirmação, os padres pareciam não depender da

Espanha. (LUGON, 1977, p.107).

Mesmo antes da chegada dos jesuítas os guaranis já trabalhavam com agricultura de subsistência, através de pequenas lavouras de cultivo de milho, mandioca, batata-doce. Após a chegada, os produtos cultivados foram ampliados, englobando o trigo, a cevada, a cana-de-açúcar, o algodão e o fumo.

A grande concentração de índios proporcionou o desenvolvimento das reduções e a necessidade de ampliação de suas produções criando assim as estâncias missionárias, isso ampliou o excedente da produção chamando atenção de grandes centros comerciais da época, como Santa Fé e Buenos Aires. Outro item que aponta o autor é a presença de padres que não eram espanhóis, além do provincial Superior das Missões estar residindo em Yapeyu e não em Buenos Aires ou em outro grande centro, essas questões despertam a atenção dos espanhóis que viviam na América.

Ala tercera pregunta dixo o q̄pasasse como en ellsse contiene y que entrando algunas veces a sus tierras a conquistarlos entiendo de el exmo de campo [...] llegaron a algunos pueblos de dha nacion Guarani donde viniam dhos Índios con sus caciques en cassas y vecindad y tenian sus chacaras y sementeras donde se sustentavan y save q̄ dhos caciques governan sus vassallos y súbditos sin reconocer otro superior a alguno y save q̄ el maior dañoq̄se les hacia nestas conquistas y con que los obligavan a vendirse e azalarles las sementeras y comidas esto ussava el governador Hernando Arias de Savedra.doentro en la provincia del Parana Yesto responde (Division Colonia Sec.



Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 604. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion).

dixo que lo q'entendió que dhos Yndios siempre anivido en pueblos con cassas y sementeras por que hiendo caminando conel dho gobernador en dha visita vieron muchas chacaras y sementeras y cassas donde vivian q'en el pueblo donde llegavam hallavan quedhos caciques tenian unas cassas largas donde viviancada uno con sus vassallos y la gente de su [aillo?] y supo ser este el modo con que esta naciónvivía (Division Colonia Secc. Gobierno – Compañía de Jesus (1595-1675), Leg. 1; 408; S IX 6-9-3. Doc. 607. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion).

Os guaranis quando da chegada dos conquistadores já possuíam uma organização política específica, na qual o cacique era o encarregado de organizar o seu povo, já tinham suas chácaras e suas sementeiras para seu sustento. É interessante que se atente a isso, pois não se pode pensar que a organização social dos guaranis surgiu a partir do momento da criação das reduções ou que as suas chácaras só existiram dentro do espaço da estância.

A criação das reduções e de suas estâncias iria transformar a vida dos guaranis e tal transformação proporcionaria um novo estilo de vida. Um deles seria a fixação em um único lugar, abrindo mão de algumas atividades nômades, passando a um tipo sedentário de existência e com ampliação da sua prática agrícola e pecuária, em moldes nem europeus nem americanos, mas um modelo adaptado às suas novas necessidades. Ao mesmo tempo em que

houve essa mudança de seus costumes, os padres mudaram a organização de produção guarani, de uma cultura de plantação para agricultores capacitados para produção em grande escala destinada não apenas ao consumo interno, mas também para exportação.

Lo que parece diferenciar cualitativamente a la aldea de la reducción nos es sólo el tamaño de la concentración humana sino también el carácter de las leyes de convivencia, que harían del asentamiento misional esa incipiente ciudad (civis). El teko pyahu, entonces, designará la idea de la existencia guaraní en un sistema nuevo (LEVINTON, 2009, p. 150).

Havia algumas diferenças entre as aldeias e as reduções e uma das principais diferenças foram as leis de convivência que marcaram o novo sistema guarani missioneiro, com uma organização espacial limitada em comparação às aldeias, passando a ter novas normas no cotidiano, ou seja, as reduções se formaram a partir de duas ideias, uma da aldeia guarani e outra da cidade espanhola.

Nas reduções encontravam-se as hortas, os pomares com suas hortaliças, e árvores frutíferas proporcionaram produtos não só para as missões, mas também para enviarem a outras regiões do Prata, como a produção de vinho de La Cruz, considerada por Buenos Aires como de excelente qualidade. Outro produto que merece destaque é a erva-mate, bebida muito consumida pelos guaranis. Essa produção nas reduções foi espelhada, de forma ampliada, nas estâncias.

## LA CRUZ FACE AS OUTRAS REDUÇÕES

As relações sociais, econômicas e políticas foram determinantes para aproximar ou distanciar as reduções, estâncias e outros grupos não reduzidos. Muitas vezes a disparidade daquelas relações levou aqueles povos a dissensos e conflitos. Portanto, é importante entender como se davam os relacionamentos internos e externos aos seus espaços, em especial a relação entre a Redução de La Cruz e a estância de La Cruz, inter-relacionando-a com outros povos e agrupamentos nativos.

Cushner explica que “The available grazing and farming lands were so vast and the usually standard physical boundary markings so imprecise to begin with, that it was likely that estate boundaries were so blurred and imprecise as to be meaningless. This, of course, opened the door to future litigation and squabbling” (CUSHNER, 1983, p. 16). Os conflitos entre os povos aconteciam por motivos relacionados a disputas de terras, pois as fronteiras eram incertas, gerando litígios que se estendiam por longos anos, levando a discussões e até mesmo a guerras, pois nem todos os povos eram iguais no tamanho do espaço que ocupavam, alguns eram maiores outros menores, e relativamente à economia dependia tanto do espaço quanto dos recursos naturais disponibilizados.

Algumas reduções tinham mais de uma estância e o número de gado estava atrelado ao tamanho da estância, isso gerava disputas pela terra e a água entre outros elementos importantes para o crescimento econômico da redução, sendo que o gado e a colheita feita nas chácaras existentes nas reduções e também de outros

produtos, tais como mel, eram à base do seu sustento, tanto da população indígena como dos jesuítas.

Los conflictos que dominaron la región fueron sedimentando en cada pueblo guaraní una historia ligada a sus hazañas militares, sus figuras de prestigio y sus servicios al monarca católico. Podría decirse que el aspecto militar, junto con el político administrativo y el religioso constituían los cimientos del régimen misional (WILDE, 2009, p. 166).

A relativa estabilidade que as reduções e estâncias alcançaram durante aproximadamente um século e meio também pode ser entendida através das relações internas e externas de cada povo. As relações internas davam-se pelas atividades políticas, econômicas e militares além das celebrações, que fortaleciam a integração dos habitantes. As festas envolviam toda população e, dependendo do motivo da celebração, outros povos eram convidados a participar desses eventos, geralmente relacionados com a identidade de um povo e também aspectos gerais cristãos, despertando assim o sentido coletivo dos povos guaranis missioneiros. Segundo Wilde:

Las fiestas ligaban la identidad de un pueblo a un conjunto de símbolos y valores cristianos, más allá de la pertenencia a un cacicazgo. Las guerras, que podrían haber constituido un factor disruptivo en los pueblos al enfrentar a los cacicazgos entre sí, fueron hábilmente desplazadas hacia los enemigos de las reducciones: los portugueses (WILDE, 2009, p. 79).

As celebrações, ao mesmo tempo em que fortaleciam as relações internas, especialmente a partir das celebrações que seguiam um calendário, também contribuíam para confrontações, que ocorriam não apenas com os inimigos das reduções, como os portugueses, mas entre os próprios povos. A partir desses conflitos é possível perceber as particularidades de cada povo que, mesmo seguindo linhas sócio-políticas gerais da Província Jesuítica do Paraguai, não deixavam de apresentar suas próprias características, afirmando sua identidade étnico-reducional.

As cerimônias que aconteciam nos povoados tinham um conjunto de significados e objetivos de nível social e político. Muitas decisões importantes eram realizadas na presença da comunidade guarani missioneira e, em alguns casos, com sua participação. Como afirma Wilde: “la ceremonia ordenaba la geografía sociopolítica del pueblo mediante una pauta de sucesión de actos simbólicos que establecían, legitimaban y renovaban el orden todos los años. La ceremonia era en este sentido una celebración del orden sociopolítica y de la jerarquía estructural” (WILDE, 2009, p. 80). A função das celebrações não estava ligada diretamente aos rituais simbólicos, mas também às relações políticas entre os povos, fazendo desse momento um encontro entre os líderes indígenas e os padres jesuítas, para resolverem as dificuldades de cada povo, facilitando a integração. O apoio vinha das reduções mais prósperas e que apresentavam melhores condições para auxiliar aqueles que apresentavam qualquer necessidade e, inclusive, quando necessário acolhiam outros povos, agregando-os.

A redução de Yapeyu foi construída em um local estratégico, pois, “El Yapeyu o Nuestra Señora de los Reyes, fundada el año

de 1626 sobre las márgenes del río Uruguay persevera en sus suelo nativo en 29 grados 31 minutos de latitud, 321 y 2 minutos de longitud con 1.587 familias, que son 6.400 almas” (PASTELLS, 1912, p. 781). Essa redução apresentou relações interétnicas, pois segundo Levinton “la comunidad de este asentamiento estaba formada por gentío guaraní, yaro-gé y por charrua” (LEVINTON, 2009, p. 104).

Existia um contato entre esses grupos indígenas que acontecia dentro do espaço da redução, entretanto, mesmo havendo conflitos entre esses grupos indígenas em alguns momentos, tal contato foi importante para o desenvolvimento reducional, possibilitando a troca de materiais e técnicas que fortaleciam a economia e a sobrevivência dos povos. Afirma Levinton que: “a partir de 1673 los yapeyuanos, junto a su ubicación estratégica, demostraron una habilidad para montar a caballo y manejar las técnicas del vaqueo que le auguraron a la comunidad un rol predominante en la alimentación de la macro-región misionera” (LEVINTON, 2009, p. 251).

Segundo Becker (1982), os índios minuanos encontravam-se em um espaço próximo ao da estância de La Cruz, o que dividia e, com certeza, facilitava a sua inserção no espaço ocupado pelos guaranis, ocasionando alguns conflitos. Os planos das reduções guaranis procuravam seguir um padrão, o não quer dizer que todas eram iguais.

Essas relações entre os grupos étnicos vizinhos davam-se, muitas vezes, a partir dos interesses contra os europeus, principalmente contra os colonos *encomenderos*, podendo originar uma

guerra em casos extremos. Porém, ocorriam conflitos entre esses mesmos grupos indígenas devido à disputa de espaço, produtos e poder dentro desse conjunto reducional.

Como se sabe, os parientes agrupados em diferentes cacicazgos, regían la división interna de la reducción y, en última instancia, también marcaban las disputas por el control de espacios. Puesto que la participación coordinada dependía de la lealtad basada en la inmediatez del parentesco, la emergencia de líderes reconocidos más allá de los límites de sus propios pueblos solo podía tener una existencia temporaria y efímera. Por lo tanto, las alianzas en torno de un gran líder respondían menos a una tradición de unificación que las particulares circunstancias de la guerra, que impedían a los cacicazgos afrontar la coordinación de las acciones por sí solos (WILDE, 2009, p. 173).

Yapeyu foi a redução mais meridional de todas as reduções da frente missioneira do Uruguai. Situada à margem direita daquele rio, em frente à desembocadura do rio Ibicuí, que pode ser considerado como o limite sul do território de ocupação guarani-missioneira. Essa era a fronteira entre os guaranis-missioneiros e os minuanos. Com isso, a criação de Yapeyu não pode ser entendida apenas por uma atitude da Companhia de Jesus, de cunho evangelizador, mas também de defesa territorial pela Espanha, com a intenção de fechar a passagem pelo rio Uruguai de uma possível apropriação territorial pelos portugueses.

El pueblo no avanzaba ni en lo temporal ni en la cantidad de habitantes, en 1641 y en 1647 se

mantuvo el mismo tope del crecimiento. Por eso, en 1651 los jesuitas decidieron integrar la comunidad yapeyuana con la de La Cruz. Pero esta unión tampoco dio buenos resultados y se separaron en 1657. El proceso implicó la cesión de tierras de los yapeyuanos a los cruceños hecho que, posteriormente, suscitaría varios litigios. De todas maneras originó la extensión de las tierras yapeyuanas hacia el sur por la margen derecha y, mediante una Merced del Gobernador Blázquez de Valverde, la apropiación de tierras en la banda oriental entre el río Ibicuy y el Queguay (LEVINTON, 2009, p. 249 – 250).

Os conflitos ocorriam principalmente por questões econômicas, aspectos ligados a terra e ao gado. O espaço para agricultura e para a pecuária era requerido pelos povos e mesmo os que não eram reduzidos também disputavam esse espaço. Muitos saques eram promovidos pelos grupos que não aceitavam viver nas reduções, nem nas estâncias, os chamados índios infieis. Tais conflitos, muitas vezes, foram responsáveis pelas mudanças dos povos, ocasionando uma nova organização do espaço de cada redução e sua estância, possibilitando melhoria na disciplina dos povoados, mas, também, a desintegração ou a anexação de um povo a outro.

Os Padres Superiores da Companhia de Jesus que faziam parte dos povos cristianizados do rio Uruguai e Paraná discutiam sobre as invasões de índios infieis e seus coligados nas reduções e estância, mesmo defendendo a paz entre os povos foram apresentados muitos motivos justificando a necessidade de fazer uma guerra defensiva, pois as invasões, segundo os jesuítas, eram injustas. Os

infiéis invadiam estâncias, matavam índios cristianizados, queimavam igrejas, roubavam gados e barcos, tirando os meios de sustento daqueles povos. Os padres jesuítas conversavam sobre a paz com os índios cristianizados, mas devido a essas injustas invasões era necessário, para defesa, fazer uma guerra que não seria ofensiva e sim defensiva devido à situação, ou seja, uma proteção ao que já havia sido construído nas reduções e estâncias jesuíticas.

A partir do momento que o comércio aumentava na província do Paraguai, e que os rios Uruguai e Paraná tornam-se o principal meio de escoamento e comercialização, não só os índios infiéis, mas também os portugueses, subiam e desciam o rio em busca de possibilidades de saque ou contrabando, aproveitando-se das oportunidades que o rio oferecia em termos de deslocamento rápido em direção à Bacia do rio da Prata. Isso se tornaria, mais tarde, uma prática comum nas fronteiras da Espanha com Portugal na América.

A união de alguns infiéis com os portugueses trouxe inquietação entre os jesuítas, colonos e representantes da coroa espanhola, pois os portugueses começaram a se utilizar dos índios infiéis para benefício próprio, sendo que os infiéis também se utilizavam dos portugueses para uma melhoria nas condições de vida através de lucros obtidos com esses saques e pelo acesso a armamento diferenciado.

A afirmação, nos documentos (Compañia de Jesús (1676-1702), Legajo2 [409]. Sala IX 6-9-4). Archivo General de la Nación (Buenos Aires), de que os padres da Companhia de Jesus vinham trabalhando há mais de quarenta anos na tentativa de converter os

índios infieis, entre eles os “yaros”, tendo gastado mais de quarenta mil pesos para atraí-los à fé católica e tinha sido em vão, mostra que naquele momento a visão que jesuítas e espanhóis tinham é que a guerra justificava-se.

A afirmação, nos documentos (Compañia de Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4). Archivo General de la Nación (Buenos Aires) do Padre Bernardo de la Vega, obedecendo ao mandado do seu Superior, e dos demais jesuítas do rio Paraná, apresentava alguns motivos que justificavam a guerra contra os índios infieis e seus coligados que traziam agravos para essa missão. Isso precisava ser informado ao Padre do Porto de Buenos Aires para o castigo ou até mesmo a guerra, que deveria acontecer em qualquer momento, primeiramente porque essa proximidade dos índios infieis com os cristianizados, segundo os jesuítas, era perigosa, pois havia muitos índios armados e com cavalos dentro das cidades dos espanhóis como em Santa Fé, Corrientes e Paraguai. Também, de acordo com os documentos, porque os governadores decretaram guerra, informando que esses índios infieis deveriam ser castigados com armas. Finalmente, porque se informa sobre as recentes invasões dos índios infieis e seus coligados dos territórios dos povos cristianizados, as quais eram públicas e notórias, sendo que os inimigos armados apoderaram-se da estância de Yapeyu devido à sua posição, maltratando e matando.

Alguns portugueses estavam presentes nessas ações, e citados como responsáveis por entregar armas e cavalos e por treiná-los. Portanto, dentro do espaço espanhol, o que incomodava os colonos que ocupavam as terras, antes indígenas e também dentro dos espaços onde estava o gado das reduções e isso era preocu-

pante para os jesuítas, que poderiam ter prejuízos. Uma frase da documentação anexa incitava a guerra e afirmava que ela poderia começar a qualquer momento sem a necessidade de alguma decisão judicial, pois as ações dos inimigos eram suficientes.

Yo el P(e) Bernardo de la Vega digo que obedeciendo al mandato del P<sup>c</sup> Matheo Sanchez mi Sup<sup>or</sup> y Sup<sup>or</sup> de los demas jesuitas del rio Parana que me manda diga que se de los agravios que los indios mboyas mbandas yaros y demas coligados han echo a estas misiones y que diga lo que siento acerca de informar ao P Gov<sup>or</sup> del Puerto de B<sup>s</sup> Ayres acerca de su castigo y guerra, digo que en qualquier tiempo se debe haver dicha guerra a ditos indios jaros mbojas mbandas y demas coligados y se debe instar por ella al dicho Sr Gov<sup>or</sup> del Puerto de B<sup>s</sup> Ayres. (Fondo Compañia de Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409] Sala IX 6-9-4. Archivo General de la Nación - Buenos Aires).

Ataques aos povos criados pela Companhia de Jesus na Província do Paraguai eram constantes, e comunicação sobre tais ataques era difundida para todos os povos, e os jesuítas e os colonos estavam preocupados a ponto de entender que não existia outra solução do que a ação da agressão, num conflito entendido por eles como um meio de humilhar os infieis e, se fosse o caso, exterminá-los. Os grupos de infieis citados no documento (Fondo Compañia de Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4. Archivo General de la Nación - Buenos Aires) também incluía povos pampeanos (como charruas e minuanos) que viviam do lado esquerdo do rio



tituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2009, p.14. As indicações em vermelho foram inseridas pela autora.

Estando esses infieis e seus coligados juntamente com os portugueses, era necessário prevenir e remover a aliança com Portugal e realizar a guerra, pois os portugueses estavam proporcionando suporte para esses infieis que só traziam danos aos povos cristianizados.

A grande preocupação dos colonos e jesuítas era com a perda de suas mercadorias e do seu espaço de comercialização, além da insegurança proporcionada pelos frequentes ataques dos infieis. Em alguns documentos (Compañía de Jesús (1676-1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4). Archivo General de la Nación (Buenos Aires) constam também alguns espanhóis, que teriam saído das reduções e se juntado com esses grupos de infieis.

Segundo Levinton: “debido a los conflictos con las ciudades españolas y los portugueses, se crearía una vaquería propia de Yapeyú. De esta manera, el ganado cimarrón estaría bajo un mayor control de los indígenas misioneros. El pueblo de Yapeyú era el centro de todo el sistema. Hubo caminos para comunicar a los habitantes del pueblo con las estancias” (LEVINTON, 2009, p. 253). Assim, o sistema produtivo foi um elemento determinante na vinculação entre os povos, pois através de uma circulação da produção os laços se estreitavam, facilitando a comunicação entre os indígenas e, também, o desenvolvimento desses povos. As reduções e suas estâncias eram ligadas por estradas e rios facilitando as relações comerciais, e a partir desses elementos o acesso entre um povoado e outro foi ficando melhor e gradativamente mais seguro.

Todavía havia os problemas externos dos povos geralmente envolvendo questões econômicas, conflitos por terra, água e principalmente gado, como se pode observar no documento abaixo. Trata-se de um parecer do Padre Angelo Pernagranda, da Companhia de Jesus, sobre o pagamento das vacas ao povo de Yapeyu para a fundação da nova vacaria dos pinhais, em 01 de abril de 1724.

Por lo que toca al puento 3º de la paga a los conductores de dichas vacas a la vaqueria nueva; si se le ha de pagar la conduccion, o no, yaquienes toca pagarles. [...] lo devia pagar los pueblos, cuyas tropas llevaron los conductores, pero porque las vacas, que se les entregaron para llevar fueron las dicha 75604. y solam.º entregaron 30794 vacas, segun se saca de su recibo, y su entriega, perdiendo cada tropa mas de lo que avia de aver entregado, no se les deve paga alguna, pues por razon del conchabo las avia de poner alla por entero (División Colonia Seccion Gobierno Compania de Jesus 1723-1734. Leg. N° 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 85 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

Nota-se no parecer algumas discussões sobre pagamento, pois nem todos os povos aceitavam pagar ao povo de Yapeyu, que disponibilizava as vacas para fundações de novas vacarias, havendo reclamações que os condutores algumas vezes não entregavam a quantia negociada. Notícias envolvendo negociações eram transmitidas pelos padres, que a partir dessas discussões tentavam resol-

ver os problemas externos dos povos.

A população também foi um fator importante para a fundação de povos. Cushner esclarece que “The place where land was acquired and its quality affected the use to which the land was put. Types of land use were also determined to an extent by the proximity, presence, or absence of a laboring population” (CUSHNER, 1983, p.19). Desse modo percebe-se a dinâmica que existia no processo de constituição ou de agregação de um povo a outro: a mão de obra era um aspecto importante para a continuidade das atividades em determinados locais. Sem força de trabalho adequada a ideia de existência de uma redução era insustentável.

A terra era outro fator determinante para o desenvolvimento dos povos, sua organização e o modo de como era usada, pois a produção por meio da terra possibilitava o crescimento econômico não apenas local, mas também de outras regiões. Isso promoveu trocas de bens e serviços entre as reduções e as cidades espanholas. Tais atividades promoviam, segundo os jesuítas, o sustento dos povos missioneiros que começaram a crescer economicamente a partir da lógica mais coletivista de produção, ideia que foi aplicada na Província Jesuítica do Paraguai. Segundo Cushner, “Ancillary enterprises associated with the major farms or ranches provided services and goods for personnel and for sale outside of their place of origin. How land was used and organized were major factors determining settlement patterns (CUSHNER, 1983, p. 21).

Essa ideia de coletividade não estava apenas relacionada à questão econômica, mas também à proteção dos povos, pois essa proximidade ajudava nos momentos de ataques de índios não re-

duzidos praticavam saques nos povos trazendo muitos agravos aos guaranis reduzidos. Cushner explica que “Proximity to other settlers was especially important at times of Indian raids which intensified in the late seventeenth and eighteenth century and affected settlement” (CUSHNER, 1983, p. 22).

Os ataques de índios infieis enfraqueciam o meio de produção desses povos, a partir de furtos de cavalos, gado e destruição de algumas construções como as próprias capelas, trazendo a desordem e prejuízo. Se os povos estivessem distantes uns dos outros era difícil de controlar os ataques, assim Cushner afirma que “Living on not-too-isolated farmsteads made collective action a bit easier” (CUSHNER, 1983, p. 23). Os povos se relacionavam principalmente pelo intercâmbio comercial dentro da Província Jesuítica do Paraguai controlado pelos indígenas, sob a supervisão dos jesuítas. Nesse sentido, pode-se dizer que dentro sistema colonial havia um subsistema missioneiro, e que os povos apresentavam, sim, relações internas e externas a partir de seus interesses e necessidades.

## A ESTÂNCIA DE LA CRUZ

As estâncias foram a base da economia das missões jesuíticas da América espanhola, causando efeitos no desenvolvimento econômico através da produção do gado vacum, do gado muar e do plantio. A agropecuária foi o pano de fundo da economia missioneira, apresentou forte crescimento ao longo das décadas e destacou-se de forma geral. As estâncias foram responsáveis pelo desenvolvimento e pelo sustento da redução e, portanto, indiretamente pelos laços comerciais com outros centros coloniais. Quando a produção estancieira crescia mais povos eram fundados devido ao aumento de excedente e também da população indígena, pela melhoria da qualidade de vida.

Através de mais fundações dos povos foi possível controlar as invasões e saques dos índios infieis, pois cada povo tinha uma organização militar que ajudava tanto na sua proteção como também na dos povos vizinhos, fortalecendo os laços econômicos e políticos da Província Jesuítica do Paraguai. A expansão dessas reduções e estâncias criava uma barreira para inimigos de todos os tipos e nacionalidades.

A Província Jesuítica do Paraguai, mesmo trabalhando para que se estreitassem os laços entre os povos, não podia evitar alguns distanciamentos e desavenças. Os pleitos entre as reduções mostram as muitas disputas por terras, gado e água. Essas disputas geralmente se resolviam em longo prazo. Espanhóis e outros grupos indígenas também participavam dessas disputas, que ocorreram de forma mais intensa nos séculos XVII e XVIII.

Pleitos or lawsuits involving individual Jesuit farms and ranches occurred in the seventeenth and eighteenth centuries, and they spanned the entire spectrum of possible disputes. Land, land use, water rights, boundaries, and donations were the chief subjects, usually with other Spaniards but at times with Indian groups (CUSHNER, 1983, p. 24).

A disputa pelo direito à terra na Província Jesuítica do Paraguai era algo contínuo, principalmente entre os índios cristianizados e os infieis, ocorrendo muitas invasões nas reduções e estâncias ocasionando vários conflitos. Esses litígios provocavam destruições e prejuízos. Segundo Cushner “Disputes with Indians occurred more frequently than perhaps has been supposed. Land encroachments, water rights, and jurisdiction over Indians were the chief causes of litigation” (CUSHNER, 1983, p. 25).



Era na estância que se concentravam os animais, a colheita e o beneficiamento agropecuário básico.

Os documentos (Anexo 1) encontrados no Archivo General de la Nación referentes às discussões do litígio das terras, onde foi fundada a estância de La Cruz, permitiu entender as disputas internas feitas pelos padres de Yapeyu com os de La Cruz, referente à perda de suas terras, diminuindo, assim, suas possessões. Claramente as fronteiras internas existiam, o que dá a entender que não existia uma harmonia territorial entre os povos reducionistas.

Sobre as questões de litígios das terras da estância de La Cruz, as discussões estavam em torno das fronteiras da estância de Yapeyu e de La Cruz, a primeira alega que as terras que estavam localizadas no lado oriental do rio Uruguai não eram de direito do povo de La Cruz e, por isso, a doação delas teria sido injusta, pelo papel de destaque que Yapeyu representa para as outras reduções.

Essa decisão foi aprovada pelo visitador Andres de Rada, quando de sua visita à região, mas acabou não sendo aprovada pelas instâncias superiores da Companhia. Depois o próprio visitador proporia aos padres a divisão das terras entre o Ibicui e o Uruguai e acima entre o Itaqui e o Butui. O visitador levou em conta as necessidades de alimentação de ambas as reduções (ver em SERRES, 2012).

Os documentos (Anexo 1), datado de 23 de abril de 1696, mostra que os padres e provinciais voltaram a discutir a respeito das determinações sobre as divisões das terras encaminhadas para cumprimento pelo visitador, ainda em 23 de fevereiro de 1663, 23 anos após ter sido delimitado o espaço para a estância de La Cruz.

Os padres de Yapeyu tentaram por várias vezes reaver as terras, entregues ao povo de La Cruz para a criação da estância, através de discussões, afirmando que teria sido injusta essa divisão, porque os yapeyuanos eram pobres e necessitavam dessas terras para o seu sustento, além de afirmarem que as mesmas eram um direito antigo e que o julgamento havia sido feito em meio a necessidades prementes. Sebastian de Toledo diz que se deveria dar atenção aos instrumentos de litígio e que as terras pertenciam a Yapeyu pelo direito antigo, mas que o provincial, padre Simon de Leon, reafirmava que La Cruz devia ter sua estância nesse espaço e confirmava então a determinação do pe. Cristovan e aprovou o que foi determinado pelo visitador Andres de Rada (Anexo 1).

Na sequência segue discussão sobre se deveriam julgar pelo direito presente ou se ater ao que havia sido tratado e julgado no passado, o que pode ser percebida na documentação (Anexo 1). As discussões permeavam interesses dos padres, que discutiam entre si e tinham posições distintas. O padre provincial afirmava que seria julgado pelo direito antigo, pois julgava os índios como pobres tolos que não sabiam o que faziam e que a dita terra em litígio pertence à Yapeyu.

No final do processo aparece um questionamento sobre o porquê do padre provincial Simon de Leon estar na confirmação do papel referido. Este respondeu que confirmou a determinação do padre Cristovão Altamirano aprovada pelo padre Andrés de Rada e que não havia outro melhor nem mais bem fundado direito e que La Cruz deveria provar melhores direitos sobre as terras que consideravam suas como estância (Anexo1).

O que chama a atenção é que esse documento diz para que não se fizesse caso de doações realizadas por índios não confirmadas e nem ratificadas pelo provincial e que se observasse quando apontada por ele a necessidade de entender que o litígio fosse dirimido pelo direito antigo à posse das terras e que não se fizesse caso de doações de terras por índios. No documento, padre Anselmo, em nove de novembro de 1696, afirmou que isso servia para todas as doações feitas para os índios e só seriam válidas se ratificadas pelo provincial do momento ou que tivessem sido feitas pelos provinciais que o antecederam.

O parecer apontava para as dúvidas que ficaram sobre se o provincial teria dito para que não se fizesse caso das doações. Esses mal-entendidos podiam fazer com que se voltasse a discutir questões já dadas como encerradas, como o caso de várias doutrinas que doaram parte de suas terras a outras para que pudessem se desenvolver com melhor qualidade, atentando ao cuidado que deveriam ter com as doações pelos índios, que não tinham valor legal (Anexo 1).

Que razão teria o cura, passados alguns anos da doação a La Cruz, para tentar tornar nula a doação que fizeram os índios diante do Padre Provincial e do Padre Superior, ponderando se La Cruz teria ou não a necessidade dessas terras. Mesmo depois da divisão das terras os yapeyuanos procuraram, de várias maneiras, boicotar o povo de La Cruz - também aconteciam enfrentamentos, inclusive com violência física entre os dois povos, fossem eles nas reduções como nas estâncias.

Abaixo o Padre Provincial deixa claro que não quer mais



ouvir o povo de Yapeyu rezingando acerca da demanda dessas terras e que se cumprisse a determinação dada sobre um terreno que o povo de Yapeyu tinha doado ao povo de La Cruz. Mandou, também, dizer ao Padre Geral Thiago Gonzales que o povo de Yapeyu retirasse, o mais rápido possível, o gado e demais coisas que tivessem sido postos nesse espaço da estância de La Cruz.

No obstante el ajuste, en que V.R. deajo concordados, no faltan quienes recurran sea principalmente por parte delos de el Yapeiu por lo involuntario dela donacion de um Potrero ala reducion dela Cruz: Noseles oiagamos endiferencia alguna delas que han quedado con questas: Esto dice N.P. Gen.<sup>1</sup> despues de averse recurrido a su Paternidad por parte de el Yapeiu contra dha donacion, y ajuste: que no se oiagamos al Yapeiuen dha demanda, y en virtud de dho orden, ordeno, que todas las mudanzas, que se ubieren hecho desde el estado, en que lo deajo el P. Lauro Nuñez siendo Prov.<sup>1</sup> se disuelvan, y se vuelvan a poner en el estado dicho en que lo deajo dicho P. Prov.<sup>(l)</sup> Lauro Nunez sacando de halli los ganados, y demas cosas, que ubiere puesto el dicho Pueblo de los Reyes de el Yapeiu, para que se restituía el Pueblo dela Assumpcion del el Borore a su possession: que es fecho eneste Pueblo delos Reyes de el Yapeiu em veintiocho de Noviembre de mil seicientos, y noventa y nueve. (Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

Porto já assinalou em sua obra, ainda que não detalhadamente, a disputa em torno da suposta doação:

Assim como os outros que fundaram suas estâncias de criação em campos fronteiros a seus povos, N S da Assunção, ou La Cruz, teve sua estância de gados, que no qual o limite começa desde outra banda do Uruguai, corre até o Oriente e chega até o Ibiçá-mirim, que é o ultimo limite de comprimento e por um costado desde o Itaimbé que é a cabeceira do Mbutui, vem correndo sempre pelo dito Mbutui pela outra banda até entrar no Uruguai, dito Mbutui, e por outro costado o arroio que chamam Tibério, de cuja cabeceira corre por um campo que tem um capão, chamado Caapé que corre até chegar ao ibicuiti o dito limite do Tiberi. A posse dessas terras pelo povo da Cruz era antiga, pois constava de uma doação feita pelo corregedor, cabilde e cacique de Japejú, sendo cura do povo o p. João de Torres e Provincial o p. Tomaz Donvidas, datada de 12 de Julho de 1688. Mais tarde o Superior Simão de Leon resolveu tornar sem efeitos essa doação. Intentou então o povo da Cruz um pleito para reaver sua estância, tendo ganho de causa e entrando novamente em sua posse a 27 de janeiro de 1700. A estância do Itaqui, como todas as outras, recebeu grande quantidade de cabeças de gado das Vacarias do Mar, e é a ultima concedida no vale do Uruguai (PORTO, 1954, p. 325).

De fato havia uma necessidade de expansão de cada redução juntamente com sua estância, não apenas uma ideia de expansão territorial, mas econômica também, que levava muitas vezes aos conflitos, provocando o distanciamento desses povos e acirrando

o jogo de força entre eles.

Percebe-se que havia uma preocupação com a quantidade de espaço que era designada a cada povo. Muitos aspectos eram cuidadosamente analisados no estabelecimento de um território, tanto da redução quanto da estância, ocasionando, em alguns momentos, rivalidade entre os povos. Nesse processo participavam os jesuítas e também os corregedores e os cabildos que eram formados pela população indígena que tinha amplos conhecimentos do território.

El P. Ignacio de Frias dela Comp.<sup>a</sup> de Jhs Provincial en esta Prov.<sup>a</sup> de el Paraguay aviendo oido laquerella, que el Pueblo dela Assumpcion de el Borore puso pormedio de su Corregidor, y Cavildo de que fueron despojados violentamente sincer [sic] oidos, de unas tierras, en que etenían sus chacaras, y dadosellas al Pueblo de los Reyes de Yapeiu , que por títulos, queles dio el P. Prov.<sup>1</sup> Thomas Donvidas de buena memoria, entre el arroyo Mbaeary, y el Uruguai, y aviendo reconocido los títulos, que les dio de dichas tierras el dicho P. Prov.<sup>1</sup> Thomas Donvidas, yabiendo tambien reconocido los títulos, que les dio de dhas tierras el dho P. Prov.<sup>1</sup> Thomas Donvidas, y abiendo la composicion, que hizo mi antecessor el P. Prov.<sup>1</sup> Simon de Leon entre los dichos Pueblos de la Assumpcionde el Borore , y los Reyes de el Yapeiu sobre el Potrero de el litigio en que altero , y mudo lo tocante al dho Potrero, y llegando alas tierras delas chacaras, que poseia el Pueblo de la Assumpcion de el Borore se refiere , y remite a los títulos (Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850 v. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

O Provincial do Paraguai, tendo ouvido o que o povo de Assunción del Borore necessitava, por meio de seu corregedor e cabildo, após terem sido excluídos de suas chácaras e de suas terras pelo povo de Yapeyu, determinou que as terras reclamadas por Yapeyu pertenciam ao povo de Assunción del Borore, mais tarde chamada de La Cruz e remetendo os títulos de posse, encerrando ali as discussões dessa disputa pelo espaço da estância de La Cruz.

Com a fundação da redução de La Cruz houve a necessidade da criação de uma estância para abastecimento da redução. Iniciaram-se, assim, as discussões entre a redução de Yapeyu e La Cruz para estabelecimento do local onde seria criada a estância. A redução de Yapeyu cedeu uma parte de suas terras, localizada no lado oriental do rio Uruguai, para que fosse estabelecida a estância de La Cruz.

Dos espaços que constituíam a estância, o documento citado revela dois que costumam ser recorrentes nas referências coevas: as *chacaras* (às vezes *chacras*) e os *potreros*. Os primeiros explicitam a existência de locais específicos para o cultivo agrícola e para a exploração de outros gados que não o vacum e o cavalari (por exemplo, galináceos e suínos); em outras palavras, a chacara era um posto em miniatura. A criação de cavalos e éguas orbitava em torno aos segundos.

Segundo Barcelos (2000, p. 334), as estâncias surgiram para solucionar problemas que as vacarias ofereciam por suas vastas extensões de terra, pois evitariam a dispersão do gado pelas pastagens orientais, livres para o consumo e o rapto pelos bandeirantes paulistas e pelos nativos da região, como os charruas ou minuanos.

Portanto, as estâncias proporcionavam a manutenção do gado, que permanecia reunido e próximo aos cuidados dos guaranis responsáveis pela organização das estâncias às margens orientais do rio Uruguai. Outro aspecto que deve ser levado em conta, quanto à importância das estâncias, era que elas diminuía grandes distâncias que separavam os povoados e suas extensões de terras, o que refletia num difícil controle territorial.

Essa estância, como todas as outras, possuía grande quantidade de cabeças de gado provenientes da Vacaria do Mar. Foi a última criada no vale do rio Uruguai e, após o estabelecimento dos povos orientais do Uruguai, ela ficou lindeira, pelo leste, com a estância sob administração da redução de Santo Tomé, separando-se desta pelo rio Itu, afluente da margem direita do rio Ibicuí.

Os subprodutos excedentes derivados do gado eram comercializados. O envio dos produtos para fora do espaço reducional dava-se, principalmente, por meio da navegação, até Asunción, Tucumán e Buenos Aires. No caso de La Cruz, dada sua posição geográfica, a produção era encaminhada a Buenos Aires, donde, pelo tímido comércio legal ou pelo pujante comércio ilícito, era destinada a outras praças.

O Padre Provincial fazia algumas visitas aos povos para supervisionar o processo administrativo e as atividades internas de cada um. A partir dessas visitas, autorizava a construção de novas igrejas e casas. Os reparos eram feitos após a ocorrência dessas visitas, nas quais o provincial autorizava o uso (ou a compra) de material para os possíveis consertos ou ampliações, sendo que havia uma pessoa responsável para avisar quando da necessidade

de algum reparo em algum lugar determinado.

Memorial del P.<sup>o</sup> Prov<sup>l</sup> Geronimo [...] en la visita del pueblo de laCruz en 13 de junio de 1731.

1 No se empezara la fabrica de la yglesia nueva hasta la venida del primoti: en el interin se aplicara todo el cuidado a juntar,y tener prevenidos materiales.

2 Cubrase q<sup>lo</sup> antes de texa las casas, que en el pueblo no lo estan; y reparensen los texados de otras, que amenazan ruina: y seria bien ter senalada alguna persona, que tubiesse cuidado de avisar, q<sup>do</sup> necessitasse alguna cosa de reparo, p<sup>ra</sup> acudir con el a tiempo: y assi lo especutara VR.

3 Encargo a VR ponga especial cuidado en el exercicio de las armas; y en que de estas, y en especial de la limpieza de las bocas de fuego, cuiden mucho los que las manejan.(División Colonia Seccion Gobierno Compania de Jesus 1723-1734. Leg. N<sup>o</sup> 4; 411; S. IX 6-9-6. Doc. 562. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

Dessas visitas aos povos eram construídos memoriais feitos pelos padres, geralmente eram elaborados pelos Provinciais, com relatos dos acontecimentos e com justificativas de algum pedido de melhoria para esses povos, como materiais para reparo ou recomendações. Havia um sistema administrativo muito bem estruturado pelos jesuítas, que mesmo com as dificuldades da época mantinham uma boa comunicação para resolver problemas internos.

Para melhor administrar as estâncias que foram estabelecidas

na região das Missões jesuíticas, foram criados dispositivos para que os povos pudessem controlar, separadamente, a grande quantidade de gado.

Devido à extensão da estância e às iminentes incursões dos minuanos, entre outros índios infieis e coligados por aquele território, faziam-se necessárias ações de ordem militar para sua proteção. Com isso foram construídos em determinados pontos de maneira estratégica os chamados puestos que eram currais de gados com uma pequena quantidade de índios, formando um pequeno assentamento. Esses postos serviam para ajudar na segurança na passagem de uma estância para redução, para proteger os produtos que eram comercializados, para oferecer água e um espaço seguro para o descanso. Entretanto, mesmo esses pontos eram, eventualmente, atacados por indígenas não reduzidos. Cushner, para o caso da região vizinha de Córdoba, coloca: “Building clusters on a range, originally cattle corrals and a few bunk houses (called puestos)”(CUSHNER, 1983, p. 14).

Esses postos podem ser comparados a pequenas aldeias, que possibilitavam aproximação entre os povos, facilitando a circulação nos caminhos que ligavam a redução à estância, sendo possível, a partir deles, o controle de entradas e saídas de pessoas e bens. Com esse tipo de organização novas técnicas puderam ser desenvolvidas em relação aos cuidados com animais.

La construcción de un puesto en cada lugar estratégico signífico la concreción de una aldea con una diagramación similar, pero más reducida en escala, a la de los centros urbanos misionales. Ello posibilitó la cercanía de la vivienda al lugar de trabajo, lo

que redujo la dificultosa circulación por la falta de caminos aptos y facilitó el control de las personas circulantes. Los animales fueron mejor asistidos y, posteriormente, fueron el objeto de la implementación de diversas técnicas de reproducción o de cuidados ante diferentes tipos de enfermedades. Para complementar la infraestructura necesaria, en todas las estancias o puesto donde no había ríos o arroyos en las cercanías, se realizó una concienzuda manipulación del agua por medio de canales, manantiales o lagunas (LEVINTON, 2009, p. 253-254).

Nas estâncias era possível encontrar capelas nas quais havia atividades de doutrina cristã para os índios. Havia hortas, currais, galpões e uma estrutura dos afazeres administrativos e produtivos que seriam prementes.

As relações da estância com a sua redução se estabeleciam a partir de elementos políticos e econômicos que aproximavam a área rural da urbana, sendo que a produção para o sustento da redução se concentrava na estância, espaço considerado rural, pois havia a criação de gado e as hortaliças que se destacavam pela erva-mate. Na estância encontrava-se a capela, casas, galpões, currais, uma estrutura para produzir o sustento dos índios cristianizados e seus tutores, além da troca de produtos entre os povos e o comércio com as cidades espanholas. Segundo Cushner, “Once land was acquired and the settlement made, the process of building began; not only on the physical sense but also in the sense of constructing a relationship between dwelling and farmland”(CUSHNER, 1983, p. 26).

## O TRATADO DE 1750 E A GUERRA GUARANÍTICA

Havia interesses políticos e econômicos entre as coroas ibéricas em estabelecer o Tratado de Madri, porém alguns dos cenários nos quais deveriam desenrolar-se as demarcações eram bastante propícios ao estabelecimento de novas tensões entre Espanha e Portugal e entre esses reinos e os demais agentes envolvidos. Havia uma estrutura no território onde estavam localizados os povos do lado oriental do rio Uruguai, cuja população não entendia bem o que se passava nos corredores palacianos das altas esferas de decisão e parte da mesma população não aceitava sair da terra que povoavam e protegiam. Com isso, mesmo após a assinatura do Tratado de 1750, não foi possível efetivar de imediato a troca territorial que Portugal e Espanha tinham acordado.

Após a Guerra Guaranítica, tanto pelo distanciamento dos padres da Companhia de Jesus (que haviam se transferido para a outra banda do Uruguai), quanto pelo enfraquecimento populacional e organizacional dos guaranis, a presença de índios charruas e minuanos cresceu, os quais executavam suas incursões à procura do gado para roubar.

XXIII – CARTA AO VISITADOR PADRE  
CONTUCCI EM QUE O PADRE JOSEPH  
CARDIEL DA NOTÍCIAS SÔBRE AS OPERA-  
ÇÕES DA GUERRA DO PACTO DE FAMÍLIA  
. Camiño de La Cruz, 13-I-1763. Mi p. Visitador

Nicolas Contucci. p. X. etc. p. 349. Aunq por convenio com el S. Comand. Yo me encaminaba ã la cruz trás el. Em el camino supeq mudando de parecer fue ã S. Borxa; y recivi cartas en q me pedia lê siguiesse ã esse pueblo. Al llegar ã al me dijo como habia escrito ã V. R. pidiendoq todas lãs caballadas de todos los pueblos se lãs embianssen ã S Borxa, p. armar com ellas los índios mas escogidos de la Cruz, Yapeyu y S. Miguel, 200 de cada pueblo, los quales acompañados no de correntinos sino de algunos arreglados los mas arrestados y mejores Ginetes fuessen ã reprimir los progresos Del enemigo, armando ã cada Índio com 6 cavallos q son 3600 y guardando otros tantos p. remuda. Por este su Dictamen voy yo ã la Cruz y Yapeyú ã hacer q los Pp. Escojan y alisten esta gente (CORTESÃO, 1969, p. 349).

A Carta escrita pelo padre Joseph Cardiel, dando notícias sobre as operações de guerra, apresenta alguns acordos que seguramente haviam sido feitos entre os povos missioneiros do lado oriental com os povos do lado ocidental do rio Uruguai, requisitando cavahadas e homens de Yapeyu e de La Cruz e São Miguel, em um total de 3.600 cavalos e 600 homens, exigindo que esses homens fossem bons ginetes para que, acompanhados de correntinos, defendessem e procurassem reprimir o progresso do inimigo.

Os Tratados caracterizaram-se como os principais meios utilizados para as tentativas de anexação de territórios e demarcações de limites no continente sul-americano desde a colonização; logo Portugal e Espanha defenderam ferrenhamente seus pontos de vista em longas tratativas diplomáticas

e durante um período, também bastante prolongado. Esse período, ainda, foi permeado por diversas ações bélicas de ambas as partes, a fim de reaver ou conquistar ao menos alguma parte do território da porção meridional da América do Sul. Por essas ações é que se pode verificar as atividades desenvolvidas pelas coroas ibéricas em relação ao território conhecido na época como Banda Oriental do rio Uruguai (COLVERO, 2008, p. 26).

Os tratados tinham como objetivo fulcral a anexação de território e a demarcação de limites no continente sul-americano, porém esses tratados muitas vezes não eram obedecidos pelas partes envolvidas, pois o que realmente tinha validade era a ocupação de fato. Com isso, ocorreram inúmeras ações bélicas na porção meridional da América do Sul que se transformavam a partir dos interesses políticos, desprovidos de qualquer preocupação com as populações que habitavam esse território, realizando avanços e campanhas de proteção que visavam a por fim à expansão territorial.

Os interesses impressos no Tratado de Tordesilhas foram acordados por ambas as partes em virtude de uma conjunção de fatores. Por parte de Portugal, o comércio da região do Rio da Prata apresentava-se como uma necessidade, pois era uma garantia para o estabelecimento da supremacia na América Meridional e, ao mesmo tempo, uma garantia de expansão territorial até o estuário do Rio da Prata. Além disso, garantia-se um acesso rápido tanto de informações, quanto de mercadorias. Contudo, esse território estava sob domínio da coroa Espanhola, confirmado através do processo de ocupação propriamente estabelecido.

O Tratado de Madri serviu como balizador do ponto de definição de limites territoriais. Em contrapartida, limites avançavam ou retrocediam conforme as alterações dos interesses sobre o espaço. Entretanto, foi um marco nas relações entre as coroas Ibéricas, esclarecendo desavenças de longa data, não sendo apenas mais uma questão de disputa política, mas um alicerce que visava a preservar o limite dos territórios em litígio.

El tratado era el resultado, por un lado, de circunstancias políticas y económicas apremiantes en las que estaba encerrada España tras una larga historia de guerras y déficit fiscales y, por otro lado, de una política paz e neutralidad alcanzada recientemente dentro del escenario europeo y americano, impulsada por las relaciones familiares con Portugal, que instó a un pacto de intereses dudosos entre las Coronas ibéricas (QUARLERI, 2009, p. 121).

As relações familiares entre Portugal e Espanha contribuíram para muitas ações bélicas realizadas na América do Sul. Muitos foram os pactos feitos pelas coroas Ibéricas nos quais os interesses e as questões diplomáticas interferiam diretamente nas relações familiares das casas reinantes, o que estabelecia também um norte para muitas situações, priorizando interesses políticos e econômicos. Entretanto, o cenário europeu era imprescindível para os acordos entre Portugal e Espanha, pois as questões políticas que lá se formavam interferiram diretamente nas colônias americanas.

Segundo Camargo, a Guerra Guaranítica pode ser entendida como “um grupo de súditos espanhóis contra as disposições de um acordo de limites entre a sua coroa – a espanhola – e a nação vizinha”

(CAMARGO, 2001, p. 80). Os índios que pertenciam aos povos missioneiros da banda oriental do rio Uruguai eram súditos do rei espanhol, a Província Jesuítica do Paraguai pertencia ao território espanhol administrada pelos jesuítas. Diante disso, percebe-se que a “Guerra Guaranítica” pode ser considerada como um episódio complexo para os guaranis missioneiros, pois aprenderam a confiar num rei, defender seu território com fidelidade de um súdito e quando a terra começou a prosperar com a população indígena a ordem era abandoná-la com tudo que tinham construído e, como tal ordem não foi obedecida, começou-se um conflito entre as coroas Ibéricas e a população guarani-missioneira, o que deixou marcas traumáticas, dando lugar à decadência que tomou conta dos povos que foram abandonados.

O conflito conhecido como a “Guerra Guaranítica”, resultado do Tratado de Madri, revela que o final do modo de vida dos guaranis cristianizados da Província Jesuítica do Paraguai está relacionado a vários elementos políticos, econômicos e culturais de política interna e externa. Ou seja, acontecimentos da Europa que apresentavam ideias absolutistas, movimentos contra o domínio da igreja sobre assuntos de Estado, entre outras disputas políticas de Portugal e Espanha que desde o princípio tinham como prioridade a expansão das fronteiras coloniais, visando a ganhos econômicos.

A trágica solução dada à oposição guarani ao Tratado de Madri não se explica apenas por uma posição economicista, politicista ou culturalista frente àquele fenômeno, mas com uma observação mais global dos acontecimentos. Com o passar do tempo e, principalmente, com a expansão das fronteiras colonialistas socioeconômicas, a presen-

ça da estrutura representa pelo tripode guaranissmissões-jesuítas ficou insustentável (CAMARGO, 2001, p. 81).

Segundo Wilde: “El conflicto también revela que los ámbitos misionales del Paraguay, lejos de haber sido zonas cerradas desde un punto de vista político, económico, cultural y lingüístico, constituyeron espacios ambiguos y permeables de interacción y heterogeneidad sociocultural”(WILDE, 2009, p. 159). As articulações políticas indígenas foram desenvolvidas a partir de uma dupla visão, o contínuo contato com seus antepassados e suas práticas simbólicas e a lealdade à coroa. Desse modo, mesmo sendo um projeto que apresentava seu diferencial na América espanhola, não era algo isolado, pois seus mecanismos ideológicos foram criados a partir dos vínculos e da circulação de índios fiéis, infieis, jesuítas, espanhóis e portugueses.

Los indígenas no fueron pasivos sino que desplegaron estrategias autónomas de acción. No solo fueron dueños de sus actos sino que también disputaron entre sí lugares de poder e interpelaron a la población para obtener su lealtad. Dentro del conjunto de estrategias empleadas, la reconstrucción de la memoria de los primeros tiempos de la evangelización y el pacto establecido con el rey fue fundamental como recurso para movilizar la acción bélica. Por otra parte, las reducciones no fueron ámbitos cerrados de relaciones sociales sino más bien espacios permeables de interacción que llevaban una concepción ambigua de la identidad. La puesta en escena de un “ser” indígena que combinaba elementos de la ritualidad cristiana

y “pagana”, generaba un sentido de pertenencia comunitario altamente flexible, que estimulaba a la alianza con los indios no reducidos de la comarca (WILDE, 2009, p. 180-181).

Depois de findada a Guerra Guaranítica, os povos missioneiros entraram num período de decadência, havendo muita destruição de materiais, casas, capelas, conflitos que levaram ao baixo número de concentração populacional. A situação era complexa e não melhorou, mesmo bem mais adiante (1767) com a chegada de outras ordens: franciscanas, dominicanas e mercedárias, que tentaram dar continuidade ao projeto reducional. Ficou difícil para os missioneiros confiarem na coroa portuguesa, que até então era vista como inimiga pelos índios, assim como na coroa espanhola, que ficou sendo vista como traidora dos povos guaranis orientais ao Uruguai.

Os povos missioneiros nasceram numa situação de fronteira e isso conduziu, desde o início, a uma atividade militar que contribuiu para identidade guarani-missioneira. No século XVII, por exemplo, houve a defesa das reduções e estâncias dos ataques paulistas, *encomenderos*, saques de índios infiéis do território pertencente à coroa espanhola. No século XVIII, as defesas e conflitos só aumentaram devido à abundante circulação do comércio e à definição de limites entre as coroas Ibéricas. Com isso percebe-se que os povos missioneiros construíram sua própria defesa, acreditavam estar prontos militarmente para apresentar ações defensivas, o que explica a atuação dos índios com a Guerra Guaranítica.

Quem quer que viesse a controlar a região, de fato ou de direito, teria de preocupar-se com o término das sequelas deixadas

pela guerra guaraníca e também com a necessidade de controlar, pela força ou pelo convencimento, aquelas populações.

O Tratado de 1761, entre Portugal e Espanha, não anulava completamente o de Madri, porque os portugueses não conseguiriam tomar posse desse território. Devolvia, na letra, as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento para Portugal. Contudo, o acordo na prática duraria pouco tempo, pois, ao final da guerra dos sete anos na Europa, as coroas ibéricas novamente se atacaram na América.

Em virtude da guerra dos sete anos na Europa, as coroas Ibéricas novamente se atacavam na América. Mesmo com a paz, pelo menos provisoriamente na Europa, em 1777 a terceira ofensiva castelhana, que tomou a Ilha de Santa Catarina e novamente ficou de posse da Colônia de Sacramento, levou a que fosse assinado um novo Tratado em 1777, o de Santo Ildefonso. O tratado tinha por objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal (COLVERO, 2004, p. 26-27).

Em 1777 aconteceu a terceira ofensiva castelhana, tomando a Ilha de Santa Catarina, o que veio a garantir novamente a posse da Colônia do Sacramento para os espanhóis, já que aquele ataque levaria à assinatura de um novo tratado naquele mesmo ano: o de Santo Ildefonso. Esse tratado visava à troca da região das Missões jesuítico-guaranis e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal.

Ficou definida, a partir de então, uma faixa de terras na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, que se constituiu como zona neutra, já que não poderiam ser ocupadas, civil ou militarmente, por nenhuma das coroas Ibéricas. Os “Campos Neutrais” passaram a servir como uma das principais rotas de contrabando entre a governação do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental do Uruguai.

Pode-se então observar que, entre 1777 a 1801, fora o período em que os povos localizados na Banda Oriental do rio Uruguai ficaram novamente sob a administração espanhola, porém, dessa vez, sem contar com os jesuítas, que já tinham sido expulsos da Espanha. Os colonos e os administradores hispano-americanos ali estabelecidos desencadearam uma série de ações, na maioria das vezes contrárias às executadas anteriormente pelos Jesuítas. Segundo Thomas Wrigman:

After the jesuits departed, the mission region passed into the hands of Royal agents, an arrangement that theoretically safeguarded the interests of the Indians. In fact, the new administrators systematically looted the missions and, with the help of Correntino profiteers, reduced the Guaraní population to little better than slaves. The Spaniard's singleminded pursuit of profits from yerba production meant the neglect of subsistence agriculture, leaving the Indians chronically malnourished. The secular authorities within the Upper Plata showed little concern; in some cases, they even disregarded the Indian's need for clothing. Writing in 1799, Félix de Azara commented, 'I believe I can positively say that not a single pueblo has been

given a complete set of clothing, not even once, since the expulsion of the Jesuits, and I emphasize... that I do not exaggerate” (WHIGHAM, 1991, p. 111-112).

A Guerra de 1801 trouxe de volta atores luso-brasileiros ao cenário das missões orientais.

A tomada do Povo de São Borja encerrou o capítulo da tomada das Missões pelas armas portuguesas. Excetuando-se momentos nos quais os espanhóis intentaram forçar os passos do rio Uruguai, tendo sido repelidos em todas as tentativas. Uma partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de novembro de 1801, cruzar o rio, atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Conceição (CAMARGO, 2001, p. 132).

Para Portugal, a questão socio administrativa não mudava de situação, pois esse era o contraponto político e econômico para os assuntos ibéricos na Europa, situação que se apresentou também na América Meridional. Seus limites ao sul estavam totalmente incertos havia muito tempo; as seguidas incursões espanholas na região das Missões e nos territórios e a oeste de Santa Catarina e ao sul do Mato Grosso levaram o governo português a iniciar a promoção de doação de sesmaria na parte sul da colônia portuguesa, e a militarização também seria desenvolvida, com a finalidade de garantir a posse de territórios.

Segundo Ronaldo Colvero,

A dominação portuguesa só foi possível em razão da vontade dos indígenas de se submeterem à coroa portuguesa, ou melhor, à indiferença desses

diante do acontecido, excetuando-se algum caso mais específico, pois não houve qualquer reação contrária. A partir de então, houve vários confrontos entre portugueses e espanhóis para manterem sua soberania sobre tal território. No entanto, no final de novembro de 1801, os luso-brasileiros deram um aviso ao vice-rei de Buenos Aires, marquês de Sobremonite, afirmando terem recebido notícias do Tratado de Paz de Badajós, no qual se assegurariam as possessões e cessaria o fogo. Mais tarde, Sobremonite receberia determinações de Buenos Aires confirmando tal ação (COLVERO, 2004,p. 30).

Essa condição posicionou a região num entrave diplomático, visando ao término das incertezas ou ambições, contribuindo assim para a consolidação do povoamento daquele território.

A geopolítica tinha papel preponderante nessas ações, pois as demarcações de fronteira da colônia portuguesa ao sul do Brasil foram marcadas por disputas acirradas em busca da apropriação do espaço, demonstrando que a região era considerada geopoliticamente importante tanto para Portugal quanto para a Espanha na América Meridional. Como assinala Rogério Haesbaert da Costa:

A disputa pela apropriação do espaço extremo-sul entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séc. XVII e XVIII, é bem evidente no avanço e recuo das missões jesuíticas na alta bacia do rio Uruguai, onde estas implantaram-se como verdadeiro “quisto” entre os território controlados pelas duas coroas. Aos poucos, a luta se expandiu para as áreas do Pampa, “terras de ninguém”, rumo ao

estratégico estuário do Rio da Prata, verdadeiras sentinela geopolítica onde, ainda em 1580, fora estabelecida pelos portugueses a colônia do Sacramento, palco de acirradas lutas com os espanhóis (COSTA, 1988, p. 31).

Tecendo um rápido panorama, as disputas pelo território entre as coroas Ibéricas aconteceram na América do Sul de maneira intensa no século XVII, mas principalmente no século XVIII, pois a partir de 1750 com o Tratado de Madri outras questões ocorreram, demonstrando o forte interesse político e econômico pelo espaço onde estavam situados alguns povos de guarani-missioneiros. Percebe-se a partir desse tratado que não houve consideração com a população indígena (a qual não se pode deixar de citar que foi útil até determinado período para a povoação da América espanhola), que contribuiu na demarcação de fronteira a partir da ocupação, possibilitando a defesa a partir dos povos guaranis implantados sob a administração dos jesuítas.

O Tratado de Madri pode ser considerado como uma tentativa de paz nas relações Ibéricas num curto período que modificou o cenário dos povos guarani-missioneiros, causando desordem e destruição naquela região.

## AS REPERCUSSÕES DAS POLÍTICAS IBÉRICAS NAS ESTÂNCIAS E REDUÇÕES JESUÍTICAS

Na metade do século XVIII, após a Espanha ter enfrentado uma série de problemas políticos e econômicos, com derrotas militares que enfraqueceram a coroa espanhola, resultando na pobreza da população em consequência de falhas na economia e conflitos nas tratativas diplomáticas nas colônias americanas, algumas mudanças foram necessárias para recuperação do Império e para que o mesmo enfrentasse a competição com os Estados europeus e voltasse a ser uma potência dentro do continente europeu. Essas reformas, segundo Garcia, “compreendiam iniciativas nos âmbitos administrativo, econômico e militar, visando a dinamizar o comércio colonial e assegurar o efetivo domínio espanhol em suas possessões americanas” (GARCIA, 2011, p. 55).

As reformas foram resultado das ideias de uma política absolutista influenciada pelos Bourbone aplicada nos setores administrativos, onde interesses e privilégios passaram a não ser bem vistos, e pela qual a aristocracia foi excluída e a Igreja perdia voz, já que as nomeações e todos os benefícios eclesiásticos da Espanha começaram a ser feitos pela própria coroa. A dinastia implantou grandes reformulações políticas que visavam à renovação da autoridade monárquica. Seu principal objetivo era o aumento territorial e o avanço da economia. Segundo Brading: “a grande realização da nova dinastia foi, no entanto, a criação de um Estado burocrático, absolutista, dedicado ao princípio do aumento territorial. A

revitalização da autoridade e dos recursos da monarquia precedeu claramente o despertar da economia” (BRADING, 1997, p. 397).

A partir da dinastia Bourbon, houve uma nova vitalidade no Estado que visava a uma economia mais eficiente e a ampliação e consolidação de um exército, pois as operações de defesa e guerras consumiam um valor significativo do orçamento do Estado. Essas reformulações administrativas atingiram a América hispânica. A Espanha precisava do desenvolvimento de suas colônias para voltar a ser uma potência de primeira grandeza na Europa, haja vista que havia perdido a maioria de suas possessões europeias fora da Península Ibérica. A exploração dos recursos naturais da colônia foi elevada a um novo patamar e a busca por estabilidade em suas fronteiras tornou-se política de Estado mais presente.

Destituída de suas possessões europeias pelo Tratado de Utrecht, a Espanha agora dependia de seu vasto império americano para garantir-lhe um lugar no concerto da Europa. No Novo Mundo o Estado Bourbon conseguiu de maneira notável não só salvar suas fronteiras, mas também explorar recursos da colônia (BRADING, 1997, p. 399).

Do império colonial espanhol na América dependiam os bons resultados das reformas. A Espanha precisava estabelecer novas relações com os povos indígenas, que se tornaram um dos suportes principais dessa empreitada. Essa população ajudou a demarcar o território, com povoamento, impedindo o avanço das fronteiras por parte das outras forças metropolitanas na América: Holanda, França, Inglaterra e Portugal. A partir de uma melhor

relação entre o Estado e os indígenas o sistema comercial poderia ser mais bem monitorado e planejado.

Para garantir a exclusividade da Espanha no usufruto das riquezas geradas em seus domínios americanos, os reformadores enfocavam a importância da efetiva ocupação das fronteiras. Com isso, visavam a impedir que os principais rivais europeus, Inglaterra e Portugal, selassem alianças com os índios e assim ameaçassem a presença espanhola nas regiões limítrofes, ou, ainda, por intermédio dos nativos, tivessem acesso ao comércio colonial (GARCIA, 2011, p. 56).

Nessas mudanças alguns cuidados foram tomados para evitar que os índios se unissem aos inimigos, tantos os nativos já inseridos na sociedade colonial através das missões quanto os índios considerados infiéis. Dessa maneira, a coroa esperava que houvesse a consolidação da lealdade ao império colonial espanhol, e que os indígenas agissem com ações de defesa contra as invasões dos rivais europeus.

A Província Jesuítica do Paraguai passou por diversas transformações desde sua origem, mas o sistema colonial das missões teve êxito por um longo período na América espanhola. Expansões políticas e econômicas aconteceram a partir de intercâmbios entre os povos indígenas reduzidos e as cidades e povoados espanhóis, gerando uma maior complexidade nas relações, que se tornavam cada vez mais dinâmicas. Tais relações foram modificando a sociedade indígena colonial, dando lugar a um novo sistema de estratégias indígenas, a partir de novos marcos de negociação dos papéis desses diferentes atores nessa nova realidade.

El territorio misionero fue cambiando históricamente en su composición, lógica y dinámica interna, así como en sus implicancias y relaciones regionales y macroregionales. Los diferentes contextos políticos y económicos fueron modelando y modificando el imaginario social sobre aquel espacio que, con el tiempo, fue perdiendo la atribución defensiva y colonizadora de las reducciones para dar lugar a otra asociada con su desarrollo económico y los privilegios políticos obtenidos (QUARLERI, 2009, p. 117).

Os índios cristianizados estavam inseridos na estrutura colonial, e, obviamente, tinham suas particularidades que os diferenciavam do sistema colonial espanhol. Pode-se dizer que havia uma separação entre a sociedade colonial espanhola e guarani-missioneira através da constituição formal e jurídica dessas sociedades, que determinava algumas obrigações e privilégios diferenciados.

Os indígenas que habitavam o território colonial espanhol em muitas situações eram considerados bárbaros, pois não eram cristãos e viviam de maneira não civilizada para os europeus. A população que no primeiro momento serviu apenas para mão de obra nos trabalhos da *encomienda*, após o projeto reducional ganhou deveres e direitos, porém sob um estatuto diferenciado dos espanhóis e dos *criollos*.

Apesar de as repúblicas obedecerem uma legislação em comum, seu funcionamento variava significativamente no conjunto espanhol. Algumas foram instituídas a partir de organizações políticas existentes antes da chegada dos espanhóis,

especialmente na região central do México e nos Andes. Outras, por sua vez, foram criadas principalmente em decorrência da relação entre missionários e grupos nativos que não estavam diretamente submetidos à determinada organização centralizada, como as reduções jesuíticas do Paraguai. Em linhas gerais, as repúblicas deveriam manter os índios afastados da sociedade colonial, preservando-os do contato com os espanhóis, considerado deletério para os nativos. Além disso, as repúblicas serviam ainda para organizar a cobrança do tributo devido ao monarca pelos índios, que poderia ser pago em espécie, trabalho ou mercadoria (GARCIA, 2011, p. 65).

As reformas borbônicas na América tinham como um de seus objetivos desfazer essa diferenciação, através da reformulação em seus estatutos, fazendo com que os indígenas não fossem uma categoria diferenciada no sistema colonial espanhol, possuindo os mesmos direitos e deveres do restante da população. Uma dessas medidas foi a obrigatoriedade do uso da língua espanhola. Segundo Garcia: “as reformas buscavam maior controle real do governo e das finanças dos índios. Previam ainda a obrigatoriedade do idioma espanhol e a extinção das línguas nativas, assim como estabeleciam determinados mecanismos para dissolver o regime de comunidade” (GARCIA, 2011, p. 65).

Havia uma tentativa de integração dos grupos nativos ao mundo colonial espanhol, o que podia interessar a muitos grupos indígenas, que buscavam meios para se defenderem dos efeitos das disputas e da permanente expansão territorial europeia. O Estado

espanhol, sob a dinastia dos Bourbon, que passava a considerar esses grupos como um mero desdobramento da sociedade colonial, dirigiu-lhes a atenção, possibilitando que tivessem algumas benesses com a reforma. Até porque eram considerados sem lei o que, devido às circunstâncias, tornava difícil o estabelecimento de alianças definitivas. Portanto, foi necessário usar de jogos políticos para evitar que os laços mantidos com a sociedade indígena fossem de rivalidade. Em consequência, os índios que habitavam zonas fronteiriças das coroas ibéricas eram sujeitos a melhores condições de negociação com o Estado (GARCIA, 2011).

As alianças entre os indígenas e os europeus eram variáveis, na medida em que as próprias fronteiras entre as coroas Ibéricas não podiam ser demarcadas com maior precisão. Isso tinha implicações diretas nos grupos que habitavam o espaço em disputa. Nem entre os grupos indígenas havia laços definitivos, pois, segundo Garcia: “um grupo de minuanos que mantinha relações muito próximas com os portugueses ficou sabendo de suas intenções de atacar as missões do Paraguai. Apesar da aliança com os lusos, os minuanos não titubearam em avisar seus parentes cristãos aldeados das pretensões dos portugueses” (GARCIA, 2011, p. 61).

Havia tanta complexidade nas alianças entre os grupos indígenas como nas alianças entre os indígenas e as nações ibéricas. Os laços políticos eram criados entre os grupos indígenas principalmente em benefício próprio e não obedeciam condições permanentes. Caracterizavam-se por relações temporárias que visavam a melhorias econômicas, políticas e sociais. Segundo Wilde, muitos índios optavam “por ubicarse en un espacio de ambigüedad étnica, que Le permitia ‘entrar’ y ‘salir’ permanentemente de su condición

de ‘índio Cristiano’, maniobrando según fueran sus conveniências” (WILDE, 2009, p. 298).

As relações entre as cidades espanholas e os povos indígenas eram criadas a partir de situações consideradas favoráveis para ambos, seguindo variações e interesses, da mesma forma que aconteceu com os índios considerados infiéis que transitavam nos povos e cidades, mantendo contatos com os índios cristianizados, que muitas vezes eram parentes, e com os espanhóis a partir de atividades comerciais e culturais.

A aplicação e reação das reformas borbônicas variaram dependendo da região, da situação e dos interesses dos que habitavam determinado espaço. Assim como houve aceitação de imediato também ocorreu resistência com enfretamento.

As tentativas de aumentar a cobrança de tributos dos índios, promover sua inserção individual no mercado colonial e fomentar a progressiva monetarização de sua economia causaram impactos consideráveis nas comunidades, mas sua intensidade variou imensamente, inclusive no interior de algumas regiões. Para alcançar tal objetivo, os funcionários borbônicos passaram a intervir com mais afinco na vida espiritual e cultural dos índios (GARCIA, 2011, p. 69).

A uniformização da sociedade espanhola na América, além da padronização do uso da língua, deveria se dar, também, através de outros mecanismos, como a cobrança dos tributos, que deveria estabelecer um padrão uniforme para as classes não vinculadas à nobreza ou ao clero. O esforço por uma maior inclusão dos índios

no mercado colonial se deu por medidas que ampliaram o controle dos recursos da sociedade por parte do governo espanhol. Todavia, de acordo com algumas das reformas, os “indígenas colonizados” perderam um pouco da autonomia, principalmente em questões ligadas à administração econômica. Com os novos administradores a intenção foi diminuir os custos e aumentar o controle sobre os povos missioneiros. Segundo Garcia: “as medidas bourbônicas acarretaram uma relativa perda de autonomia dos índios na gestão desses recursos, especialmente na intervenção de órgãos espanhóis em sua administração” (GARCIA, 2011, p. 69).

Com a expulsão dos jesuítas da Espanha e seus territórios, os funcionários espanhóis ficaram responsáveis pela administração temporal e outras ordens religiosas conduziram a doutrinação e a prática religiosa dos povos. Essas modificações, além de deixar as comunidades indígenas menos autônomas em determinados setores, trouxeram muitos conflitos entre o poder temporal e o espiritual, pois houve muitas acusações dos administradores e dos curas dos povos.

En general, los administradores eran acusados de haber transformado los almacenes de muchos pueblos en “pulperías” y de efectuar tratos comerciales que los beneficiaban con los bienes que pertenecían a la comunidad. Debido a esto, La primera camada de funcionarios fue reemplazada casi en su totalidad. Los sacerdotes, por su parte, eran frecuentemente denunciados por llevar una “vida licenciosa”, apropiándose de las casas principales y huertas, maltratando a los indios, robando en los depósitos, mudándose con libertad de un pueblo

a otro y hasta amancebando indias en sus casas  
(WILDE, 2009, p. 231).

A situação era complexa diante de tantas reformulações, tendo em vista que os indígenas estavam acostumados com a administração dos jesuítas que tinham aplicado nos guaranis um regime que unia as funções políticas e religiosas. A partir dessas mudanças houve a separação da política e religião que seriam administradas por setores diferentes e não estariam mais relacionadas de forma direta. Entretanto, esses conflitos confluíram em longo prazo, e ambos os grupos de administração (temporal e espiritual) agiram, em alguns momentos, em benefício próprio, desagradando tanto a coroa quanto aos guaranis-missionários.

Os poderes temporais e espirituais disputaram poder e espaço dentro dos povos, fazendo com que os índios ficassem, muitas vezes, sem saber a quem obedecer, pois deveriam conciliar as atividades produtivas e a vida política com a postura moral e comportamental demandada pelos “novos” religiosos. Segundo Wilde, esses conflitos entre os administradores e os curas “se expresaban esencialmente en la competencia por los espacios. Los curas procuraban apropiarse tanto de las casas principales o colegios, en donde debían convivir con los administradores, como de las capillas y ‘quintas’, cercanas a los pueblos” (WILDE, 2009, p. 232).

As alianças na América espanhola em nenhum momento foram definitivas, seguiam uma variação conforme os interesses de cada parte envolvida. Nem os grupos indígenas estiveram unidos o tempo todo, pois as relações apresentavam-se e transformavam-se num cenário cheio de variações políticas em longo e curto prazo.

Os índios, após viverem um longo período de colonização, aprenderam a negociar nos moldes do sistema colonial, passando a se utilizar de alguns mecanismos para defender seus interesses a partir de estratégias (geralmente sincréticas), que os favorecessem.

A coroa, apesar de não conseguir aplicar uma legislação de maneira uniforme na sociedade colonial (dada à dinamicidade da realidade social), conseguiu concretizar alguns acordos, sobretudo aqueles relacionados aos limites territoriais. Garcia afirma que “a coroa obteve benefícios concretos com muitos dos acordos e, apesar de certas perdas, os Bourbons conseguiram preservar os limites territoriais de seu império, sem dúvida devido ao auxílio dos nativos” (GARCIA, 2011, p. 78). Os povos indígenas auxiliavam na preservação dos limites territoriais por seu peso demográfico, pela capacidade de incremento do efetivo militar e, não menos importante, por criar o fato jurídico para o emprego de princípios diplomáticos, o que beneficiava a coroa espanhola na defesa das suas linhas de fronteira.

## EXTINÇÃO DA ORDEM E ORFANDADE DOS GUARANIS.

Como já foi referido no texto, em 1767, subitamente a Companhia de Jesus foi abolida das “espanhas”, sem preparação prévia e sem a característica “ação planejada” tão típica dos atos jurídicos do reinado de Carlos III.

O decreto real, promulgado por Carlos III e datado em 27 de fevereiro de 1767, previa a expulsão, no mais breve prazo, dos padres jesuítas residentes nos Trinta Povos das Missões de guaranis. O rei não dava explicações muito claras para justificar esta decisão tão carregada de consequências. Limitava-se em indicar que era uma medida necessária para a manutenção da ordem pública (OLIVEIRA, 2004, p. 188).

A expulsão e posterior extinção (temporária) da Companhia foi um fenômeno amplo do contexto europeu, para o qual convergiram diferentes fatores, entre os quais se pode citar o avanço do pensamento iluminista e sua oposição à tradição escolástica, os interesses pecuniários de alguns governos europeus, a própria expansão da ordem e a inveja que isso causava dentro e fora da Igreja de Roma e assim por diante.

Em Portugal, sob o reinado de dom José I (1750-1777), dom Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, tinha amplos poderes para levar a cabo projetos dos mais variados. Dentre eles, vale destacar um em especial, pois tomou conta das atenções do ministro por praticamente toda a sua administração: a

extinção da Companhia de Jesus. Na Europa acirravam-se as discussões em torno das ações da Companhia de Jesus, um dos atores principais da luta antijesuítica e pela sua extinção no mundo foi o Marquês de Pombal.

Desde inícios do século XVIII houve uma crescente influência de uma nova cultura administrativa que tomou conta de boa parte da Europa. Ela era fundamentada, principalmente, na radicalização do processo de construção dos estados nacionais, com suas tendências centralizadoras e uniformizadoras. A isso se deu, posteriormente, o nome de “Despotismo Esclarecido”, no qual os governantes deveriam, baseados em razões de Estado, agir conforme os preceitos que fossem necessários para se obter resultados eficientes e efetivos para a garantia da soberania e da governabilidade.

Diferentemente da crença comum, não era apenas em Portugal que a ordem jesuítica vinha sendo questionada e pressionada, pois França, Espanha e Gênova se opunham veementemente aos atributos dados à Companhia de Jesus pela Santa Sé, com total beneplácito do Papa Clemente XIII, que repudiava as ações cometidas contra aquela Ordem. Assim, especialmente a partir da segunda metade da década de 1760, tais potências enviaram a Roma seus representantes, a fim de tentar convencer o Pontífice da necessidade da extinção dos jesuítas. Porém, a morte do Papa feneceu, momentaneamente, as expectativas, já que não se tinha ainda uma postura concreta do Sacro Colégio sobre o novo eleito. Afirmava o ministro português nas suas instruções à Almada, representante da corte portuguesa em Roma, que: “os votos [...] são ordinariamente comprados, como agora os estão comprando os jesuítas com mais de dois milhões de despesa” (AZEVEDO, 2004 p. 302).

No entanto, com a eleição de Clemente XIV, as relações de Portugal com a Santa Sé foram restabelecidas, pois o Papa passou, de maneira estratégica, a dar ouvidos às súplicas do ministro de Dom José I, da mesma forma que aos demais representantes das coroas espanhola, francesa e genovesa. Dom Sebastião de Carvalho esquecia-se brevemente do objetivo maior, pois a reconciliação com a Santa Sé foi seguida de inúmeras ordens e acordos. Com uma bela tática de apaziguamento, o Papa conseguiu deixar a decisão sobre a extinção da Companhia de Jesus dormir por praticamente dois anos. Só Almada, já sem a atenção dada anteriormente pelo ministro Pombal tinha, vez por outra, acessos em obter uma resposta final do Papa, ao mesmo tempo em que se mantinha recioso em relação aos interesses dos colegas representantes de França e Espanha em Roma.

Carlos III foi quem tomou as rédeas das tratativas em extinguir a Companhia de Jesus a partir de 1772. Seu representante, Dom José Moñino, futuro conde de Florida blanca, aplacou qualquer tentativa papal de sair pela tangente sobre o assunto, pois foi duro nas assertivas enviadas ao Sumo Pontífice.

Um importante bloco de pressão exigia, por toda a Europa, o fim da Companhia.

Em Portugal, em 1759, os jesuítas foram presos com soldados na porta dos vinte e sete centros que possuíam. Na França, a expulsão deu-se em 1762. Na América, esta operação policial, para que fosse eficaz e sem traumas, deveria ser conduzida com firmeza. O papel foi encarregado a Francisco de Paula Bucareli e Ursúa, Conde de Aranda,

nomeado para tal, governador de Buenos Aires  
(OLIVEIRA, 2004, p. 188).

Após a Guerra Guaranítica provocada por um movimento de alguns índios que não aceitavam os termos do Tratado de 1750, alguns cuidados foram tomados para que não houvesse conflitos com a população indígena na questão dos jesuítas. Bucareli, o então governador de Buenos Aires, foi encarregado de executar o decreto de expulsão. Nesse sentido, percorreu com o apoio de seus comissários todos os povos guaranis pertencentes à América espanhola, anunciando a notícia cuidadosamente para não despertar inquietações, tanto da população indígena quanto dos jesuítas. Segundo Wilde: “existía la sospecha de que los indígenas se sublevaran como habían hecho años durante el conflicto por el Tratado de Madrid. También generaba aprensiones la presencia de varios jesuitas no españoles entre los misioneros, que podían intrigar contra el plan de expulsión” (WILDE, 2009, p.184-185).

Segundo Marilda de Oliveira, 2.617 jesuítas abandonaram a América, deixando casas, igrejas e estâncias para os novos administradores, tais como franciscanos, dominicanos e mercedários, que logo no início já tiveram dificuldades em lidar com os índios que já estavam acostumados com o trato e a convivência com os jesuítas, além de estarem passando por uma crise de confiança devido aos os acontecimentos passados.

En la Península Ibérica las corrientes antijesuitas venían en ascenso. Una hipótesis plausible es que la expulsión recibió el influjo de las corrientes regalistas españolas, que a su vez fueron inspiradas por el galicanismo francés y las obras antipapales.

Éstas sostenían que el monarca debía su propio clero sin consulta previa (WILDE, 2009, p. 184).

A expulsão dos jesuítas na Espanha e principalmente na América Espanhola pode ser entendida também como um meio de facilitar as reformulações das concepções e práticas políticas para revitalizar a legislação da sociedade espanhola, portanto, parte do reformismo borbônico. Com isso, seria mais fácil em minimizar o poder local que vinham apresentando-se com muita autonomia, pois os jesuítas interferiam, além do poder religioso, também na elite política indígena das missões da América espanhola.

En España, en particular, la expulsión se proyectó como un medio para imponer sin obstáculos una reforma general de gobierno y reafirmar en las colonias el control sobre las instituciones administrativas, la economía y la sociedad. Al mismo tiempo, se consideró al decreto de expulsión como una forma radical de aleccionar a los grupos locales que habían alcanzado altos niveles de autonomía en su accionar, con respecto a los intereses y a las disposiciones reales (QUALERI, 2009, p. 327).

Sem a presença dos jesuítas nos povos missioneiros da América espanhola, houve muitas modificações na estrutura, tanto no campo administrativo quanto no religioso. Novas ordens assumiram as funções religiosas e funcionários espanhóis assumiram a administração.

Um dos itens mais importantes desses conflitos advindos das práticas de despotismo esclarecido era a radical contestação do

poder e da influência que a Igreja através de seu pontífice procurava exercer sobre os reis.

El poder y el prestigio de la Compañía de Jesús, avalados por la Corona y el papado y cuestionados ocasionalmente por el Consejo de Indias y los obispos, perdieron fuerza durante el siglo XVIII. Ciertos aspectos de la doctrina impartida por la orden, sus modalidades de interacción política y organización económica se transformaron, por un lado, en el antimodelo del orden propuesto por aquellos que atacaban la supremacía del papa y, por el otro, en el máximo obstáculo del plan de reforma general de las monarquías absolutistas (QUALERI, 2009, p. 326).

A expulsão dos jesuítas dos povos missioneiros fez com que os indígenas escolhessem rumos diferentes. Muitos viraram vagantes, por vezes mesclando com outros extratos e etnias à margem da sociedade colonial “formal”, constituindo matéria-prima para a formação de novos tipos, como o *gaúcho*. Outros tantos foram para centros urbanos da América espanhola.

Entre la ocupación militar de los pueblos y la expulsión de los jesuitas, los guaraníes gestaron sus propias respuestas y tornaron diferentes posturas en medio de múltiples vaivenes políticos. Los más radicales abandonaron las misiones de forma colectiva o individual, mientras que algunos se refugiaron en los montes y selvas aledañas, sin alimentos, despojados de sus bienes y expuestos a todo tipo de inclemencias. Otros partieron junto a los portugueses del río Pardo persiguiendo idealmen-

te una vida alejada de las presiones y los castigos. Por su parte, la mayoría aceptó trasladarse a la otra banda del Uruguay (QUALERI, 2009, p. 332).

Os jesuítas foram eficientes no trabalho para o qual foram escolhidos, que foi de civilizar e catequizar os índios, pelo menos no caso dos guaranis das áreas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. A consequência que a retirada dos jesuítas trouxe para muitos guaranis, que já se encontravam confusos com tais acontecimentos, foi a de desestabilização política e econômica, pois, sem os seus “tutores”, muitos guaranis não sabiam como reagir e adotaram posturas distintas, coletiva ou individualmente. Apesar da chegada dos novos padres de outras ordens a situação não voltou ao normal, pois tiveram aceitação restrita por parte dos indígenas.

As consequências da expulsão dos jesuítas foram várias. A mais significativa delas foi o despovoamento progressivo dos guaranis em benefícios da sociedade hispano-americana a que os emigrantes se assimilaram. A maioria se instalou em centros urbanos como Buenos Aires, Assunção e Montevideú, onde foi viável uma relativa assimilação no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos técnicos adquiridos nas reduções, no ramo do artesanato e dos ofícios (OLIVEIRA, 2004, p. 190).

Se for lançada mão de um pequeno grau de imaginação histórica, balizada no raciocínio que se vem desenvolvendo no trabalho, pode-se supor o espanto dos indígenas. Em quem ele deveria

confiar a partir de agora, ou quais seriam as próximas mudanças e, até mesmo, qual seu papel no mundo colonial espanhol?

Pero toda esta organización jesuítico-misionera que, indiscutiblemente, fue exitosa y alcanzó su plenitud demográfica y productiva en la primera mitad del siglo XVIII, entró en irreversible crisis a partir del último tercio de dicha centuria. La causa determinante para que esto ocurriera fue la expulsión de los Padres jesuitas, hecho ocurrido en 1767-8. A partir de ese momento, toda la estructura misional – tanto en su faz material como espiritual – se vio trastocada y herida de muerte (PADRÓN FAVRE, 2009, p. 24).

Os índios guaranis eram dependentes dos padres, inclusive devido a todo processo já implantado de construção do mundo guarani-missionário. Os guaranis foram afastados daqueles que imaginaram, em primeira instância, a construção desse mundo, o qual, apesar de ser constituída dentro do universo colonial, não tinha par nesse mesmo universo. A expulsão da ordem deve ter tido um impacto inenarrável (até porque não foi mesmo devidamente narrado). O jesuíta não era apenas um homem europeu, mas era também um homem santo e confiar em algo criado pelo homem europeu (sem que fosse também santo) seria muito difícil naquele momento. É provável que mesmo os outros religiosos adventícios não pudessem ser considerados tão “sagrados”, no nível da representação imaginária que os guaranis tinham dos jesuítas.

E com os últimos Jesuítas que se afastavam das costas americanas, abandonando definitivamente os seus índios, e levando a consciência de tudo

terem sacrificado no cumprimento de sua missão admirável, começaria a decadência da Reduções e abaixamento do nível moral dos catecúmenos jesuítas, pois somente os Padres da Companhia sabiam entendê-los e guiá-los para o bem para a civilização (PORTO, 1954, p.251).

Os guaranis escreverem cartas para o rei pedindo que reconsiderasse a decisão, o que demonstra a estima que os indígenas tinham para com os jesuítas. O futuro deveria parecer muito incerto sem a já tradicional presença dos padres.

A própria palavra “padre” vem do galego antigo e foi mantida no castelhano. Significa “pai” e o peso dessa origem etimológica não pode ser esquecido. O padre, em termos genéricos, assume a “paternidade” espiritual de seu rebanho, não apenas no caso da relação entre jesuítas e guaranis missioneiros, mas universalmente. Porém, no caso específico da Província Jesuítica do Paraguai, a relação de dependência era ainda mais poderosa, porque outros aspectos da vida das comunidades, que não apenas o espiritual, eram ou controlados ou “guiados” pelos padres. Seu súbito desaparecimento criou situações inéditas entre os reduzidos.

A intriga lavrava entre os habitantes dos Povos, os Curas e as autoridades civis. A pressão dos espanhóis que invadiram as Missões e se locupletavam com o trabalho dos índios, explorando-os a troco de ninharias, de tabaco e de álcool, e se apropriando de suas chácaras, obrigavam estes infelizes a fugir de seus Povos, a abandonar suas famílias e quebrar os laços morais com que os jesuítas os haviam ligado na comunhão social (PORTO, 1954, p.257).

Dessa digressão decorre o uso do termo “orfandade” dos guaranis. Não apenas porque um ator de valor afetivo, cultural e gerencial some, deixando seu rebanho, seus pupilos, seus tutorados com uma nítida sensação de abandono, mas também porque o termo demonstra o grau etnocêntrico que o processo de estabelecimento das missões tinha. Os guaranis perderam não apenas a proteção dos jesuítas, mas também perderam seus bens materiais construídos a partir do espaço de convivência com os padres e os espanhóis nas reduções ou estâncias missionárias. E entre esses bens estão não somente casas, igrejas e colégios, mas o espaço econômico, inclusive em seus aspectos imateriais. Nesse contexto se produzia alimento para toda a população indígena do território da Província e o excedente para as trocas e mais: a própria lógica de funcionamento da economia.

A relação que os jesuítas tinham com os guaranis apresentava aspectos de disciplina, seriedade, exigência e a presença dos padres nas atividades diárias, para ensinar e evitar erros, todos componentes da relação paternal que existia entre os padres e os índios. No reverso dessa medalha, o jesuíta do Paraguai também dependia dos guaranis, mas num outro plano, ou seja, no sentido de que o projeto missional no Paraguai dependia, obviamente, dos indígenas. O padre, porém, podia ser removido, deslocado, transferido e, portanto, com um nível de vinculação telúrica bem menor.

Não havia mais os padres para controlar hábitos então considerados inadequados e os indígenas que detinham alguma autoridade não eram mais respeitados. Uma nova estrutura política e social se gestava nas localidades indígenas. A relação entre o go-

verno espanhol e os líderes políticos indígenas, que após a Guerra Guaranítica tinha se deteriorado, passava por um processo de reestruturação.

La expulsión de los jesuitas marcó, por un lado, un intento por parte de los líderes guaraníes de reconstruir una relación degradada con el monarca español después de los sucesos de la “guerra guaranítica” y, por otro lado, un esfuerzo de las autoridades indígenas rezagadas por reordenar el mapa político de sus pueblos ascendiendo posiciones y obteniendo réditos derivados de la nueva situación (WILDE, 2009, p. 185).

O que anteriormente os jesuítas resolviam passava agora a ser resolvido pelos próprios líderes indígenas junto ao governo espanhol. A partir daí começava a formação de vínculos entre o governo de Buenos Aires e os líderes da população indígena sem a intervenção dos jesuítas.

Os Jesuítas e os indígenas reduzidos criaram uma relação de afeto e comprometimento. Em uma longa jornada, os jesuítas acompanharam e monitoraram gerações de famílias, aprenderam e ensinaram os povos a lidar com dificuldades desconhecidas em um cenário no qual o inesperado era permanente. Mesmo que existissem relações conflituosas entre os jesuítas e os guaranis reduzidos, a aproximação entre ambos concebia o comprometimento e a busca de dias menos hostis.

O sentimento do guarani missioneiro em relação a vários aspectos continua sendo desconhecido, os poucos registros deixados pelos indígenas que aprenderam a escrever seguem escassos,

porém não se pode negar que as missões jesuíticas ofereceram aos seus reduzidos proteção diante do que lhe restava. Os padres jesuítas, diferentes das outras ordens, não ignoraram o modo de ser dos índios e interferiram em sua defesa frente aos problemas de exploração dos portugueses e espanhóis.

A intervenção dos jesuítas, para oferecer ao guarani missioneiro proteção, tanto do espaço quanto do indivíduo, pode ser vista nos documentos (Compañia de Jesús (1676-1702), Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4), que mostram que o envolvimento dos jesuítas foi além do ofício pastoral e atravessou questões indígenas. Os padres jesuítas discutiram problemas internos e solicitaram apoio da coroa espanhola para proteção do território dos povos. A sobrevivência dos guaranis missioneiros também foi uma preocupação dos jesuítas, isso explica a movimentação e algumas vezes agregação dos povos. O aproveitamento dos recursos naturais dos espaços com as plantações e as estâncias de gado, que possibilitou a sustentabilidade, começou a perder-se a partir de 1767.

O comprometimento com os povos reduzidos na busca de melhores condições de sobrevivência não foi substituído pelos novos evangelizadores que não se envolviam em outras questões que não fossem de fé e doutrina, além de, muitas vezes, esses adventícios serem acusados de maltratar os índios e se apropriar das casas principais e seus recursos como as grandes hortas e depósitos.

A expulsão dos jesuítas foi um marco nos povos guaranis, assim como os fatos anteriores ocorridos após 1750, trazendo inúmeras modificações no meio missioneiro e na organização da administração. O novo quadro passava pela tentativa de uniformi-

zar a administração da sociedade colonial espanhola sem a interferência de nenhuma ordem religiosa, por isso houve a separação dos poderes temporais e religiosos que trouxe uma nova vida social para os povos guaranis que, a partir de então, respondiam suas decisões com um pouco mais de autonomia.

## LA CRUZ E O MUNDO GUARANI CRISTIANIZADO ENTRE 1767 E 1828

O mundo guarani cristianizado que nasceu com as reduções e estâncias missionárias, por volta de 1609, existiu sob tutela dos padres jesuítas até 1767. O guarani-missionário, entre 1767 e 1828, viveu uma nova realidade sociocultural, que se caracterizou por relações mais próximas da sociedade espanhola tradicional, atravessando crises e conflitos que aconteceram entre os guaranis, funcionários espanhóis e as outras ordens religiosas.

A dinâmica política dos povos guaranis cristianizados, após 1767, teve suas peculiaridades. Exemplo foi a manutenção dos cabildos nos povos indígenas, com algumas modificações, aumentando a participação da elite política indígena nas decisões locais. Outro exemplo foi a separação das funções temporais e espirituais: a primeira ficou a cargo dos administradores, funcionários espanhóis; e, a segunda, de outras ordens religiosas.

Segundo Wilde: “durante aproximadamente 150 años, el conjunto de los pueblos permanecieron bajo tutela exclusiva de los jesuitas y con una administración político-jurídico-económica relativamente autónoma” (WILDE, 2001, p. 74). Essa administração implantada pelos jesuítas, unindo poder e religião, que tinha sido a base do projeto reducional, foi um dos elementos principais para o êxito da Província Jesuítica do Paraguai. Entretanto, algumas características de organização desse período continuaram, mesmo sem a presença dos jesuítas.

As outras ordens que tomaram conta das funções espiritu-



ais enfrentaram dificuldades com os povos indígenas, houve crises de confiança em relação aos novos evangelizadores (OLIVEIRA, 2004). Os fatos que aconteceram antes de 1767, a expulsão dos jesuítas e uma série de mudanças nas atividades espirituais e temporais trouxeram para os povos guaranis missioneiros desordens e incertezas.

La dinámica política de los pueblos guaraníes misioneros después de la expulsión de los jesuitas estuvo marcada por dos aspectos en particular. El primero fue el mantenimiento y reforzamiento de los cabildos indígenas, dando mayor participación a los caciques. El segundo fue la separación estricta de funciones temporales y espirituales a cargo, respectivamente, de administradores y sacerdotes (WILDE, 2009, p. 212).

Os interesses dos povos indígenas e dos administradores espanhóis aproximaram-se a partir das novas composições políticas, o que diminuiu o distanciamento entre os povos guaranis e as cidades espanholas. O sistema de legislação espanhol buscava a igualdade jurídica e maior liberalização do comércio. Diante disso houve a implantação de novos vice-reinados, com mais funcionários e funções que auxiliavam no controle, possibilitando intercâmbios políticos, econômicos e sociais entre índios e espanhóis. Desse modo, segundo Wilde:

La reciprocidad con el gobernador y la serie de episodios ocurridos en la ciudad de Buenos Aires y los pueblos constituía una agregación simbólica del mundo indígena al español y viceversa. Estos episodios disolvían al menos temporariamente la

división de las dos repúblicas creando un espacio de “liminaridad” en donde los intercambios eran posibles (WILDE, 2009, p. 195).

O modelo jesuítico-guarani chegou ao fim com a expulsão dos jesuítas e um novo modelo político e econômico dominou o antigo sistema da “Província Jesuítica do Paraguai”. Mas, mesmo depois de iniciada essa reestruturação, começaram novamente os pleitos entre os povos pelos espaços em disputa. Tais problemas podem ser percebidos por meio do livro diário do Povo de La Cruz, onde se encontram correspondências que tratam sobre territórios e a necessidade de se ter mais espaços para guardar o gado e o restante dos animais.

Os indígenas participavam diretamente da administração dos povos através do cabildo. Mesmo com a existência de um administrador laico, os índios reduzidos tiveram mais autonomia, sendo que já tinham uma bagagem de experiência política e econômica com o auxílio dos jesuítas. A experiência anterior adquirida com os jesuítas, de qualquer modo, ajudou os guaranis a conhecer os mecanismos do mundo colonial e mexer nas suas engrenagens a seu favor. Órfãos a partir de um ponto de vista específico, como já foi visto, mas plenamente capazes de organizar-se para sobreviver na nova realidade e, nesse caso, bem menos órfãos e bem mais manipuladores do sistema.

Houve muitas disputas nos limites territoriais entre os povos, algumas já vinham do período dos jesuítas, como o pleito entre Yapeyu e La Cruz, tendo continuidade após 1767. O contexto era de fronteiras mais fixas que seguia uma dinâmica política conflitiva, a qual se pode dizer que foi o elemento base da nova vida

sociocultural da sociedade espanhola desse período. Conforme Wilde: “el conflicto muestra no sólo el posicionamiento de la elite como grupo consciente de su prestigio, sino que exhibe también las tensiones y disputas entre sus miembros en un contexto ostensiblemente crítico” (WILDE, 2001, p. 94).

A estância de La Cruz tinha uma grande quantidade de gado e outros bens materiais, o que pode ser observado nos livros de inventários que se encontram no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires. Tais compêndios apontam ainda para o ano de 1786, com descrições da movimentação na estância de La Cruz, que pressupõem a permanência, durante bom tempo, dos índios reduzidos no espaço da estância.

A estância estava localizada em um ponto de contínuos conflitos. Com participação ativa dos índios charruas, as disputas por espaços para criar o gado era permanente entre os povos, porém não tinham mais os jesuítas para resolverem questões de pleito, que se fortaleciam com a escassez de produtos. Percebe-se através da documentação que os administradores da redução tiveram que procurar novos espaços para manterem a criação de gado e a população de indígenas fora dos conflitos que existiam naqueles espaços, pois a decadência era presente.

A documentação de 1801 mostra que o corregedor e administrador do Povo de La Cruz propuseram uma troca ao Povo de Yapeyu, quinhentas cabeças de gado por uma quantidade de éguas a serem enviadas para a região de Batovi, na banda oriental do Uruguai.

El Correg.<sup>or</sup>, cav.<sup>do</sup>, y adm.<sup>or</sup>, del pueblo de la Cruz,

ante Vmd<sup>a</sup>., con el mayor respeto, nos presentamos diciendo, que D.<sup>n</sup> Miguel Maciel nos ha propuesto entregar a esta comunidad, quinientas cabezas de ganado, por otras tantas yeguas, que deveran entregarsele a la vanda Oriental del Uruguay, para dirígilas a la Villanueva de Batovi, y siendo este conbenio tan ventajoso para esta comunidad, por el ningun valor que tienen las yeguas e lo util que es el ganado para el gasto de el pueblo = A vmd<sup>a</sup>. suplicamos que haviendonos por presentados tenga avien conedernos su aprovacion en la que justamente recibiremos merced, los suplicantes, Pueblo de la Cruz, y Marzo 9 de 1801 (División Colonia Sección Gobierno Temporalidades, 1948. Del P. de La Cruz, Cuentas – 1786 – 1806; S. IX 22-9-2. Buenos Aires: Archivo General de la Nación).

A mobilidade dos povos aconteceu a partir dos interesses políticos e econômicos num contexto de disputas de poder e espaço, o que fortaleceu a descentralização política e a regionalização econômica, proporcionando uma quebra no antigo sistema das missões. Entretanto, esses conflitos não eram recentes, aconteceram no período ainda da existência da Província Jesuítica do Paraguai, porém essas ações não provocavam a fragmentação do sistema político das missões controlado pelos jesuítas. A partir da expulsão dos inicianos, iniciou-se uma divisão política, pela qual os povos foram divididos e passaram a depender da administração de departamentos e do governador a partir da criação do novo vice-reinado e dos intendentes após a instalação do regime de intendências. La Cruz e outros povoados próximos passaram a depender de Buenos

Aires e seu departamento era em Yapeyu.

Una progresiva fragmentación se manifiesta bajo el signo de la descentralización política, la regionalización económica, y la heterogeneización sociocultural. La unidad político territorial originaria de los treinta pueblos se fragmenta en sucesivas divisiones. Entre 1768 y 1770 la jurisdicción misionera sufre una división bipartida. En el período siguiente que va de 1770 a 1784, es nuevamente dividida en cuatro departamentos y luego en cinco. Entre 1782 y 1784, el régimen de intendencias produce una nova división, de acuerdo a la cual, 17 pueblos pasan a depender de Buenos Aires y 13 de la Intendencia de Paraguay, coincidiendo esta división civil con la diocesana. No deben olvidarse tampoco los pleitos que mantenían algunos pueblos entre si por cuestiones de limites (WILDE, 2001, p. 96).

A mobilidade da população indígena pode ser considerada como um dos elementos da falta de controle das autoridades nesse território, pois a falta de enraizamento fazia com que muitos índios considerados fiéis ou infiéis não cumprissem a legislação. Os índios tinham livre mobilidade e os que não queriam cumprir a legislação utilizavam-se dessa liberdade, pois circulavam entre os povos e cidades espanholas, dificultando o controle.

Las dos características que definían este espacio eran la dispersión y la movilidad, constituyendo un escenario para estrategias y actores diversos. Se trataba de un territorio discontinuo de difícil control para las autoridades en el que se habían

ido formando núcleos como resultado del avance de los frentes pobladores. Los actores que se movían por la campaña generalmente escapaban a las categorizaciones rígidas del discursos por parte de las autoridades de los pueblos. Por otro lado, el desarraigo que implicaba esta movilidad también poseía ciertas ventajas para los guaraníes de los pueblos, en especial, para aquellos que se fugaban (WILDE, 2001, p. 99).

Os aspectos do modelo jesuítico-guarani estavam presentes na população indígena, e essas práticas foram demonstradas a partir dos exercícios de poder na administração do novo regime. Tais aspectos ajudaram a constituir a base da dinâmica política da elite indígena sob uma livre circulação que estava vinculada a parentes que se dividiam entre os povos, infieis e líderes indígenas.

A administração dos povos era conduzida por departamentos que seguiam ordens de um governador, esses departamentos tinham o controle a partir de registros em livros de ordens circulares, diários pertencentes ao administrador do povo, diário do administrador geral, responsável pelo departamento, livro mensal, livro com gastos do gado da estância e do povo, caderno com documentos comprovantes de compra e o inventário de cada povo. Esses livros e cadernos pertenciam ao administrador e ao cabildo do povo. Isso demonstra que os indígenas tinham acesso à contabilidade do povo e sua estância (División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2).

Em cada redução havia um administrador responsável por questões políticas e econômicas, e controlava todas as entradas e

saídas dos produtos de um determinado povo, registrando-as em livros que eram uma espécie de diários com registros mensais.

Além do administrador de cada povo havia também o administrador geral, que conduzia a política e a economia através de visitas contínuas nos estabelecimentos e por meio das informações prestadas pelas correspondências dos administradores locais que registravam nos inventários todos os bens materiais, tanto do povo, quanto da estância, bem como a quantidade de produtos e animais que pertenciam a cada uma. A partir desses registros era possível controlar os povos, as estâncias e os postos, tanto da banda oriental como da banda ocidental do rio Uruguai. Através dos documentos percebe-se a movimentação dos povos nesses espaços, confirmando um processo de instabilidades e transações a partir de 1767 até 1801, quando se iniciou o processo de reestruturação dos espaços e a presença marcante dos portugueses na banda oriental do rio Uruguai.

Havia um diário que registrava todas as entradas e saídas da redução e sua estância. O livro diário era dividido em duas partes, a primeira de entrada e a segunda de saídas dos produtos, por meses e datas. Além do livro diário existia o caderno das contas do Povo de La Cruz com o registro de todas as contas anuais e o inventário com tudo que pertencia ao povo. Os cadernos eram responsabilidade do administrador que registrava valores e detalhes dos destinos dos produtos. A partir desses livros percebe-se que existia um controle administrativo de cada povo, notando-se que houve, após 1767, uma organização local que respondia a departamentos regionais (División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2). Archivo General de la Nación (Buenos Aires).

O administrador não tinha autonomia para negociar com administradores de outros povos, assim, quando algum apresentava dificuldades ou escassez de produtos, era enviada uma correspondência ao governador solicitando sua aprovação para negociações entre os povos. Em janeiro de 1801, La Cruz passava por uma situação de escassez e foi enviada ao governador uma correspondência suplicando atendimento. Propunha uma compra de algodão, que estava em falta na comunidade de La Cruz. O pagamento ocorreria a partir de rendimentos, o que era vantajoso para o povo que efetuava a venda (División Colonia, Sección Gobierno, Temporalidades [1948]. Sala IX 22-9-2). Archivo General de la Nación (Buenos Aires).

O sistema implantado após 1767 tinha algumas características do antigo sistema, pois a relação entre os povos continuou, os elos políticos e econômicos permaneceram ativos, porém eram conduzidos pelo administrador junto aos cabildantes que, após receber aprovação, efetuavam as ações estabelecidas.

As relações políticas e econômicas entre os povos aconteciam através do corregedor do cabildo e do administrador, que recebiam propostas dos outros povos ou faziam as propostas. Através dos documentos registrados no livro de contas do Povo de La Cruz pode-se entender que essas propostas eram processos que envolviam os povos e geralmente tratavam de produtos que estavam escassos e que precisavam ser repostos. Assim, nessas correspondências eram explicados os motivos, a forma de pagamento e as vantagens da compra, aspectos que seriam analisados pelos administradores gerais, mas principalmente pelo governador. Se houvesse aprovação a correspondência voltava ao destino com as

assinaturas do administrador geral e do governador sob a palavra “concedido”.

A partir de 1801, continuaram as discussões diplomáticas sobre o território ocupado pelas estâncias missioneiras. “A pendência diplomática entre as duas nações ainda não tinha dado nenhum passo efetivo para sua regularização, quando outro fator agravante surgiu no cenário sul-americano: a posse das antigas estâncias dos Sete Povos das Missões”(CAMARGO, 2001, p.196). As estâncias missioneiras estavam localizadas em uma área com água suficiente para a criação do gado extensivo, ótimas pastagens, terras produtivas para a agricultura e sem núcleos urbanos mais significativos e isso era importante a ponto desse espaço se tornar um dos “principais objetos de interesse nas disputas entre hispano-platinos e luso-brasileiros” (CAMARGO, 2001, p. 196)

A longa agonia demográfica significou apenas uma parte da tragédia missioneira. Logo após a partida dos sacerdotes da Companhia de Jesus, outros elementos vieram suprir a falta de liderança, confiança e inspiração que jesuítas cumpriam: álcool, a promiscuidade e o banditismo. Esses vícios foram justamente os argumentos encontrados por seus principais provocadores, os portugueses e os espanhóis, para justificar o porquê de uma suposta inutilidade e significância daquela gente (CAMARGO, 2001, p. 233).

As estâncias missioneiras estabeleceram uma estrutura organizacional que necessitou a instalação permanente de pessoas e infraestrutura necessárias para garantir a entrada e saída de possíveis invasores, mostrando-se assim um instrumento de garantia

do território oriental do rio Uruguai para a coroa espanhola. Tão eficiente foi essa estrutura das reduções mesmo após o período de expulsão dos jesuítas, da guerra de 1801 e, também, da dominação portuguesa. Para Paniagua “A estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no séc. XIX” (PANIAGUA, 2003, p. 47).

Após 1801, a dificuldade para guarnecer as fronteiras aumentava, pois os portugueses precisavam manter os territórios conquistados e, para isso, havia a necessidade de ampliar a vigilância, instalar guardas para fazer a defesa do território da antiga estância de La Cruz, estabelecendo “uma espécie de cordão de isolamento contra possíveis investidas espanholas” (PANIAGUA, 2003, p. 64). Essas guardas estavam sob a supervisão geral do comandante das missões orientais Francisco das Chagas Santos, seu quartel estava situado em São Borja com aproximadamente “400 homens das três armas” (SILVEIRA, 1909, p. 115).

O exército português estava dividido em duas frentes:

Uma localizava-se em direção ao sul, concentrada entre Jaguarão e Cerro Largo, chefiada por Patrício Corrêa da Câmara. A segunda estava direcionada na área das Missões Orientais. Abrangia o norte do rio Ibicuí, entre os rios Uruguai e Ibicuí, sob o comando do general Francisco das Chagas Santos, sobressaindo-se os postos de observação de São Francisco e do Inhanduí, caracterizados pela sua mobilidade. Esse último posto móvel (Inhanduí), a partir de 1805, foi fixado definitivamente, tornando-se uma guarda (PANIAGUA, 2003, p. 64).

Em 1810, o comandante das missões orientais, Francisco das Chagas Santos, encaminhou uma correspondência ao governador do Rio Grande, Diogo de Souza, para explicar a necessidade de instalar guardas na região entre o rio Ibicuí e o Butuí.

Escreve o Coronel Comandante da Fronteira de Misoens Francisco das Chagas Santos.= Para informar a V.Ex<sup>a</sup>. quantas Guardas me parece conveniente se estabelesão nesta Fronteira, a forsa de que se devem compor, os lugares aonde se ão de colocar e a goarnisão total, que será precisa para o serviso ordinário, e defeza deste destrito, devo principiar pelo Paso e, Guarda da Cruz, em frente do Povo Espanhol da Cruz, na Margem oposta do Uruguay; Esta Guarda entendo, que deve ter um Oficial com 25 Omens, a fim de patrulharem a Costa do Uruguay nos espaso de 14 leguas entre os Rios Ybicuy; (cuja barra dista 2 leguas do Povo Espanhol de Yapeju, d'outro lado do Uruguay) e Mbtuy. Ao norte desta guarda em distancia de 16 leguas está a Guarda, e Povo de S. Francisco de Borja (distante do Povo deste mesmo nome  $\frac{3}{4}$  de légua, e 8 legoas do sobredito Mbutuy) onde me parece que tambem deve aver um Oficial com 20 até 25 omens, e tem que patrulharem as 10 leguas de Costa do Uruguay e Rios Mbtuy, Camacuam. Entre estes e o Rio Piratiny, a um espaso de 12 leguas com 3 pasos do Uruguay, que são os de S. Marcos, das Mercês, e de S. Lucas; portanto, considero ser necesario pelo menos no meio do dito intervalo 20 omens para o patrulharem, e conservarem 8 ou 9 na Guarda do sobredito Paso de S. Marcos, que fica próximo da barra do referido Ca-

macuam, e em frente do Povo Espanhol de Santo Tomé d'outro lado do Uruguay. Nos dous últimos pasos não á guarda por ora. Ao norte do dito Piratiny em pouca distancia, segue-se o Povo de S. Nicolau, distante do qual 4 legoas para o Norte está o Paso, e Guarda de S. Izidro, distante do Povo Espanhol do Conceição d'outro lado do Uruguay 2 leguas. Neste Paso também julgo precisos 20, ou 25 omens, e tem que patrulharem mais de 6 leguas até a frente do Povo Espanhol de S. Xavier, na margem oposta do Uruguay. Por conseguinte para goarnecer os Pasos referidos, onde actualmente á guardas, entendo seja preciso 100 omens, com um corpo de outros 100 em distancia proporcionada para acudir aonde for preciso, são 200 com 40, ou 50 para o Serviço do Corpo da Guarda, que tem de fornecer 2 Sentinelas, e um pequeno destacamento da Caza da Pólvora, são 250. [Alinderos] ás Guardas, que aumentarem os Espanhoes, em frente das quaes será preciso pôr outras; ûa escolta para me acompanhar aos diversos pontos da Fronteira, deligencias, doentes, etc. se pode acrescentar pelo menos mais 50, e são 300 omens, que eu concidero precisos para o Serviso ordinário, e defeza deste Paiz; para cujos Milicianos também se precizão 200 Espadas e Clavinas. Avendo guerra julgo ser necesario, que V.Ex.<sup>a</sup>. me socorra com 300 omens mais de Cavalaria, e alguma Artilharia a cavalo. Com outros 300 omens, ou pouco mais dos ditos Milicianos entre Portugueses, e Guaranis, sem maior prejuízo da Lavoura me parece que poderei defender esta Província = Povo de S. Luis = 27 de Julho de 1810. Está conforme, Vicente



Ferrer da Silva Freire (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Fundo da Secretária do Gov. da Capitania do RS – Parte da Correspondência do Coronel comandante da Fronteira de Missões Francisco Chagas Santos ao Governando da Capitania do RS, D. Diogo de SOUZA - (Arm. 1 – Prat. 4 – n.43). Cópia cedida pelo Prof. Ronaldo Bernardino Colvero).

A preocupação do comandante das missões era justamente a região onde estava localizada a estância de La Cruz no lado oriental do rio Uruguai. A partir do entendimento dessa carta pode-se afirmar que havia a necessidade de postar a maior quantidade possível de guardas na fronteira da colônia Brasileira com o vice-reinado do Rio da Prata. Nesse documento, observa-se que foram patrulhar a costa do rio Uruguai na região entre estas duas localidades, a fim de coibir entrada de espanhóis para possíveis saques e uma possível retomada das missões orientais.

O comandante das missões era uma pessoa que, segundo Silveira, tinha muitos informantes, o que possibilitava sucesso em suas campanhas - após 1810 foram vários conflitos em que as tropas comandadas por Francisco das Chagas Santos defenderam as missões orientais. Em 1817, o Marquês do Alegrete, governador da Província do Rio Grande, enviou um ofício ao comandante das missões, “Ordenando que invadissem as Missões Ocidentais, destruísse e saqueasse todas as suas reduções, não poupando os grandes templos, nem as capellas, nem as estâncias, trazendo todas as alfaias, sinos e os mesmo índios, colocando-os nas Missões Orientais” (SILVEIRA, 1909, p. 116). Os povos de La Cruz, Yapeyu, Martyres, São José, Santa Maria, Santo Tomé e São Xavier foram

destruídos pelos auxiliares de Franciso das Chagas Santos.

El territorio misionero se había convertido en escenario de guerras que obligaron a gran parte de la población guaraní entre el Uruguay y el Paraná a abandonar sus pueblos y retirarse al interior o a los dominios portugueses. Ante la situación de desestructuración económica y política misionera, los liderazgos de pequeña escala, comenzaron a adquirir peso, recuperando autonomía en sus decisiones y movilizand o gente hacia nuevas localizaciones (WILDE, 2009, p. 358).

Os indígenas que estavam entre as margens do rio Uruguai encontravam-se em uma zona de conflito e de destruição. Isso provocou atritos entre os próprios grupos indígenas e dispersou parte da população para outras localidades em busca de proteção. O sistema de comunidades havia se dispersado junto com os povos e nos locais das reduções restou apenas a estrutura física.

A sobrevivência dos guaranis missioneiros em seus espaços origina is estava cada vez mais difícil, os alimentos eram escassos, a situação era crítica e os acontecimentos levavam à desagregação dos povos. Segundo Padrón “Quién hubiera podido sospechar, apenas unas décadas atrás, que los indígenas yapeyuanos o cruceños, que disponían de increíbles reservas de ganado, deberían recurrir al pillaje para obtener una magra ración de carne” (PADRÓN FAVRE, 2009, p. 56).

Ao longo do século XIX, os territórios dos povos guarani-missioneiros atravessaram por períodos de atividades bélicas que acarretaram vulnerabilidades. Com isso iniciou-se o deslocamento

de vários grupos indígenas, tanto do lado ocidental como oriental do rio Uruguai, para outras regiões. A população dos povos foi dividindo-se em grupos e seguindo diferentes caminhos, por exemplo, alguns se tornaram seguidores *decaudillos* e outros se uniram a exércitos dos estados pós-coloniais.

A invasão riverista de 1828 e a subsequente transmigração de muitos guaranis missioneiros, que ainda viviam no território da margem esquerda do rio Uruguai, demarca o último grande movimento coletivo dos povos orientais. Para aqueles, como eu, que estudam a História dos povos missioneiros passa a sensação de encerramento. Solene e pesado, mas ainda assim, encerramento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A América espanhola se desenvolveu com o apoio de um sistema administrativo bem estruturado sob um conjunto de instituições que controlavam diversas áreas do território. A expansão do território caminhava de mãos dadas com a multiplicação dos órgãos administrativos. A dominação territorial e populacional na América espanhola se deu a partir do controle administrativo que buscava manter a ordem, através de vários setores e sistemas de fiscalização. As instituições administrativas faziam parte de um conjunto de ações políticas, importantes para manter o controle e também para fazer a ligação entre a coroa espanhola e os demais agentes públicos ou privados no cenário em tela.

A Igreja Católica na América participou ativamente dos projetos de colonização, porque tinha fortes vínculos com as coroas ibéricas e seus interesses estavam voltados para expansão do catolicismo para fora dos campos da reforma protestante. As ordens religiosas serviram como avançada católica. Foi dentro dessa perspectiva que o catolicismo atuou na América influenciando nas mudanças dos povos ameríndios, através de projetos como

as reduções e estâncias missionárias, formando e costurando comunidades que criaram relações políticas, econômicas e culturais de aproximação entre os nativos e os conquistadores estrangeiros. Esse processo se desenvolveu a partir de uma parceria entre o catolicismo, as coroas Ibéricas e as lideranças indígenas. Com isso houve o crescimento do mapa cristão e do poder das monarquias nas colônias.

A participação da Companhia de Jesus, tanto na América espanhola quanto na portuguesa, foi imprescindível para a implantação do catolicismo e da conquista. O projeto jesuítico seguiu caminhos um pouco diferentes na América, por exemplo, o contexto espanhol era distinto do contexto português e mesmo com algumas aproximações de determinadas metas havia planos dessemelhantes para as distintas colônias, as quais tinham suas particularidades.

A ocupação do espaço dos portugueses e espanhóis na América do Sul ocorreu a partir de longas tratativas que gerenciavam aproximações e distanciamentos políticos entre as coroas ibéricas. A organização dos territórios deu-se de maneira distinta, a partir de elementos estruturados que auxiliavam na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho da população nativa essencial para o povoamento.

Percebe-se que as outras ordens religiosas que estiveram realizando projetos missionários na América do Sul, com o apoio das coroas ibéricas, não tiveram o mesmo tipo e nível de eficiência alcançado pelos jesuítas com a organização da população indígena, pois apresentavam métodos diferentes na evangelização e lidavam

diretamente com a questão do abuso e exploração do trabalho indígena pelos espanhóis.

Após a ocupação do Novo Mundo pelas coroas Ibéricas, o processo de organização evoluiu a partir do avanço territorial e dos interesses políticos que envolveram todos os atores do contexto. As discussões foram intensas, deixando claras as rivalidades políticas a partir de ações que possibilitavam longos espetáculos de poder religioso e material que ora se aproximavam e ora se distanciavam.

Num cenário complexo de disputas políticas internas e externas pela busca do poder foi que nasceu a Província Jesuítica do Paraguai, localizada em um território pertencente à coroa espanhola, sob a administração dos padres jesuítas. Essa Província, mesmo com suas particularidades, fez parte do sistema colonial espanhol e se desenvolveu a partir de influência do catolicismo e da coroa espanhola formando uma sociedade de guaranis e outros grupos cristianizados com lealdade a um rei distante.

A criação das reduções e suas estâncias possibilitou um crescimento e valorização do espaço onde se situavam. As estâncias que se encontravam como reservas econômicas e territoriais das reduções, por exemplo, além de vigiar as fronteiras serviram de barreira para o avanço de invasores, além, ainda, da evangelização, com objetivo de conversão e integração das parcialidades indígenas e mais a manutenção e exploração dos recursos naturais do espaço povoado.

Os jesuítas foram os guias dessa empreitada constituída por relações sociais que foram se desenvolvendo com intuito de reunir os povos através de atividades diversas, envolvendo valo-

res de coletividade e ideias do cristianismo com uma vida social europeia. Porém, é certo que as relações entre os povos ocorreram por vários meios e que muitos foram os conflitos entre os povos cristianizados e também com os povos infieis que, mesmo não aceitando a evangelização, tinham acesso à Província Jesuítica do Paraguai em aproximações amigáveis ou não.

Para serem mantidas as crenças e obrigações, tanto nas reduções como nas estâncias, era necessária a presença de padres para administrar, comandar e liderar. O comportamento do indígena era monitorado pelos jesuítas e por aqueles índios que tinham poderes locais. Quando necessário, faziam proibições e tentavam impedir os hábitos que eles consideravam negativos, além de punições aos infratores. As estruturas de poder organizadas pelos jesuítas nas missões requeriam uma disciplina forte e rígida para que os espaços criados tivessem a organização desejada.

Dentro desse projeto estavam as reduções e suas respectivas estâncias. Esses povos eram fundados, extintos ou fundidos de acordo com a necessidade de sobrevivência. Houve uma parceria entre os jesuítas, guaranis reduzidos e alguns índios infieis, que durou mais de um século. Mesmo com conflitos e pleitos entre os povos não houve fragmentação da Província enquanto os jesuítas a administravam.

As reduções e estâncias missioneiras, em especial a redução e a estância de La Cruz, não foram elementos isolados nas Missões e tão pouco na América espanhola. Fizeram, com certeza, parte de um sistema político e econômico, direcionando ações geopolíticas das coroas Ibéricas e da comunidade indígena, motivando disputas

e conflitos que provocavam a instabilidade.

As fontes retiradas dos arquivos visitados e transcritas neste trabalho apresentam a estância de La Cruz como alicerce da redução de La Cruz. É possível verificar, através dos livros diários do povo de La Cruz, a produção de alimentos e o número de animais que entravam e saíam. Os documentos internos trocados entre os jesuítas, administradores e cabildos revelam os interesses por espaços que moviam pleitos entre os povos fazendo e desfazendo fronteiras internas.

Na estância de La Cruz e nas outras estavam aqueles encarregados das lidas de campo para manter o gado, cavalos e outros animais e também as chácaras. Era preciso produzir para manter as reduções e também para fomentar o comércio: a estância era geradora e propulsora do desenvolvimento econômico da redução.

A estância tinha também dispositivos encarregados do processo de catequização dos índios, ou seja, uma redução de menor tamanho dentro da estância, espaços de religiosidade, de aculturação, de produção e de exército de defesa.

Também a estância de La Cruz, na sua relação com a redução, mostra que, mais que um divisor, o rio era um elo entre suas margens ocidental e oriental, pelo menos no mundo reducional.

A estância de La Cruz era povoada, em grande parte, por índios guaranis sob a supervisão dos jesuítas, executando ações políticas e militares com o apoio dos hispano-americanos, pois era necessário agir em suas bordas desenvolvendo ações de proteção do espaço da estância, que era invadido por grupos de minuanos

e charruas ou por portugueses. No entanto, é certo que alguns índios considerados infiéis participaram do cotidiano das estâncias e reduções, pois havia relações de parentescos entre os índios e em alguns momentos houve trocas de produtos. Essa aproximação dos índios considerados infiéis pode ser considerada como mais um esforço por parte dos jesuítas no processo de evangelização desses grupos, ou mesmo de minimizar possíveis conflitos.

A criação da redução de La Cruz, do lado ocidental do rio Uruguai, teve que utilizar o espaço que pertencia a Yapeyu, e também sua estância do lado oriental ocupou uma parte que pertencia à estância de Yapeyu, isso provocou muitos atritos entre as duas reduções.

Várias foram as disputas entre as reduções da Província Jesuítica do Paraguai, sendo que muitas se prolongaram mesmo após 1767, sem a participação dos jesuítas, em especial a de La Cruz com Yapeyu. Conflitos internos costumavam ser controlados pelos jesuítas, porém, após sua expulsão, alguns pleitos continuaram e tiveram repercussões diretas no desenvolvimento desses espaços que começavam a ser divididos em regiões e administrados por departamentos.

A estância de La Cruz atendeu ao seu propósito de ser um centro de pastoreio para o gado missioneiro do povo de La Cruz, proporcionando desenvolvimento econômico para a região e uma expansão territorial devido a sua organização e administração. A estância, mesmo sendo ligada diretamente à redução, tinha efetivo controle de seu espaço.

A importância do espaço onde estava localizado o Povo

de La Cruz se dá pelo fato dele estar na margem direita do rio Uruguai e ter sua estância estabelecida tanto à esquerda como à direita do mesmo rio, facilitando o processo de passagem dos produtos das estâncias para as reduções além, ainda, da exportação através da navegação pela bacia do rio da Prata, o que, de certa forma, valorizava o espaço por ter fácil acesso de chegada e saída de transporte ampliando assim seu desenvolvimento.

As estâncias missioneiras traziam uma estrutura consolidada que vinha desde a sua fundação. Com o apoio dos jesuítas, esse esqueleto estrutural, mesmo sofrendo algumas modificações e perdendo seus guias, perdurou e foi usado como ponte para formação das estâncias do século XIX.

As estâncias missioneiras, em especial a estância de La Cruz, por ser geradora e propulsora do desenvolvimento econômico da redução, durante mais de um século influenciaram na configuração e reconfiguração do espaço das Missões. A estância demonstrou ser imprescindível para o desenvolvimento da redução e para a América espanhola, preponderando o sistema econômico, a partir da produção, e o político, através do povoamento. Assim, a estância de La Cruz foi muito além do que a historiografia apresentava e poderá jamais apresentar. Como disse Fernando Pessoa “Nas faldas do Himalaia, o Himalaia é só as faldas do Himalaia. É na distância ou na memória ou na imaginação que o Himalaia é da sua altura, ou talvez um pouco mais alto”.

## ANEXO I

### Compañía Jesús (1676-1702)

Parecer del P<sup>c</sup> Anselmo de la Mata de la Compañía de Jesús sobre el esclarecim<sup>to</sup> de tierras del Pueblo de Yapeyu en el pleito seguido del de la Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. (Fonte: Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4)

El P<sup>c</sup> Anselmo de la Matta Puez señalado por el P<sup>c</sup> Pro-  
v.<sup>1</sup> Simon de Leon para decidir los litígios de tierras que hubiere  
entre los Indios, y pueblos destas Doct.<sup>as</sup> digo que por quanto por  
parte de Yapeyu se me an presentado unos papeles, Instrumentos,  
y pruebas del derecho que tiene dicho pueblo del Yapeyu a las  
tierras que estan entre el Ytaqui y Paririti, Uruguay y ybicuyti, y  
son fronteras del pueblo de la Cruz que las posee oy alegando el  
derecho que tiene a ellas el dicho pueblo del Yapeyu, y poseerlas  
Injustam.<sup>te</sup> el pueblo de la Cruz aviendo visto los papeles que el  
Yapeyu apresenta por su parte, y entre ellos un traslado autentico

de una determinacion que hizo el P.<sup>e</sup> Christoval Altamirano siendo sup.<sup>f</sup> em letigio, que sobre las mismas tierras, tubieron antiguan.<sup>te</sup> los dos dichos pueblos. La qual determinacion esta aprobada por el P.<sup>e</sup> Visitador Andres de Rada en una consulta que refiere el dicho P.<sup>e</sup> Sup.<sup>or</sup> y todo esta por las palabras siguientes. Vistas la raçones de ambas partes, y consultandolas a muchos Padres: determino lo siguiente, para que se quiten quiebras de Caridad, y aiga buena correspondencia entre las dos reduciones q̄ en las lomas q̄ estan enfrente dela Assump.<sup>n</sup> dela outra Vanda de Uruguai, no aren los dela dha Doctr.<sup>a</sup> para sus sementeras, ni passen ganado alguno para repartar en ellas, por el daño que de aquello se sigue a la Estancia de Yapeyu, y señalo por termino de dha Estância, toda la tierra, q̄ esta entre Ybicuyti, y Uruguai arriba hasta el Itaqui, con el Caá amba, que esta entre estos terminos, en los quales, solo los del Yapeyu tengan sus ganados de yeguas, y vacas. pero por lo dicho no se quita, q̄ puedan renovar q.<sup>do</sup> quisieren um algodonal, y una chacra q̄ para el P.<sup>e</sup> q̄ cuida dela doctr.<sup>a</sup> de la Assump.<sup>n</sup> se a permitido, conq̄ no paseen mas la tierra adentro. La libertad conq̄ los del Yapeyu andado sus tierras, y ganados maiores, y menores sin interes alguno dexa comodandose p.<sup>a</sup> acomodar alôs dela Assump.<sup>n</sup> pide no los inquieten en lo q̄ tienen dela otra vanda del Uruguay, y asi se haga, y observe, fecho en la Redu.<sup>n</sup> de S. Thomé em 23 de Feb.<sup>o</sup> de 1663. = Pido a los padres se execute sin ruido aquesto, y q̄ una , y otra parte qdose ofreciere se les haga capaces a los Indios de la raçon q̄ tienen los del Yapeyu en tener sus Estâncias en la otra vanda de Uruguay , aviendose despoisedo de sus tierras, p.<sup>a</sup> acomodar a los dela Assump.<sup>n</sup> = Christov.<sup>l</sup> Altamirano = Vensilose otra vez este pleito delante del P. Andres de Rada Visitador desta

Prov.<sup>a</sup> en una consulta que hiço en la Doctr.<sup>a</sup> de los Reyes, y mando su Rev.<sup>a</sup> no se mudasse nada de lo determinado = En la consulta se hallaron los P.P. Vicente Alcina. Miguel Gomes, Juan de Porras, y yo, q̄ con todos los<sup>1</sup> pareceres se aprobo, lo q̄ con tanto miramiento, y acuerdo se dio a la Doctrina del Yapeyu para sus ganados. = Y aviendo tambien visto al pie de lo dicho de letra de. P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> Simon de Leon la clausula siguiente. Este papel, y traslado de otro, q̄ esta firmado del P.<sup>e</sup> Christoval Altamirano en el lugar q̄ aqui se refiere q̄ esta su firma, y fecha, y parrafo q̄ comiença en la consulta etc.<sup>a</sup> Esta de letra del mismo Padre, y aviendolo visto me parecia confirmalo, como confirmo lo concedido en el , como no aya otro mejor, y mas bien fundado derecho en 23 de Abril de 1696. Simon de Leon. Y aviendo tambien visto un papel del P. Santiago Ruiz del tenor siguiente. Mi P.<sup>e</sup> Sup.<sup>or</sup> P. X. bien sabe V. R. como en la junta del pueblo de Yapeyu tocandose lo de las tierras, q̄ se quitaron a aquel pueblo, y la falta q̄ le hacian, pretendiendo los Padres, q̄ alli estabamos se les restituyessen luego pues constaba de la injusticia, y engaño, q̄ se les avia hecho a los pobres, a lo qual dixo el P.<sup>e</sup> Secretario , q̄ el pleito no solam.<sup>te</sup> era defacto, sino tambien de jure, q̄ alegaba a ellas el P.<sup>e</sup> Saravia, y entoces su Reve.<sup>a</sup> del P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> dixo q̄ era mejor p.<sup>a</sup> confirmarse en todo com lo q̄ N. P. Gen.<sup>1</sup> disponía, q̄ se nombren jueces, y q̄ asi lo dexaria su Reve.<sup>a</sup> señalados, a q̄ replico un padre, preguntando, q̄ era lo q̄ avian de jugarlos Padres Jueces en la causa presente? A q̄ respondio su Reve.<sup>a</sup> del P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> y dixo lo q̄ ande juzgar es el derecho antiguo, q̄ tiene cada uno de los pueblos a dichas tierras sin hacer casos de Donaciones de Indios,

---

1 Aparentemente, os sublinhados desse manuscrito foram feitos depois do documento, para destacar elementos conforme o leitor desconhecido.

q̄ son pobres tontos no saben lo q̄ se hacen, y se dexan engañar, con esto se quito el P.<sup>e</sup> q̄ preguntaba, y se acabo la junta, q̄ dando en esto por ser esto verdad pido a V.R. lo authorize (ya q̄ yo me e olvidado de sacar lo in scripts del P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup>) para q̄ con esto de la voluntad de su Reve.<sup>a</sup> a los Padres Jueces. = Siervo de V.R. Santiago Ruiz. = y al pie la respuesta del P.<sup>e</sup> Sup.<sup>or</sup> como se sigue respondo a lo q̄ V.R. me pregunta, y digo q̄ es asi verdad lo q̄ V.R. P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> dixo como en este papel se contiene, y porq̄ no pide otra cosa V.R. lo firmo de mi nomb.<sup>e</sup> en S. Lorenzo a 29 de Julio de 96. S. de V.R. Sebast.<sup>a</sup> de Toledo digo q̄ atentos estos instrumentos la tierra dicha de q̄ se letiga es de Yapeyu, y q̄ permanece en el derecho antiguo q̄ estes instrumentos le conceden.

Mas por q̄ el P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> Simon de Leon en la confirmacion del papel referido dice q̄ confirmo la determinacion del P.<sup>e</sup> Christov.<sup>1</sup> Altamirano aprobada por el P.<sup>e</sup> Andres de Rada como no aya otro mejor ni mas bien fundado derecho, y por parte de la Cruz para probar mejor derecho se an presentado dos Donaciones, la una del P.<sup>e</sup> Prov.<sup>1</sup> Thomas Dombidas, con asistencia del P.<sup>e</sup> Sup.<sup>or</sup> Alonso de Castillo con consulta

y consentimiento de los Indios del Yapeyu, como se refiere en ella, y outra Donacion de dichos Indios ratificada delante del P.<sup>e</sup> Provincial Lauro Nuñez, y confirmada por el mismo las cuales Donaciones no paresse estan anuladas expressam.<sup>te</sup> por la confirm.<sup>n</sup> del derecho antiguo, q̄ hizo el Padre Provincial Simon de Leon, pues aun q̄ el Padre Sup.<sup>or</sup> afirma en el papel arriba citado, q̄ el Padre Provincial dixo no se hiciesse caso de Donaciones de Indios prudentem.<sup>te</sup> se puede Juzgar, que habla de las donaciones no confirmadas, ni ratificadas por los Padres Provinciales sus antecesores

con examen. de la voluntad de los Indios, y sus ratificaciones, y el Padre Superior no expresa dicha voluntad del Padre Provincial en la Certificacion que da de lo que Padre Provincial Respondio a las preguntas, que se refieren en dicho papel ni se le hizo la pregunta con esta circunstancia que la juego [sic] considerable, y que se debia expresar. Juzgo que la ultima resolucion depende de que el Padre Provincial expresse su voluntad, y diga que quando dice que se decida este letigio, por el derecho antiguo, y que no se haga caso de donaciones de Indios. habla de todas donaciones de los Indios ora sean ratificadas delante de los Padres Provinciales sus antecessores, y confirmadas por los mismos ora no sean ratificadas, ni confirmadas por los Padres Provinciales antecedentes, y esto es mi parecer, y lo que juzgo , en este particular. S. Nicolas 8 de Nov<sup>e</sup> de 96.

[...]

Motivos deste parecer. Primero. dudas que el P. Prov.<sup>l</sup> dixere que no se hiciere cajo de donaciones de Indios. sin añadir alguna otra palabra q̄ modificasse esta proposicion. Porque cada dia oimos, que se atribuyen a los Sup.<sup>s</sup> dichos q̄ ni los dixeron, ni los imaginaron. y se suelen referir sus dichos no como se dixeron, sino como el deseo que en cada uno se le hace parecer q̄ oye lo q̄ no se dice. o q̄ tome lo q̄ le esta bien y dexé lo que no le esta bien del dicho. Y puedan tambien avesse [...] dado de la formalidad con q̄ se dixo. y lo que hace dudar es q̄ dicha proposicion esta expuesta a resucitar muchos pleitos. pues ay muchas doctrinas, que an dado a otras sus tierras, las q̄ legitimam<sup>e</sup> poseian. Como la Concep.<sup>n</sup> S. Xavier S. Miguel S. Nicolas S. Thomé. Yrapua el y otras q̄ ignoro. Y incoriendo la voz de q̄ no valen donaciones de Indios, cada uno querra cobrar lo q̄ a dado y asta un incendio de pleitos. [...] q̄

muchas donaciones estan solo de palabra, o con algun papel simple q̄ hace poca Fe.

Lo 2 Porq̄ el aver preguntado al P. Pro<sup>1</sup> sin expresada la raçon titulo con q̄ la [...] poseia aquellas tierras da motivo a [três palavras riscadas] persuadir q̄ si se les hubiera expressado hubiera respondido de otra suerte. o a recelar que se le encubrio la razon con q̄ la Cruz posee aquellas tierras, para obterce razon mas al proposito de quien preguntala.

Lo 3 Porq̄ para que con dha respuesta y confirmacion de la detarminacion antigua del P. Altam.<sup>o</sup> favoreciesse el P. Prov.<sup>1</sup> al Yapeyu se le pondero con exageracion la falta q̄ le hacian aquellas tierras al Yapeyu y detrimento que aquella donacion le avian ocasionado, no siendo la legitima causa del detrimento de las haciendas del Yapeyu la falta de aquellas tierras sino el aver faltado con las pestes que a padecido los mas. Y mejor y indios q̄ tenia, y que sabian cuidar de sus ganados, y por la misma causa de las pestes y hombres no aver podido ni los indios ni los Padres cuidar tanto de ellos. ni poderlos poner indios q̄ ay aora atender, y cuidar de tantas faenas como avia antes quando eran muchos. a que se allega averles faltado muchos años cura propietario, y [...] todos saben q̄ se cuida con menos atencion, etc.<sup>a</sup> y que el cura que oy tiene es muy achacoso y lida mucha parte del año sin poder [...] a tanto cuidado por su achaq.<sup>s</sup>

Lo 4. Porq̄ la raçon q̄ aora se alega por parte de Yapeyu p.<sup>a</sup> hacer nulla la donacion q̄ hicieran los indios delante del P. Prov.<sup>1</sup> Thomas Dombidas, y del P Sup<sup>r</sup> Alonso del Castillo. es q̄ no assistio el Cura del Yapeyu. y q̄ le informo al P Prov.<sup>1</sup> con poca ingenuidad

punderandole mucho la necesidad de la Cruz. Lo 1.º no le jugo por raçon suficiente, lo propor q̄ el Cura del Yapeyu Supe.ª lo q̄ se presendio y donde le parte se [...] de hallarce presente, y embio los indios del cavildo y casiq̄, lo otro por q̄ hallandose presente el P. Prov.ª y P. Sup.ª que son los primarios curadores, y tutores de leos indios en la administracion tenporal , como lo tienen declarado los P.ª Prov.ª en sus cartas, la falta del Cura que no es mas q̄ sustituto del P. Sup.ª etc̄ no puede hacer nulla la donacion. La 2.ª tanpoco es raçon suficien.ª, porq̄ no se prueba la poca ingenuidad del informe q̄ se alega y juzgo q̄ mas necesidad tiene la Cruz de la tierra q̄ el dio el P. Thomas Dombidas, q̄ no el Yapeyu, y lo q̄ se alega de q̄ los indios pusieron por cond.ª en la donacion q̄ el paso de los urcas del Ytaqui les quedasse libre [...] y no era cumplido. Tiene [...], q̄ el mismo Padre q̄ escrivio entonces la donacion. es el que depone aora como litigo de dha condicion. y no da raçon porque lo escrivio lo contrario do que los indios dixerón.

Lo 5 porq̄ la naçon con q̄ se anullan la donacion q̄ hicieran dichos Indios de Yapeyu. es averles hecho violênça con promesas, amenaças y jugos inoportunos. y esto solo se prueba con lo q̄ [...] dicenles Indios de Yapeyu. y con justificar un solo de P.ª de averle oido al P. Lascambro Alabasse de aver conseguido p. los de Yapeyu hicieran esta liberalidad. Lo 1.º no debe ser creido porq̄ [...] el P. Ber.ª de la Vega q̄ por escriba firma q̄ siendo V. Sup.ª y aviendo oido decir q̄ hubo el engaño q̄ aora se afirma [...] el Yapeyu. y andando con todo cuidado de saber la verdad nunca díó palabra alguna antes mucha conformidad entre los Curas, y Indios, ní el Padre Bençarío q̄ despues de la dona.ª estuvo cuidando del pueblo y casi un año no oyo cosa. Lo mismo afirma del P. Luis Gomes. del

tiempo en q- Sup.<sup>r</sup> hasta q̄ oyo decir q̄ un P.<sup>e</sup> del Paraná q̄ avio sido Cura del Uruguai escrivio un papel el Yapeyu a fiando a los Indios lo q̄ avian hecho en dar aquellas tierras. y despues yendo allo les viño malam.te y desde q̄ se dixo aver dho P.<sup>e</sup> escrito el papel empearon los ruidos. y inquietudes. Lo 2. lo q̄ el P.afirmo fue aver sido medianero, y averlo solicitado, y lo mismos no otra cosa se infiere de los papeles del P.Saravía q̄ para aprobar la violencia alega en Yapeyu. ní se puede creer otra cosa sino no se pruebar muy bien de la relig.<sup>n</sup> [...] los padres. Y si entonces ubo alguna violencia des [sic] años despues pidiendo La Cruz confir.<sup>on</sup> de dha dona.<sup>n</sup> al P. Prov.<sup>l</sup> Lauro Nu.<sup>s</sup> delante del P. Secre.<sup>o</sup> y P. Sup.<sup>r</sup> y siendo interprete el P. Castañeda fueron examinados los Indios del Yapeyu y preguntados si estaban consintos de lo hecho, o arrependidos, si lo querian mirar adelante otro? y respondiero como lo afirma el P.Sup.<sup>r</sup> Luis Gom.<sup>s</sup> e el P. Castañeda q̄ eran consintos y q̄ no estaban arrepin-didos, q̄ querian paz q̄ no necessitaban de aquellas tierras, y pues entoces avia cessado la violencia, no ay raçon para q̄ esta [...] y su confir.<sup>n</sup> se anullen por la violencia q̄ no puebra sufficientem.<sup>e</sup>.

Estas raçones me motivaron a dudar de la q̄ la [...] del P. Prov.<sup>l</sup> qdō dixo aquellas palabras q̄ se refieren por suyas q̄ se decidere este pleito por el derecho antiguo sin atender a donaciones de indios, fuere q̄ no se atendiesse al derecho con q̄ las poseia La [...], sino ella al derecho antiguo el Yapeyu. Y asi explicada la men[...] del P. Prov.<sup>l</sup> de ponderar mis dudas

## BIBLIOGRAFIA

ALVEAR, Diego de. *Relacion Historica y Geográfica de la Provincia de Misiones*. Documentos de Geohistoria Regional N° 12, Instituto de Investigaciones Geohistoricas. Resistencia: Conicet, 2000.

ARECES, Nidia R. “Regiones y Fronteras: Apuntes desde la historia”. En: *Revista Andes*, N° 10, Salta: CEPIHA – Universidad Nacional de Salta, 1999.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BARCELLOS, Tanya M. de; OLIVEIRA, Naia. *As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso do Rio Grande do Sul/Corrientes*. Porto Alegre: Ensaio FEE v.19 n.1, 1998.

BARCELOS, Arthur H. F. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos*

*séculos XVII e XVIII*. Revista Complutense de História de América, 26. Madrid: Universidad Complutense, 2000.

BARCELOS, Artur H.F. *Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BARNADAS, Josep M. “A Igreja Católica na América Colonial”. In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

BAUSÁ, Francisco. *Historia de La Dominación Española en el Uruguay*. Tomo I, II e III, Montevideo: El Demócrata, 1929.

BECKER, Ítala Irene Basile. *Os índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. Porto Alegre: PUCRS [Dissertação de Mestrado], 1982.

BENASSAR, Bartolomé. *La América española y la América portuguesa (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Akal, 1986.

BOBBIO, Norberto, *Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política: laços permanentes*. Revista Brasileira de História, Vol. 12, nº 23-24, p. 7-18. São Paulo: ANPUH, set/1991 –ago/1992.

BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRADING, D. A. “A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano”. In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

BRUM, Ceres Karam. “*Esta terra tem dono*”:representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed da UFSM, 2006.

CALÓGERAS, *A política exterior do Império*.Brasília: v. I, Senado Federal, 1998.

CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*.Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CAMARGO, Fernando. *Verbetes de pensamento histórico acadêmico: para quem sabe quase nada do assunto*. Pelotas, 2012 [Manuscrito].

CARDOSO, Ciro Flamarion Sanatana. *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brail*. Caixas do Sul/Porto Alegre: UCS/EST, 1978.

CHÂTELET, François, DUHAMEL, Oliver, PISIER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

COLVERO, Ronaldo B. “...*Bajo su Real Protección*”: O Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812). Porto Alegre: PUCRS [Tese de Doutorado], 2008.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF. 2004.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Niterói: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

CORTESÃO, Jaime. *Do Tratado de Madri à Conquista dos sete Povos (1750-1802)*. Manuscritos da coleção de Angelis – VII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional divisão de publicações e divulgação, 1969.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina 1650-1767*. Albany: State University of New York Press, 1983.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

DOMINGUES, Beatriz H. *O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico*

*e Ibero-Americano*. Quito – Equador: Trabalho apresentado no 49º. Congresso Internacional de Americanistas realizado em julho de 1997.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos séculos XV e XVIII”. In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. *Portugal y la Banda Oriental*. Una Lucha entre la fe y la razón. Durazno: Edición conmemorativa del 70 ° Aniverario del Instituto de Cultura Uruguayo – Brasileño, 2010.

FARIA, Sheila de C. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo. Editora Moderna. 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Mário C. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia*. Belo Horizonte: Artigo publicado na revista *Varia História*, vol. 23, nº 37, p.51-69, Jan/Jun, 2007.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: Est, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis Vozes, 2009.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. “Jesuítas Portugueses nos séculos XVII e XVIII”. In: BOEIRA, Nelson (Coord.) GOLIN, Tau (Coord.) CAMARGO, Fernando (Dir.) REICHEL, Ieda Gutfreind Heloísa (Dir.). *História do Rio Grande do Sul* - Colônia. Vol. I. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos; FLECK, Elaine Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). *Carta anual da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

FUENTES, Carlos. *El espejo enterrado*. México:Fondo de Cultura Económica, 1992.

GADELHA, Regina Maria A. F. *O Guaraní: cultura e conflito*: In Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, 1998.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 8ª edição, 2001.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Las Actividades Agropecuárias en el Marco de la Vida Económica del Pueblo de Indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806.” In: FLORESCANO, Enrique [Org.]. *Haciendas, latifundios, plantaciones en America Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1975.

GARCIA, Elisa Frübauf. “Os índios e as reformas bourbônicas: entre o “despotismo” e o consenso”. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. *História das Américas: novas perspectivas*.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011,

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, coleção Khronos, 1982.

GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguay: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861*. Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1863.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução Jônatas Batista Neto – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLIN, TAU.A *Guerra Guaranítica*. Passo fundo: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, EDIUPF, 1998.

GONZÁLEZ DORADO, Antonio. “Tradición y novedad en la evangelización de las Reducciones”. In: MELIÀ, Bartomeu (ed.). *Historia incabada futuro incierto: VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas Encarnación- Paraguay 28 al 30 de setiembre de 2000*. Asunción: Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”; Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos ISEHF; Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2002.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *El ocaso del orden colonial em Hispanoamerica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1978.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago Luís. “Fazer-

se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra de três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII).” In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265 a 310.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Peixe – SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996.

HEINSFELD, Adelar. *Pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. Passo Fundo: Clio Livros, 2008.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *Época colonial: do descobrimento à expulsão territorial*. V1, 14ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. “A Igreja Católica no Brasil Colonial”. In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

JOHNSON, H. B. “A Colonização Portuguesa no Brasil, 1500 – 1580”. In: BETHELL, Leslie. (Org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação de Alexandre Gusmão, 1997.

KERN, Arno Alvarez. *A Organização Política das Missões da Província Jesuítica do Paraguai 1641 – 1707*. Porto Alegre: PUCRS [Dissertação de Mestrado], 1979.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. *Missões Ibéricas e Coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Palier, 2006.

LACOUTURE, Jean. *Os Jesuítas: 1. Os conquistadores*. Tradução de Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LANGER, Paulo Protasio. *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Martins LivreiroEditor, 2005.

LAVIANA CUETOS, María Luisa. *La América española, 1492 – 1898: de las Indias a nuestra América*. Historia 16. Madrid: Ed.Temas de Hoy, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. Enciclopédia Einaudi, V. 1: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

LEITE, Serafim I.S. *Arte e Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549 – 1760)*. Natal: Ed Sebo Vermelho, 2008.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Editora Suliani, 2009.

LEVINTON, Norberto. *El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una Región Cultural*. Asunción:CEADUC, 2009.

LUGON, Clovis. *A República Cristã dos Guaranis: 1610-1668*. Tradução de Álvaro Cabral , prefácio de Henri Charles Desroches. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LUGON, Clovis. *A República Guarani*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIÉRREZ, Ramón. *Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis: Argentina, Paraguay e Brasil*. [coord. de laed., Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; colabora, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN)]. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

MAHN-LOT, Marianne. *A conquista da América Espanhola*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1990.

MALLMANN, Alfeu Nilson. *Retrato sem retoque das Missões Guaranis*. Porto Alegre:Martins Livreiro, 1986.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Sobre festas e celebrações: as reduções do Paraguai (Século XVII e XVIII)* Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: ANPUH, 2006.

MELGAREJO, Angélica Otazú. *Práctica y Semántica en la Evangelización de los Guaraníes del Paraguay (S. XVI-XVIII)*. Asunción:Centro de Estudios Paraguayos, Antonio Guasch, Distribuidora Montoya, 2006.

MELIÀ, Bartomeu (ed.). *Historia incabada futuro incierto: VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas Encarnación-Paraguay 28 al 30 de setiembre de 2000*. Asunción: Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”; Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos ISEHF; Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2002.

MELIÀ, Bartomeu. 1997. MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y reducido: Ensayos de Etnohistoria*. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 4º. Edição. Vol. 5, 1997.

MORA MÉRIDA, José Luis. *Cedulario para la Gobernación de Paraguay (1700 -1716)*. Sevilla: Anuario de Estudios Americanos XXXI. Escuela de Estudios Hispano – Americanos de Sevilla, 1974.

MORA MÉRIDA, José Luis. *Iglesia Y Sociedade em Paraguay em El Siglo XVIII*. Sevilha: Publicação de La Escuela de Estudios Hispano Americanos de Sevilha, 1976.

NEUMANN, Eduardo. “Fronteira e Identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757”. MELIÀ, Bartomeu. (ed.). *História inacabada futuro incierto*. VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas. Asunción, Universidad Católica “Nra. Sra. de La Asunción”, ISEHF, 2002.

NEUMANN, Eduardo. “Repensando a Fronteira: o lugar das populações indígenas na história rio-platense colonial”. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; FLORES, Mariana Flores

da Cunha Thompson; AVILA, Artur Lima de. (orgs.). *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2009.

NICOLÁS DEL TECHO, S.J. *História de la Provincia del Paraguay de La Compañía de Jesús*. Asunción :Versión del texto latino por manuel Serrano y Sanz. Nueva edición, prólogo de Bartomeu Melià, S. J. Tomo único, 2005.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *História e Arte guarani: Interculturalidade e identidade*. Santa Maria: editora ufsm, 2004.

OLIVEIRA, Paulo César Nunes de. *O uso dos símbolos do catolicismo popular tradicional pela IURD*. Goiás: Dissertação do Programa de Pós Graduação stricto sensu em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, 2006.

OTS CAPDEQUI, J. M. *El Estado Español en las Indias*. Sección de Obras de Historia. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1946.

PADRÓN FAVRE, Oscar. *Ocaso de um povo índio: História del éxodo guarani-misionero al Uruguay*. Durazno: Terra a Dentro, 2009.

PALACIOS, Silvio; ZOFFOLI, Ena. *Gloria Y Tragedia de Las Misiones Guaranies*: Historia de las Reducciones Jesuíticas durante los siglos XVII y XVIII en el Río de la Plata. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1991.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *Fronteiras, Violência e Criminalidade na Região Platina: O caso do município de Alegrete (1852-1864)*. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2003.

PASTELLS, R. P. Pablo, S. J. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)* según los documentos Originales del Archivo General de Indias. Tomos I a VIII, Madrid: Librería General de Vistoriano de Preciados, [1912 – 1949?].

PAYRÓ, Roberto P. *El Río de La Plata: de colonias a naciones independientes: De Solís a Rosas, 1516-1852*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 2006.

PETERSEN, Silvia. *Alguns comentários sobre a história do conhecimento histórico*. Porto Alegre: Organon (UFRGS), V 16, n 32-33, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadora). *Fontes Históricas*. 2.ed., 2º reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.

PIPI, Gladis. *História Cultural das Missões*. Memória e Patrimônio. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

PORTO, Aurélio. *Jesuítas no Sul do Brasil*. História das Missões Orientais do Uruguai. Volume III - IV. Porto Alegre: Edição da Livraria Selbach & Cia, 1954.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra em las fronteras del Plata: guaraníes, jesuítas e impérios coloniales*. Buenos Aires: 1a ed. Fondo de Cultura Económica, 2009.

QUERALT DEL HIERRO, María Pilar. *Atlas Ilustrado de la História de España*. Madrid: Susaeta, 2006.

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e Jesuítas: na Utopia do Prata*. São Paulo: Baúru, Edusc, 2000.

RAMOS, Rui; SOUZA, Bernardo Vasconcelos, MONTEIRO, Nuno Gonçalo; *História de Portugal*. 5ª Edição. Editora Esfera dos Livros. Fundação da Casa de Mateus, 2009

RESTON, James. *Os cães do senbor*. Tradução de Marcelo Ferroni. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

ROUILLON ARRÓSPIDE, José Luis S. J. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones Del Paraguay*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1997.

RUIZ DE MONTOYA, Antônio. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SÁENZ QUESADA, María. *Los Estancieros*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1991.

SAVIONI, Juan Luis. *Paso de Los Libres*. Tomo I. Paso de Los Libres: Ed Rio Uruguay, 1994.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *As Missões Jesuíticas do Guairá: A defesa do Índio no Processo da Colonização do Prata*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PUC – RS, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SERRES, Helenize Soares. *Estas terras e seus Donos: políticas de espacialidade e territorialidade em La Cruz e no mundo guarani missioneiro (1629 – 1828)*. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As Missões Orientaes e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da livraria universal de Carlos Echenique, Editor proprietário, 1909.

SLATTA, Richard W. *Gauchos and the vanishing frontier*. Lincoln: Nebraska University Press, 1993.

STEIN, Stanley J. STEIN, Barbara H. *A Herança Colonial na América Latina: ensaios de dependência econômica*. Tradução de José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640*. São Paulo: Ed Loyola, 1981.

TISCORNIA, Ruth. *La Política Económica Rioplatense de Medios Del Siglo XVII*. Buenos Aires: Ediciones culturales Argentinas Secretaria de Cultura de La Presidencia de La Nación, 1690.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução Beatriz Perrone Moisés – 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TORRE REVELLO, José. *La sociedad colonial: Buenos Aires entre los siglos XVI y XIX*. Buenos Aires – Argentina: Ediciones Pannedille, 1970.

VAINFAS, Ronaldo. FEITLER, Bruno. LIMA, Lana Lage da Gama (orgs). *A inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

VARGAS, Otto. *Sobre el modo de producción dominante en el Virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial Agora, 1985.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil colonial*. 4 ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WILDE, Guillermo. *Los garantías después de La expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas*. Revista

Complutense de Historia de América, 27: 69-106, 2001.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaranties*. Buenos Aires: 1a ed. SB, 2009.

WHIGHAM, Thomas. *The politics of river trade: tradition and development in the Upper Plata, 1780-1870*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

WRIGHT, Jonathan. *Os Jesuítas: missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.



**UFPEL**

